

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

**ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FIGURA “HERÓICA”
DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA**

FLÁVIO MASSAMI MARTINS RUCKSTADTER

MARINGÁ
2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

**ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FIGURA “HERÓICA” DO PADRE
JOSÉ DE ANCHIETA**

Dissertação apresentada por FLÁVIO MASSAMI MARTINS RUCKSTADTER, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo

MARINGÁ
2006

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

R912a Ruckstadter, Flávio Massami Martins
Análise da construção histórica da figura `heróica`do
padre José de Anchieta / Flávio Massami Martins
Ruckstadter. -- Maringá : [s.n.], 2006.
119 f.

Orientador : Prof. Dr. Cézar de Alencar Arnaut de Toledo.
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2006.

1. Educação. 2. José de Anchieta - Biografias. 3. Herói. 4. Companhia de Jesus. I. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-graduação em Educação.

CDD 21.ed. 370.92

FLÁVIO MASSAMI MARTINS RUCKSTADTER

**ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FIGURA “HERÓICA” DO PADRE
JOSÉ DE ANCHIETA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo (Orientador) – UEM

Profa. Dra. Marisa Bittar – UFSCAR – São Carlos

Profa. Dra. Marcília Rosa Periotto – UEM

Maringá, 15 de março de 2006.

Dedico este trabalho à minha esposa,
Vanessa...

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José e Marilda, que desde cedo procuraram ensinar a importância do estudo e da honestidade.

À minha esposa, Vanessa, por todo o incentivo e pela paciência em dividir os momentos de aflição.

Aos amigos de toda a vida Mauricio, Marquinhos e Débora, por todo o incentivo.

Em especial, ao meu orientador César, pela seriedade, disponibilidade, paciência e acima de tudo por sua competência, não apenas neste trabalho como em outros, desde os tempos da graduação.

*“Nós vos pedimos com insistência:
Não digam nunca: isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia,
Numa época em que reina a confusão,
Em que corre o sangue,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza,
Não digam nunca: isso é natural!
Para que nada passe a ser imutável!”*

Bertolt Brecht

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. **A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FIGURA “HERÓICA” DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2006.

RESUMO

O presente trabalho discute a composição de uma imagem “heróica” do padre jesuíta José de Anchieta (1534-1597), analisando as três primeiras biografias escritas a seu respeito em língua portuguesa. Tratam-se das obras: *Breve relação da Vida e Morte do padre José de Anchieta*, de Quirício Caxa, escrita em 1599, *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*, de Pero Rodrigues, escrita entre os anos de 1605 e 1609, e *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, de Simão de Vasconcelos, redigida em 1672. Tais obras se tornaram referências para os estudos posteriores a respeito do jesuíta; verifica-se isso pela frequência com que são citadas. José de Anchieta exerceu um papel significativo no primeiro século de colonização do Brasil. Atuou como missionário e professor, converteu índios e esteve presente em eventos importantes, tais como a fundação da cidade de São Paulo e a Confederação dos Tamoio, quando foi feito refém dos índios. É considerado por muitos, o fundador da literatura brasileira em função de suas obras em verso e prosa. Escreveu poemas, cartas, peças de teatro e a primeira gramática da língua Tupi, obras que se constituem em fontes importantes para o estudo do período colonial. Devido a sua presença ativa na colonização, após a sua morte recebeu títulos gloriosos, como por exemplo: “herói”, “apóstolo do Novo Mundo”, “fundador da literatura brasileira”, “santo”, “missionário”, “educador”, “curador de almas e corpos”, “fundador da cidade de São Paulo”, “carismático”, bem-aventurado” entre tantos outros. O objetivo do trabalho é analisar a construção histórica de tal representação, heroicizada e romantizada, que hoje se faz do padre Anchieta. A hipótese é a de que as obras selecionadas para análise contribuíram para essa construção e para o processo que levaria, em 1980, à beatificação de Anchieta, decretada pelo papa João Paulo II. Entende-se que obras do gênero biográfico podem ter um caráter político e pedagógico ao mesmo tempo; por meio delas, propaga-se uma determinada visão de mundo e, além disso, ensina-se aos leitores por meio do exemplo de uma vida-modelo. No caso das biografias de José de Anchieta, busca-se ensinar ao leitor cristão, por meio do exemplo da vida de uma de suas figuras mais destacadas, qual é o caminho que se deve seguir para a salvação. A pesquisa mostra também, que as obras, bem como a heroicização de Anchieta, foram produzidas por padres da própria Companhia de Jesus, como resultado da necessidade de afirmação política da Ordem no interior da Igreja Católica e do Reino de Portugal no período. Ênfase especial foi dada aos séculos XVI e XVII, especialmente à empresa colonial portuguesa na América e à atuação dos padres inicianos no Brasil.

Palavras-chave: José de Anchieta, Educação, Herói, Biografia, Companhia de Jesus

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. **Analysis of the historical construction of the “heroic” figure of the Father José de Anchieta.** 119 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2006.

ABSTRACT

The present work discusses the composition of a heroic figure of the Jesuit father José de Anchieta (1534-1597), analyzing his first three biographies written in Portuguese language, which are: *Breve Relação da Vida e Morte do padre José de Anchieta*, of Quirício Caxa, written in 1599, *Vida e Morte do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*, of Pero Rodrigues, written between the years of 1605 and 1609, and *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, of Simão de Vasconcelos, written in 1672. These works had become references to the later studies about the Jesuit; it can be verified through the frequency that they are mentioned. José de Anchieta exercised a significative part in the first century of the Brazilian colonization. He acted as missionary and teacher, converted Indians and was present in important events, like the foundation of the city of São Paulo and the Confederation of the Tamoio, when he was made hostage of the Indians. He is considered by many, the founder of Brazilian literature because of his works in verse and prose. He wrote poems, letters, plays and the first Grammar book of the Tupi language, works that constitute important fonts to the study of the colonial period. Because of his active presence in the colonization, after his death, he received glorious titles, for example: “hero”, “apostle of the New World”, “founder of Brazilian literature”, “saint”, “missionary”, “educator”, “doctor of bodies and souls”, “founder of the city of São Paulo”, “charismatic” and so many others. The objective of this work is to analyze the historical construction of such representation, heroic and romantic, that is made of the father Anchieta. The hypothesis is that the selected works to the analysis had contributed to that construction and to the process that would lead, in 1980, to the beatification of Anchieta, decreed by Pope John Paul II. It is understood that the biographical kind works could have, at the same time, a political and pedagogical character; through then, it is diffused a determined vision of world and, besides, it is taught to the readers by the example of a model life. In the case of the biographies of José de Anchieta, the intention is to teach the Christian reader, through the life example of one of their most prominence figures, which is the way to be followed to the salvation. The research also shows that the works and the heroicization of Anchieta were produced by the fathers of the Society of Jesus, as a result of the necessity of political affirmation of the Order inside the Catholic Church and Portugal Kingdom in that period. Particular emphasis was given to the 16th and 17th centuries, especially to the Portuguese colonial business in America and to the activities of Jesuits fathers in Brazil.

Key words: José de Anchieta, Education, Hero, Biography, Society of Jesus

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. O GÊNERO BIOGRÁFICO: UM RECURSO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	18
2.1 A biografia na História.....	22
2.1.1 Plutarco e o surgimento do gênero.....	23
2.1.2 Os evangelhos e a doutrina cristã	25
2.1.3 A construção de heróis no Positivismo e no Marxismo	27
2.2 O Herói	30
3. A COMPANHIA DE JESUS E A EMPRESA COLONIAL PORTUGUESA NA AMÉRICA.....	39
3.1 A Companhia de Jesus e a igreja católica no século XVI.....	39
3.2 A empresa colonial portuguesa: um capítulo da história do comércio europeu.....	48
3.3 A igreja católica e a colonização da América portuguesa.....	54
3.3.1 A Companhia de Jesus e o Brasil.....	57
3.3.2 José de Anchieta e o Brasil.....	62
4 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO “HERÓI” JOSÉ DE ANCHIETA.....	66
4.1. Alguns exemplos da imagem “heróica” de José de Anchieta.....	66
4.2. Quirício Caxa e <i>A Breve Relação da Vida e Morte do Padre José de Anchieta</i>	74
4.3. Pero Rodrigues e <i>A Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus</i>	78
4.4. Simão de Vasconcelos e a <i>Vida do Venerável Padre José de Anchieta</i>	83
4.5. A Composição do herói Anchieta: o santo, o missionário e o educador.....	86
4.5.1. José de Anchieta como um “santo”	86

	13	
4.5.2. José de Anchieta como um “missionário”		98
4.5.3. José de Anchieta como um “educador”		103
5. CONCLUSÃO		108
REFERÊNCIAS.....		113

1. INTRODUÇÃO

O papel desempenhado pelos jesuítas na colonização do Brasil é bastante significativo; qualquer estudo que se dedique ao tema deve, evidentemente, levar em consideração as atividades desenvolvidas pelos missionários da Companhia de Jesus na então colônia portuguesa. Entre outras atividades, foram os padres inicianos os responsáveis por organizar a primeira educação letrada e sistematizada na colônia portuguesa, ainda no século XVI.

Dentre as figuras de maior destaque no primeiro século de colonização se encontra certamente o padre José de Anchieta (1534-1597). Nascido nas Ilhas Canárias, Anchieta estudou em Coimbra antes de ingressar na Ordem e vir para o Brasil. Dedicou, de seus 47 anos como jesuíta, 44 deles à obra da Companhia de Jesus no Brasil. Nestas terras, Anchieta participou de eventos importantes da História do Brasil no século XVI, tais como a fundação da cidade de São Paulo e as negociações de paz em Iperoig, na Confederação dos Tamoio. Além disso, é considerado o fundador do teatro e da literatura brasileira, e também um dos primeiros educadores do Brasil. Nesse sentido, o padre ganhou o título de “apóstolo do Novo Mundo”.

Em função deste papel ativo e significativo de José de Anchieta na colonização do Brasil, logo após sua morte, ainda no século XVI, começaram a proliferar estudos biográficos a seu respeito. No ano de sua morte, Quirício Caxa (1538-1599) foi encarregado de redigir a primeira vida de Anchieta, intitulada *Breve Relação da Vida e Morte do Padre José de Anchieta*. Já no século XVII, outras obras foram produzidas. Entre elas, aquela escrita pelo padre também jesuíta Pero Rodrigues (1542-1628), entre os anos de 1605 e 1609, intitulada *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. Anos mais tarde, outro jesuíta, o padre Simão de Vasconcelos (1596-1671) redigiu outra biografia do padre, publicada pela primeira vez em 1672, muito mais completa do que as duas primeiras, intitulada *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*.

Essa proliferação de biografias do padre Anchieta, escritas por padres da mesma Ordem, deve ser entendida como um esforço que existia entre os membros da Companhia de Jesus em edificar e construir suas próprias figuras

“heróicas”. A Ordem, fundada no século XVI, em 1539, por Inácio de Loyola (1491-1556) e oficialmente aceita pela Igreja em 1540, teve uma clara participação na formação do pensamento moderno. Os jesuítas atuaram em várias frentes, como confessores de reis e príncipes, missionários e também como educadores. A educação foi a principal bandeira da Ordem, que tinha inúmeros colégios sob seu comando em todo o mundo. Assim, sua influência na Modernidade é, sem dúvida, significativa. Além disso, a Ordem liderou a Contra-Reforma, tornando-se a principal arma da Igreja no embate travado com os protestantes. Diante dessa situação favorável junto às autoridades da Igreja Católica, os jesuítas no final do século XVI ainda não tinham nenhum santo canonizado pela Igreja; para isso, entenderam que seria preciso, num esforço coletivo, edificar seus próprios “heróis”. É dessa maneira que deve ser compreendido o grande número de obras escritas por jesuítas a respeito de seus companheiros mais destacados, entre eles, José de Anchieta.

Este trabalho realiza uma análise a respeito da construção de uma imagem “heróica” do padre José de Anchieta. Tal análise toma como textos centrais as biografias escritas por jesuítas no primeiro século após a morte do padre, em língua portuguesa. Entende-se que, no entanto, esta é apenas uma, dentre tantas outras opções de análise. Como afirma José Carlos Reis:

É uma solução artificial e discutível, sem dúvida, pois elimina muitas outras obras e autores que poderiam também representar aqueles momentos históricos. Mas, como é consabido, toda e qualquer periodização e seleção é artificial e contestável, pois é só uma entre muitas estratégias de abordagem e de atribuição de sentido [...] (2000, p. 18)

A questão inicial é: qual é a pedagogia contida no processo de construção da imagem “grandiosa” e “heróica” do padre José de Anchieta? Em outras palavras: qual é o papel pedagógico que as três biografias desempenharam na edificação de uma imagem grandiloqüente do padre Anchieta? Entende-se aqui, que as obras biográficas podem cumprir uma função pedagógica quando são produzidas com o intuito de ensinar aos leitores, por meio de uma vida-modelo, qual é o caminho que se deve seguir.

Uma outra questão relevante a ser discutida é a seguinte: que visão de mundo as biografias aqui selecionadas propagam? Dito de outra forma: quais os interesses dos biógrafos em compor uma imagem heroicizada e romantizada para uma figura real, isto é, que existiu na realidade? Dessa maneira, subentende-se que além de cumprir um papel pedagógico, ensinando aos leitores, uma biografia pode também, desempenhar uma outra função: uma função político-ideológica. Assim, propagam em certa medida, uma determinada visão de mundo, ligada a interesses de uma classe, defendendo os interesses dessa classe.

Para buscar respostas a tais perguntas, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *O gênero biográfico: um recurso político-pedagógico*, são discutidas questões teóricas que nos permitem a análise efetiva das obras. Nesta parte, é analisado um aparente crescimento do interesse por obras deste gênero. Além disso, procuramos demonstrar ao longo do tempo, desde o surgimento do gênero com Plutarco, na Antigüidade, alguns momentos em que as biografias desempenharam um papel importante na sociedade: o surgimento do gênero com um caráter político, com Plutarco, os Evangelhos e a doutrina cristã e por fim a utilização das biografias de grandes vultos no Positivismo e sob outra perspectiva, no marxismo.

Ainda no primeiro capítulo, são estabelecidas categorias de análise para organizar o trabalho. Como se trata de uma análise a respeito da construção histórica de uma figura “heróica” do padre José de Anchieta, definimos o que é “herói”, bem como “santo”, “missionário” e “educador”. Por sinal, nas biografias de Anchieta aqui analisadas, “santo”, “missionário” e “educador” aparecem como componentes de um discurso maior, voltado para a composição de um grande personagem; assim, a combinação dos três elementos tem como resultado a imagem “heróica” do padre.

As biografias aqui tomadas como objeto de análise são consideradas como documentos históricos; em outras palavras: os textos pertencem a uma determinada época histórica. Nesse sentido, o segundo capítulo, intitulado *A Companhia de Jesus e a empresa colonial na América Portuguesa*, realiza um debate sobre o contexto no qual as biografias foram produzidas, ou seja, os séculos XVI e XVII, enfatizando especialmente a Companhia de Jesus e sua atuação na empresa colonial portuguesa, uma vez que os biógrafos eram jesuítas

que viveram no Brasil. Trata-se de compreender a visão de mundo que possibilitou os discursos contidos nas obras em questão.

No terceiro capítulo, intitulado *A construção histórica do “herói” Anchieta*, parte-se efetivamente para a análise dos textos selecionados. Inicialmente, a partir de exemplos mais contemporâneos, verifica-se a imagem que se faz de José de Anchieta. Entre esses exemplos, é possível citar algumas poesias escritas por grandes nomes da literatura brasileira a respeito do padre Anchieta, tais como: Machado de Assis (1839-1908), Olavo Bilac (1865-1918) entre outros. Com isso, estabelece-se a idéia e a imagem que geralmente se tem do padre jesuíta: Anchieta é, na maior parte das vezes, visto como um modelo de “santo”, “missionário” e “educador”. Nesse sentido, a hipótese do trabalho é a de que as três primeiras biografias de Anchieta em língua portuguesa contribuíram para a edificação dessa imagem “heroicizada”.

Para comprovar a hipótese, cada uma das obras e seus respectivos autores são apresentados. Em seguida, de acordo com as categorias estabelecidas no primeiro capítulo as biografias são analisadas, verificando quais virtudes são enaltecidas pelos primeiros biógrafos de forma a compor uma imagem de “santo”, “missionário” e “educador”, enfim, “heróica” do padre José de Anchieta.

2. O GÊNERO BIOGRÁFICO: UM RECURSO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Atualmente, o debate historiográfico tem chamado a atenção para um “retorno” das biografias ou dos estudos biográficos. Essa visão implica dizer que, durante muito tempo, os historiadores em geral não deram muito valor aos estudos desta natureza, uma vez que tais estudos estiveram ligados à historiografia tradicional, dita positivista, que os utilizava como uma forma de enaltecer os feitos de grandes homens, os ditos heróis nacionais.

Este chamado “retorno” das biografias de acordo com alguns autores, como Benito Bisso Schmidt (2000), por exemplo, aparece ligado a um fator importante: o interesse por personagens do passado pode revelar uma busca maior de uma identidade no próprio presente, que é marcado pela crise das utopias, pela aceleração temporal e pela massificação cultural. A respeito disso, Karl Marx afirma que a história não é uma coleção de fatos mortos, pois deve ter como ponto de partida aquilo que os homens são em seu próprio presente. Os pressupostos de seu método são:

[...] os homens em seu processo de desenvolvimento efetivo, empiricamente intuível e sob condições determinadas, e não os homens fechados em si e fixados em alguma fantasia. Tão logo este processo ativo da vida seja apresentado, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, tal como ainda o é mesmo entre os empiristas abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como entre os idealistas [...] (1983, p. 193)

Walter Benjamin também nos mostra que o historiador lida com fatos passados partindo de seu próprio presente, isto é, das questões que o seu momento histórico lhe impõe:

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras” [...] [...] nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração em que sua própria época entrou em contato com

uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito do presente como um “agora” (1985, p. 229-232)

Eric J. Hobsbawm, por sua vez, também indica a idéia de que o trabalho realizado pelo historiador leva como marca fundamental o tempo histórico ao qual está ligado. O autor afirma que o estudo do passado é imperioso para a solução de problemas ligados à sua época:

[...] O valor da investigação histórica sobre “o que de fato aconteceu” para a solução desse ou daquele problema específico do presente e do futuro é inquestionável, e tem dado novo alento a algumas atividades históricas um tanto antiquadas, desde que essas sejam associadas a problemas bem modernos [...] (1998, p. 32)

O que se evidencia neste início de milênio, e que já vem ocorrendo desde as últimas décadas do século XX, é uma renovação nos métodos e concepções teóricas da história. Muitos historiadores passaram a criticar a visão totalizante, que aparentemente não havia dado conta de explicar as trajetórias individuais. Em oposição a isso, o olhar se voltou para os “esquecidos” da história. No entanto, ao mesmo tempo em que criticavam as totalizações, estes historiadores passaram a fazer minimizações, isto é, esquecendo-se de compreender o próprio contexto no qual estas figuras, que consideravam “esquecidas”, estavam inseridas. Hobsbawm pode nos auxiliar a entender esta questão:

[...] Não há nada de novo em preferir olhar o mundo por meio de um microscópio em lugar de um telescópio. Na medida em que aceitemos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre micro e macrocosmo é uma questão de solucionar a técnica apropriada. É significativo que atualmente mais historiadores achem útil o microscópio, mas isso não significa necessariamente que eles rejeitem os telescópios como antiquados [...] (1998, p. 206)

É nesse quadro de “renovação dos métodos da História” que se insere isto que alguns autores chamam de “retorno” aos estudos biográficos. O interesse por trajetórias individuais cresceu bastante entre os profissionais da História, porém

sempre tratando de negar a tradição que foi coroada com o Positivismo, isto é, da construção de heróis, de grandes figuras. No entanto, estes estudos produzidos dentro desta “nova perspectiva” cumprem outra função: uma função *anti-heróica*. Contudo, isso não significa que o número de obras sobre as grandes figuras tenha diminuído. Muito pelo contrário. De acordo com Peter Burke (2005) vivemos numa era da história *anti-heróica* ou *a-heróica* em especial, porque, apesar do grande número de biografias que são publicadas, muitas destas biografias cumprem um papel inverso àquele que cumpriram outrora. Em lugar de “construir heróis” enaltecendo-lhes os grandes feitos, estas “novas biografias” são *anti-heróicas* no sentido de que desmascaram esses grandes sujeitos dando ênfase maior às suas fraquezas. Além disso, o autor afirma ainda, que a busca freqüente por heróis e heroínas é capaz de revelar nas sociedades, uma necessidade de busca por símbolos ou modelos de nossas identidades ou nossos valores culturais.

Diante dessa situação, na qual o interesse por estudos biográficos e trajetórias individuais tem crescido significativamente é que o nosso trabalho se insere; não trataremos aqui de elaborar uma nova biografia do Padre José de Anchieta. Isso significa que não construiremos uma imagem de “herói” ou de “vilão” para esta figura histórica. Na verdade, o que aqui se pretende é fazer uma análise a respeito da construção de uma imagem “heróica” do Padre José de Anchieta, utilizando para tanto, estudos biográficos a seu respeito. Em outras palavras: faremos uma análise do papel desempenhado por algumas de suas biografias na elaboração de uma imagem “grandiosa” a seu respeito.

José de Anchieta teve uma participação efetiva e significativa na História do Brasil-colônia e na História da Companhia de Jesus nestas terras. Esteve presente em eventos importantes no século XVI, como por exemplo, a fundação do Colégio da Vila de Piratininga, onde mais tarde seria a cidade de São Paulo. Também podemos citar o evento da *paz de Iperoig*, quando atuou como negociador das pazes entre os portugueses e os índios Tamoio. Além disso, Anchieta é também considerado um dos fundadores do teatro e da literatura brasileira e modelo de missionário e educador. Conseqüentemente, pode-se afirmar que o jesuíta deu grande contribuição à formação da própria cultura brasileira. Em virtude deste papel ativo e significativo na sociedade colonial e na própria História deste período, logo após sua morte começaram a proliferar obras biográficas, que

contribuíram para a construção de uma imagem “heróica”. Ainda no século XVI, foi escrita a primeira biografia de Anchieta, intitulada *Breve relação da vida e morte do Pe. José de Anchieta*, redigida por Quirício Caxa em 1598, encomendada pelo Provincial da Ordem no Brasil, Pero Rodrigues. O próprio Pero Rodrigues, entre 1605 e 1609, redigiu a segunda biografia do dito “apóstolo do Brasil”; esta obra é intitulada *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. Estas duas primeiras biografias têm um valor inegável para os estudos sobre o missionário inaciano, pois influenciaram todos os estudos posteriores a seu respeito.³⁶ Além destas duas primeiras biografias, ainda no século XVII, outra biografia exerceu importante papel nesta construção que pretendemos analisar. Nota-se isso pela freqüência com que é citada em estudos posteriores. Trata-se daquela escrita pelo Padre Simão de Vasconcelos, intitulada *Vida do Venerável Padre Joseph de Anchieta*, no ano de 1672.

Nosso enfoque será dado ao seguinte aspecto: qual é a pedagogia contida neste processo de construção de uma imagem de uma “grande figura”, ou figura “heróica” do Pe. José de Anchieta? Em outras palavras: de que maneira estes estudos biográficos puderam cumprir uma função pedagógica?

Tendo em vista que os estudos biográficos sobre o Pe. Anchieta não são poucos, o que se torna um problema em muitos trabalhos, em nosso não acontece. Não temos o problema de escassez de material para pesquisa; muito pelo contrário. Nesse sentido, é imperioso delimitar com quais biografias iremos trabalhar. É preciso considerar que esta delimitação é apenas uma dentre tantas outras opções de escolha.

Seguindo tal perspectiva e tendo claro que foi feita uma opção, três foram as biografias mais significativas escritas sobre Anchieta, no século que se seguiu à sua morte. Elas cumpriram inicialmente o papel de difundir os feitos do jesuíta

³⁶ Para citar apenas alguns destes estudos ainda no século XVII, podemos falar sobre as biografias de Sebastião Beretário, S. J., editada simultaneamente em Lião e Colônia, em 1617, vinte anos após o falecimento de Anchieta, na língua internacional da época, o latim. Intitulava-se *Josephi Anchietae Societatis Iesu sacerdotis in Brasilia defuncti Vita*. Desta obra procedem as traduções livres de Estevão Paternina, na Espanha, em 1618, intitulada *Vida del Padre Joseph de Anchieta*, a biografia escrita por Pierre d'Oultremann, na França, em 1619, intitulada *La vie miraculeuse du P. Joseph Anchieta* e também a *Vita del Padre Giosefo Anchieta*, de autoria anônima, na Itália, em 1621. Assim sendo, percebe-se a rapidez com que a vida e os feitos de Anchieta foram propagados no continente europeu. Veja-se mais no prefácio à obra *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus* (RODRIGUES, 1978, p. 5) escrito pelo padre Hélio Abranches Viotti, S. J..

por todo o mundo. São também, o ponto de partida para todos os outros estudos que se seguiram. Levando em consideração estes fatos, selecionamos estas biografias de Quirício Caxa, Pero Rodrigues e de Simão de Vasconcelos para, a partir delas, realizarmos o estudo da pedagogia contida na construção de uma imagem grandiosa a respeito do chamado “apóstolo do Brasil”. Entretanto, antes de passarmos à análise efetiva das obras, faremos um breve estudo sobre o próprio gênero biográfico.

2.1. A biografia na História

Faz-se necessário, inicialmente, um breve estudo ao longo do tempo, no qual nossa intenção é mostrar desde o surgimento do gênero biográfico, alguns momentos em que estudos de natureza biográfica desempenharam uma função importante na sociedade. Uma biografia desempenha muitas vezes uma função pedagógica, especialmente quando procura ensinar aos presentes de que forma homens de outra época, geralmente considerada “menos civilizada”, conseguiram solucionar seus problemas e sobressair-se dos demais. Nesse sentido, vemos, nas biografias, descrições de pessoas “à frente de seu tempo”.³⁷ É o que nos diz Magda Ricci, ao falar sobre o propósito das biografias escritas entre 1930 e 1945³⁸:

[...] ensinar aos presentes os passos de homens e mulheres que, vivendo em um passado menos civilizado, muitas vezes convivendo com uma dura realidade, conseguiram sobressair-se, avultando-se perante os demais. Eram homens e mulheres que, estando um passo adiante de seu tempo, serviam de exemplo aos historiadores do futuro [...] (2000, p. 154)

Quando busca ensinar aos demais por meio de uma vida-modelo, uma biografia não cumpre apenas um papel pedagógico, mas também político. O surgimento do

³⁷ É questionável o uso do termo “à frente de seu tempo” uma vez que consideramos todo homem como fruto de sua própria sociedade.

³⁸ A autora vê no período uma “febre biográfica” devido ao número de biografias produzidas com um mesmo intuito, que era o de enaltecer os feitos de “grandes homens”, dentro de uma perspectiva populista do Estado Novo de Getúlio Vargas (1883-1954).

gênero com essa função política se deu com Plutarco na Antigüidade Clássica. Posteriormente, encontramos nos Evangelhos a vida de Cristo narrada também com um fim estritamente pedagógico: ensinar aos homens, a partir da vida de Jesus, a doutrina cristã. Mais tarde, no século XIX, novamente encontramos biografias com um propósito político: com a filosofia Positivista, muitas vidas foram contadas para enaltecer os feitos de grandes homens, aqueles que eram considerados os únicos “agentes da história”. Esta corrente ampliou grandemente a construção de heróis, uma vez que seu fundador, Augusto Comte (1798-1857), chegou até mesmo a criar um calendário para os grandes vultos da história: esse calendário continha datas comemorativas para Alexandre, Moisés, Jesus, Descartes, Galileu, entre outros.³⁹ Além do positivismo, o marxismo, sob outra perspectiva, também elaborou imagens grandiosas a respeito de suas figuras mais destacadas. Vale ressaltar que não se trata aqui do pensamento de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), os fundadores do materialismo histórico, mas sim da apropriação que foi feita por parte de seus seguidores.

2.1.1. Plutarco e o surgimento do gênero

Plutarco nasceu na cidade de Queroneia, na Beócia, em meados do século I. Ele foi um dos primeiros autores a utilizar suas obras biográficas com um intuito claramente político: por meio delas, o autor construiu a imagem de uma série de personagens históricos como heróis. Em suas *Vidas Comparadas*, (*Biói paralelói*) como costumava dizer, ele realizou comparações entre figuras gregas e romanas, enaltecendo valores e qualidades dos biografados. Exceto por quatro biografias independentes, Plutarco escreveu vinte e duas biografias duplas, nas quais a vida de um romano ilustre era cotejada com a vida de um grego ilustre. No prefácio da obra *Como tirar proveito de seus inimigos*, de Plutarco, Pierre Maréchaux assim escreve:

³⁹ Cf. COMTE, 1978, p. 300-301.

Costuma-se dizer que os critérios de comparação utilizados por Plutarco para animar tais cotejos foram antes os de um moralista que os de um historiador, pois tinham como objetivo apreender e dar a ver mais os caracteres que os fatos ou as ações de seus biografados, mais os aspectos morais que os eventos políticos envolvidos no tema (1997, p. XXXIV)

O próprio Plutarco, por sinal, dizia que não escrevia história, mas sim *Vidas*. Buscava mostrar nos pormenores, isto é nas pequenas coisas, aquilo que os homens tinham de mais virtuoso:

[...] Com efeito, não escrevemos história, mas *Vidas*. Nem sempre, aliás, são as ações mais brilhantes as que mostram melhor as virtudes ou os vícios dos homens. Muitas vezes, uma pequena coisa, a menor palavra, um gracejo, fazem ressaltar melhor um caráter do que combates sangrentos, batalhas campais e ocupações de cidades [...] (PLUTARCO, 1958, p. 9)

Em um dos pares de biografias compostos por Plutarco (Alexandre e César) podemos observar atentamente seus propósitos: por meio da comparação, o autor procura demonstrar que seus biografados foram homens virtuosos e que se encontravam acima dos demais; em outras palavras, eram modelos a serem seguidos. Na biografia de Alexandre podemos ler:

Sua temperança nos prazeres fez-se notar desde os primeiros tempos de mocidade. Impetuoso e ardente em tudo o mais, era pouco sensível à volúpia, à qual só se entregava com moderação. O amor à glória, ao contrário, já se revelava nele, com uma força e uma elevação de sentimentos bastante superiores à sua idade [...] (PLUTARCO, 1958, p. 14)

Na biografia de César, Plutarco também mostra as virtudes de um homem *que as possuía em grau superior à idade*:

Em Roma, a eloquência de César brilhou com vivo esplendor em processos judiciais, criando-lhe logo certa fama. Enquanto, por um lado, sua afabilidade, sua polidez, a graça com que acolhia toda gente, qualidades que ele possuía em grau superior a sua idade, granjeavam-lhe o afeto do povo, por outro, a suntuosidade de sua mesa e magnificência no modo de viver aumentaram aos poucos sua influência política [...] (1958, p. 112)

A influência das obras de Plutarco parece-nos notória. William Shakespeare (1564-1616), por exemplo, baseou-se na leitura da tradução inglesa dessas biografias para compor suas três peças romanas: *Júlio César* (1599), *Antônio e Cleópatra* (1606) e *Coriolano* (1608). No prefácio ao texto de *Júlio César* podemos ler:

Como para outras tragédias romanas, o material histórico de *Júlio César* foi tirado das *Vidas dos Homens Ilustres*, de Plutarco, na tradução inglesa de Thomas North [...] Mais intimamente do que nos dramas tirados dos reis da Inglaterra, atém-se Shakespeare ao texto de Plutarco, contentando-se muitas vezes em passar para verso branco a prosa fluente do tradutor. (NUNES, ?, p. 127)

Como se pode notar, um dos mais célebres escritores da língua inglesa de todos os tempos recebeu influência das obras de Plutarco. Isso nos mostra o alcance das obras de Plutarco, um dos primeiros a escrever biografias.

2.1.2. Os Evangelhos e a doutrina cristã

Ao considerarmos que os Evangelhos narram a vida de Jesus Cristo, devemos considerá-los também, como obras biográficas, de certa forma. Além disso, também nos é possível afirmar que seu conteúdo tem um propósito claramente pedagógico: por meio da narração de sua vida, têm-se a intenção de construir uma imagem santa, grandiosa, explicitando suas grandes obras, seus ensinamentos. Sob tal aspecto, os Evangelhos visam ensinar aos seguidores do Cristianismo qual é o modelo que deve figurar em seus horizontes.

Quatro escritos são considerados canônicos. São eles: o *Evangelho segundo Mateus*, o *Evangelho segundo Marcos*, o *Evangelho segundo Lucas* e o *Evangelho segundo João*. No Evangelho de Lucas podemos perceber que Jesus

Cristo, a partir da figura que nos é apresentada, era desde jovem, alguém que tinha um conhecimento acima dos demais, e por isso mesmo, causava espanto e admiração entre os mais velhos, como podemos ler na passagem na qual diz suas primeiras palavras no Templo:

[...] Foi no fim de três dias que o encontraram no Templo, sentado em meio aos mestres, ouvindo-os e interrogando-os. Todos os que o ouviam se extasiavam com a inteligência de suas respostas. Vendo-o, eles ficaram tomados de grande surpresa e a sua mãe lhe disse: “Meu filho, por que agiste assim conosco? Vê, o teu pai e eu, nós te procuramos cheios de angústia.” Ele lhes disse: “Por que me procuráveis? Não sabíeis que eu devo estar junto do meu Pai?” Mas eles não compreenderam o que lhes dizia. Depois ele desceu com eles para Nazaré; era-lhes submisso; e a sua mãe guardava todos esses acontecimentos em seu coração. Jesus progredia em sabedoria e em estatura, e em graça diante de Deus e dos homens. (TEB: Lc 2, 46-52)

Mais adiante, em outro trecho, é possível observarmos que Jesus é descrito como alguém que tem autoridade em sua palavra:

Ele desceu então a Cafarnaum, cidade da Galiléia. Ensinava-os no dia de sábado e eles ficavam impressionados com o seu ensinamento, porque sua palavra era cheia de autoridade [...] Todos ficaram tomados de espanto e falavam uns aos outros: “Que vem a ser essa palavra? Ele manda com autoridade e poder nos espíritos impuros e eles saem”. E a sua fama se propagava por toda a região. (TEB: Lc 4, 31-32. 36-37)

Estas palavras demonstram que os Evangelhos contribuíram incisivamente para a composição de uma imagem grandiosa de Jesus Cristo. Por meio da leitura dos trechos citados, vemos que Jesus é apresentado como uma pessoa com sabedoria acima dos demais, possuidor de uma inteligência superior à sua idade e que deveria, nesse sentido, ser imitado. Construía-se assim, uma vida modelo para ser seguida pela cristandade.

A Igreja Católica por sinal, sempre utilizou o recurso de “vidas de santos” como modelos a serem seguidos. A narração de vidas e feitos de santos, mesmo sem distinguir história e fantasia, constituiu-se num procedimento eficaz e de grande difusão. Para exemplificar o que estamos dizendo, podemos citar o caso da conversão do fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola (1491-1556);

ela teria acontecido após a leitura de um livro que contava vidas de santos, chamado *Flos Sanctorum*. Foi a partir da leitura destas vidas que Inácio teria tido uma inclinação para a imitação e conseqüentemente, para sua conversão.

2.1.3. A construção de heróis no Positivismo e no Marxismo

A partir do século XIX, o francês Augusto Comte desenvolveu a Filosofia Positiva. Sua obra intitulada *Curso de Filosofia Positiva*, que começou a ser escrita em 1827, influenciou vários pensadores em todo o mundo, especialmente nas Américas. Todo o seu esforço era para estabelecer uma organização da sociedade, que segundo o próprio Comte, vivia uma grande desordem.⁴⁰ Esta desordem somente poderia ser solucionada com uma reorganização das idéias, como podemos ler:

[...] a grande crise política e moral das sociedades atuais provém, em última análise, da anarquia intelectual. Nosso mais grave mal consiste nessa profunda divergência entre todos os espíritos quanto a todas as máximas fundamentais, cuja fixidez é a primeira condição duma verdadeira ordem social. Enquanto as inteligências humanas não aderirem [...] a certo número de idéias gerais capazes de formar uma doutrina social comum, não se pode dissimular que o estado das nações permanecerá, de modo necessário, essencialmente revolucionário, a despeito de todos os paliativos políticos possíveis de serem adotados – comportando realmente apenas instituições provisórias. (COMTE, 1978, p. 17-18)

Assim sendo, a reorganização das idéias na concepção comtiana, levaria os homens a um estágio máximo do progresso: em outras palavras, à sociedade positiva.⁴¹

⁴⁰ Augusto Comte viveu na primeira metade do século XIX e, portanto, num período de crise, no qual a burguesia havia tomado o poder na França, com a Revolução de 1789, e passava a ser a classe dominante, deixando de ser revolucionária para se tornar reacionária. Assim sendo, esta classe lutava para se manter no poder e ao mesmo tempo, lutava para manter o proletariado longe deste poder. É nesse sentido que entendemos a desordem na sociedade à qual Comte se refere.

⁴¹ Comte dividiu em três, os estágios da evolução das sociedades humanas. O *Primeiro Estado* é o Teológico, no qual o espírito humano, dirigindo-se para os conhecimentos absolutos, apresenta os fenômenos naturais como se fossem produzidos pela ação direta das forças sobrenaturais. O

Reorganizar as idéias, no momento em que Comte escrevia, significava combater uma possível revolução proletária, ou seja, justificar a ordem capitalista recém-instaurada pela burguesia. Assim sendo, os esforços deveriam se centrar na propagação da ideologia burguesa, naquele momento, classe dominante. Para tanto, as biografias foram largamente utilizadas. Por meio delas, tinha-se a intenção de propagar entre os leitores uma visão de mundo, partindo sempre da construção de modelos grandiosos, heróicos e virtuosos para serem seguidos.

A visão de mundo positivista difundida por Comte e seus seguidores, acabou influenciando vários pesquisadores, tendo atingido até mesmo a produção de materiais didáticos. Em muitos destes livros, especialmente naqueles produzidos durante o período dos governos militares no Brasil, por exemplo, essa perspectiva comtiana é reafirmada, isto é, as imagens de grandes vultos, considerados como os únicos agentes da História, são exaltadas.

Da mesma maneira que no positivismo, porém sob uma outra perspectiva, evidentemente, também o marxismo utilizou a biografia como meio de propagação de suas figuras “heróicas”. Entretanto, o que não se pode perder de vista é que o pensamento marxista ao qual nos referimos é apenas uma dentre as diversas apropriações que foram realizadas ao longo dos tempos. Trata-se aqui, de uma aproximação à vertente stalinista do marxismo, realizada em parte por alguns intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX.

A leitura da biografia de Luis Carlos Prestes (1898-1990), intitulada *O cavaleiro da Esperança*, escrita por Jorge Amado (1912-2001) nos permite afirmar com segurança que, mesmo seguindo a concepção materialista da História o autor exalta a figura de seu personagem principal.⁴² Em seu texto, Prestes é apresentado como o maior dos heróis:

Segundo Estado é o Metafísico, que é uma modificação geral do primeiro, no qual as forças sobrenaturais são substituídas por forças abstratas; pode-se dizer que se trata de um estágio crítico e destrutivo. Já o *Terceiro Estado* é o Positivo, no qual o espírito humano reconhece a sua impossibilidade de obter noções absolutas e, dessa forma, renuncia à busca pela origem e pelo destino do universo, partindo à procura de suas leis efetivas, isto é, imutáveis; em outras palavras, busca suas relações invariáveis de sucessão e similitude. (COMTE, 1978, p. 4)

⁴² O livro foi escrito em 1942, em plena ditadura do Estado Novo de Vargas. Seu propósito era servir à causa da anistia dos presos e exilados políticos. Mais tarde, após o golpe de 1964, que instaurou a ditadura militar no país, todos os exemplares foram recolhidos e apenas em 1979, já no processo de redemocratização é que a obra voltou a ser editada; mais uma vez serviu ao mesmo propósito para o qual havia sido escrita.

E muitos anos depois, todo o povo do Brasil, escravo e desgraçado, o povo negro, o povo índio escondido no fundo da floresta, o povo branco, o povo mulato que é o povo mais lindo do mundo, povo de mãos e pés atados, com sede com fome, sem livros e sem amor, fez o milagre de heroísmo que é Luiz Carlos Prestes, P no peito dos negros, no coração dos soldados da Coluna, luz no coração dos homens, das mulheres também, estrela da esperança. Um povo escravo precisando do seu Herói. Fez o milagre do maior dos Heróis. (AMADO, 1981, p. 9)

Mas se percebe também que Jorge Amado insiste em dizer que o herói Prestes nasceu do povo, isto é, foi criado pelo próprio povo. Nota-se assim, a preocupação com as classes sociais: não foi a classe dominante que criou o herói, mas o contrário; ele nasceu da classe dominada. Tal aspecto é repetido no texto inúmeras vezes:

Herói, que coisa tão simples, tão grande e tão difícil! Herói, que palavra mais linda! Só o povo amiga, concebe, alimenta e cria o Herói. Nasce das suas entranhas que são as suas necessidades. Nasce do povo, é o próprio povo no máximo das suas qualidades. Como o poeta, vai na frente do povo. O Poeta e o Herói constroem os povos, dão-lhes personalidade, dignidade e vida. São momentos supremos na vida de uma nação e na vida de um povo [...] (AMADO, 1981, p. 9-10)

É interessante notar que o texto de Jorge Amado apresenta Luis Carlos Prestes como a “estrela da esperança”. Além disso, o autor afirma que o herói vai à frente do povo. Então, pode se deduzir que o autor considera que a existência de um líder é uma condição necessária para a libertação de uma classe oprimida.

Enquanto o positivismo enfatizou como “heróis”, homens oriundos da classe dominante, o marxismo fez o contrário, construindo “heróis” provenientes da classe dominada, verdadeiros líderes revolucionários. Tal ênfase em uma ou outra classe social envolve sempre o posicionamento político da obra, como afirma Flávio René Kothe (2000, p. 10). Nesse sentido, enquanto os positivistas buscavam a manutenção da ordem capitalista, era necessário para eles defender a classe dominante, ao mesmo tempo em que para os marxistas a defesa dos interesses da classe expropriada era o ponto fundamental. De qualquer forma, em ambos os casos as biografias adotam um claro posicionamento político-ideológico.

2.2. O Herói

Conforme vimos, uma biografia pode cumprir diferentes funções atendendo a diferentes propósitos. Nesse sentido, obras deste gênero podem se constituir em importantes fontes para a pesquisa a respeito de uma época. É sob este aspecto que selecionamos as biografias de Anchieta, escritas por Caxa, Rodrigues e Vasconcelos. Elas indicam, especialmente, como se iniciou o processo de construção de uma imagem “heróica” de José de Anchieta, qual a pedagogia contida neste tipo de construção, além de mostrar de que maneira os jesuítas dos séculos XVI e XVII pensaram as suas próprias figuras.

Antes de analisar as obras em questão, é necessário estabelecer critérios para cumprir tal propósito. Estes critérios são importantes para organizar o trabalho e verificar como os autores construíram suas imagens de Anchieta. Inicialmente, dissemos que nossa intenção é analisar a construção de uma figura “heróica” de José de Anchieta. Nesse sentido, buscaremos no texto as qualidades enaltecidas pelos biógrafos que mostrem o padre como um “herói”.

Mas o que é um “herói”? No *Dicionário Aurélio* podemos ler a seguinte definição:

1. Homem extraordinário por seus feitos guerreiros, seu valor ou sua magnanimidade.
 2. Pessoa que por qualquer motivo é centro de atenções.
 3. Protagonista de uma obra literária.
 4. Semideus.
- (DICIONÁRIO AURÉLIO – SÉCULO XXI: verbete *herói*)

É possível afirmar então, que o “herói” é um homem *extraordinário* e, por isso mesmo, *acima da média*. Nesse sentido, cabe-nos demonstrar no texto de que maneiras, quais os recursos utilizados, enfim como os biógrafos de Anchieta empreenderam tal construção de uma imagem do jesuíta como *homem extraordinário, acima da média*. É evidente que eles procuraram apresentar Anchieta como um ser magnânimo e detentor de grandes valores; então é importante verificar quais foram estes valores exaltados pelos biógrafos.

A questão do “herói” não é simples e fácil de ser resolvida. Em vários momentos e entre diferentes povos e diferentes culturas, eles (os “heróis”)

aparecem e com algumas características semelhantes. Além disso, em geral, suas figuras sempre geram um determinado fascínio na sociedade. De acordo com Martin Cézár Feijó (1984) encontramos a questão do “herói” no mito, na literatura, na Antropologia, na Psicologia, nas histórias em quadrinhos, na História. Percebe-se, pois, que entre tais figuras, misturam-se aquelas criadas por nossa imaginação e pessoas reais, de carne e osso. No entanto, até mesmo estas são muitas vezes resultado de um processo de elaboração e criação também de nossa imaginação.

Flávio René Kothe (2000) discute a importância de se ver na construção dos “heróis” a sociedade, isto é, as contradições da sociedade que gerou tais personagens. É evidente o fato de que uma obra literária não consegue captar toda a realidade, mas pode nos fornecer alguns indícios. O autor afirma que:

Se todas as sociedades historicamente conhecidas foram sociedades estruturadas em classes, trata-se de ver a consequência disso para a estruturação das suas obras narrativas (inclusive o teatro). Esta é uma questão excluída do horizonte idealista vigente nos estudos literários, mas é preciso não se assustar com essa questão: mesmo que não haja pensamentos inocentes, pensá-la ainda não altera a realidade. Pelo contrário, confirma-a mais uma vez.

Se as obras literárias são sistemas que reproduzem em miniatura o sistema social, o herói é a dominante que ilumina estrategicamente a identidade de tal sistema. Rastrear o percurso e a tipologia do herói é procurar as pegadas do sistema social no sistema das obras. Nenhuma obra literária consegue ser a totalidade, mas o percurso do herói pelo alto e pelo baixo, pode ser um índice de totalização, uma totalidade indiciada. As obras literárias maiores sugerem a totalidade, enquanto as obras triviais escapam dela e deixam que ela escape: não captam propriamente sequer a natureza do fragmento de realidade para o qual se voltam. (2000, p. 8)

Kothe ainda afirma mais adiante no texto, que a principal característica de todo grande personagem é a união de contrários. Isso se explica pelo fato de que encontramos nas sociedades humanas, especialmente na capitalista, uma característica marcante: a contradição. Assim sendo, todo grande personagem é grande justamente porque é aquele que mais se aproxima do real, ou, melhor dizendo, porque é aquele que mais indícios pode nos fornecer para a compreensão desse real. Nesse sentido, o autor afirma:

Todo grande personagem é a união de contrários: ele é o alto cuja grandeza está na baixeza, ou é o alto que cai e readquire grandeza na queda, ou então é o baixo que se eleva e se mostra grandioso apesar dos pesares. Quanto maior a sua desgraça, tanto maior a sua grandeza [...] (2000, p. 13)

Vejamos um exemplo: Jesus Cristo pode, de certa maneira, ser visto como um grande personagem devido à união de contrários em sua figura. Ele reuniu o alto da divindade com o baixo da humanidade e teve seu apogeu, seu ponto mais elevado, exatamente no momento em que se encontrava mais degradado. Na Paixão, Jesus foi açoitado, traído, cuspidado, humilhado e pregado numa cruz; porém, foi especialmente nesse momento de degradação que se mostrou mais deus e mais redentor. E após toda a situação catastrófica, veio a Ressurreição, um verdadeiro *happy end* (Kothe, 2000, p. 33). A identificação dos cristãos com o seu personagem máximo, que é o próprio Cristo, pode ser entendida como um consolo contra a fraqueza humana; todos aqueles que sofrem anseiam por um final feliz, tão glorioso quanto o final de Jesus Cristo.

Também é importante explicitar o que se entende aqui por real. Não se trata de um real estático, imóvel, paralisado e pré-construído, mas sim de um real como fruto das relações que o homem mantém com os outros homens e com a natureza. Assim, os valores de uma sociedade distinguem-se dos valores de outra sociedade, da mesma forma que o real, dependendo de suas relações sócio-econômicas (Walty, 1986, p. 19).

Mas ainda podemos questionar: como surgem os “heróis”? Ou dito de outra forma: como surgem essas imagens de pessoas destacadas, acima da média dos homens, que, devido à união dos contrários em suas figuras, geram tanto fascínio e ainda nos permitem uma leitura do real, isto é, do real da sociedade que os gerou? Segundo Feijó (1984), o nascimento do “herói” se deu com o mito; todas as sociedades chamadas de arcaicas têm em seus mitos a presença de indivíduos destacados, superdotados e diferentes da média dos homens. Esses são os “heróis”. De acordo com o autor:

O mito corresponde às crenças de um povo, do conjunto, da comunidade, da coletividade. Por isso, ele se torna a “verdade” desse povo. Não é a verdade comprovada em laboratório, mas a verdade de uma mentalidade coletiva. Ou seja: um mito sobrevive

num povo não porque lhe explique a sua realidade, mas por refletir um aspecto real desse mesmo povo, e até de todos nós: os *mitos refletem sempre um medo da mudança*. (FEIJÓ, 1984, p. 12-13)

Se o *mito reflete o medo da mudança*, ele seria um consolo contra a história, enquanto o herói seria um consolo contra a fraqueza humana.

No entanto, o que nos interessa não é o “herói” mitológico, mas sim o “herói” em sua dimensão histórica. José de Anchieta foi um homem que existiu na realidade. Porém, sua figura é que foi construída, historicamente, de maneira “heróica”. Por isso, precisamos compreender como o “herói” se separou do mito e adquiriu uma nova forma: o herói na História.

De acordo com Martin César Feijó, o “herói” histórico é aquele que se torna uma figura palpável, real, e que cumpre uma função política e até mesmo ideológica. O autor afirma que:

Com o surgimento da sociedade diferenciada em classes sociais; do Estado com suas instituições organizadas; da cultura escrita e documentada, o herói, ultrapassando o mito, atingiu uma nova dimensão: o herói histórico.

A classe social dominante exerce o seu poder pelo controle da economia, da política e até do imaginário, através da ideologia. Nesse processo o herói torna-se figura real, palpável da História [...] (FEIJÓ, 1984, p. 22)

Entre os tipos de “heróis” históricos, um deles, especialmente, misturou elementos mitológicos e sagrados. Trata-se dos santos da Igreja Católica. Um exemplo bastante interessante é o de São Jorge, que é, ao mesmo tempo, guerreiro e santo. Segundo Feijó:

[...] na Idade Média, um tipo de herói histórico misturou o mitológico e o sagrado: os “santos” canonizados pela Igreja Católica, os heróis da religião cristã. Um deles teve nitidamente os dois aspectos juntos: era guerreiro, protetor das virgens diante de dragões, mas que acabou sendo cassado: São Jorge. Mas o mito ficou: de vez em quando até realiza milagres para o contentamento de democráticas torcidas... (1984, p. 26)

Antes de avançarmos é necessário discutir um outro aspecto bastante relevante: qualquer que seja a tipologia do “herói”, ele sempre participa da luta

entre diferentes interesses sociais. De maneira geral, a luta da qual todos os heróis participam é a luta de classes, conforme afirma Flávio R. Kothe:

[...] a rigor, a luta da qual todos os heróis participam é a luta de classes, ainda que em geral tudo seja feito, em termos de deslocamentos, deformações e escamoteamentos, para que este nível profundo não apareça enquanto tal. A luta de classes não é apenas o motor da História, mas o motor de qualquer história, em qualquer gênero, literário ou não-literário. (2000, p. 45)

É a partir deste referencial que buscaremos analisar a elaboração de uma imagem grandiloqüente de José de Anchieta. O padre é entendido aqui como esse “herói” histórico, que teve uma imagem construída de maneira romantizada, para que pudesse cumprir um papel ideológico. Assim, Anchieta, isto é, a imagem que lhe foi elaborada, representa uma categoria social e conseqüentemente a visão de mundo dessa categoria, isto é, a sua ideologia.

Entende-se por ideologia o conjunto de idéias e representações que servem para dar corpo e justificar a ordem social, as condições de vida e as relações que os homens mantêm entre si. Há que se diferenciar entre dois níveis na formação social: um da essência e um da aparência, um profundo e um superficial; assim, as idéias que compõem a ideologia são elaboradas a partir apenas do nível da aparência e não da essência. Isso significa que a ideologia sempre é a visão de mundo da classe dominante. Em geral, tais idéias passam a ser consideradas como incontestáveis, isto é, verdades absolutas. A ideologia cumpre o papel de manutenção da ordem social.⁴³

Para analisar as biografias de José de Anchieta deve-se questionar qual é a formação ideológica que os discursos contidos nessas obras propagam. Qual era a visão de mundo dos biógrafos? Quais os interesses que esses homens defendiam? Que tipo de homem pretendia se formar com esse discurso heroicizante? São algumas das questões para as quais se devem buscar respostas. José Luiz Fiorin afirma que:

⁴³ O termo ideologia foi utilizado pela primeira vez pelo filósofo Antoine Destutt de Tracy (1754-1836). O conceito moderno do termo pode ser encontrado na obra *A ideologia alemã*, de Karl Marx e Friedrich Engels (CHAUÍ, 1984).

Uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo. Como não existem idéias fora dos quadros da linguagem, entendida no seu sentido amplo de comunicação verbal ou não-verbal, essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem. Por isso, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo. Essa formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo o processo de aprendizagem lingüística [...] o discurso é mais o lugar da reprodução que o da criação. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer [...] (1995, p. 32)

Nesse sentido, o discurso contido nas biografias está, evidentemente, marcado por uma determinada visão de mundo: a visão de mundo propagada pelos padres jesuítas dos séculos XVI e XVII. Claro está, também, que a propagação de determinada ideologia não é, necessariamente, atividade consciente. O discurso, conforme afirma José Luiz Fiorin (1995, p. 35) não é a expressão da consciência, mas sim o contrário: a consciência é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. Nesse sentido, o homem aprende uma maneira de ver o mundo e, na maior parte das vezes, reproduz tal visão de mundo em sua fala (escrita ou não). Dessa forma, os enunciadores de um discurso, no caso os biógrafos, não podem ser vistos como indivíduos livres das coerções sociais:

[...] Por ser produto de relações sociais, assimila uma ou várias formações discursivas, que existem em sua formação social, e as reproduz em seu discurso [...] O indivíduo não pensa e não fala o que quer, mas o que a realidade impõe que ele pense e fale. (FIORIN, 1995, p. 43)

Levando em conta os aspectos anteriormente citados, especialmente a respeito das coerções sociais, isto é, da visão de mundo defendida pelos biógrafos, para proceder à análise do processo de construção histórica do “herói” Anchieta, verificaremos, primeiramente, de que forma Quirício Caxa, Pero Rodrigues e Simão de Vasconcelos apresentaram uma imagem do Padre

Anchieta como um “santo”.⁴⁴ Neste caso, entendemos por *santo* aquele homem que é virtuoso em vários aspectos, como por exemplo na bondade para com o próximo, na obediência às leis divinas (no caso, da Igreja Católica) e na caridade. Além disso, o *santo* é também entendido aqui, como aquele que tem uma íntima ligação com Deus e que, por isso, é capaz, até mesmo, de receber mensagens dos céus.

Em segundo lugar, procuraremos analisar de que forma foi construída pelos biógrafos, uma imagem de “missionário” a respeito de Anchieta. “Missionário” é aqui entendido como o religioso que abandona sua família e sua pátria e parte em busca de um ideal que não é apenas seu, mas de sua religião. Nesse sentido, o “missionário” se dirige a lugares longínquos, demonstrando um desapego com as coisas materiais, e se põe a catequizar e buscar novos fiéis para sua igreja.

Em terceiro lugar, também é nosso intuito, analisar a contribuição dos biógrafos aqui selecionados na construção de uma imagem de “educador” de José de Anchieta. Verificaremos como foi elaborada uma imagem Anchieta como homem que tinha até mesmo uma “vocação” para a educação, isto é, que adotou a educação como um “sacerdócio”, uma “missão divina”.

A discussão sobre obras tais como as que pretendemos analisar deve ser feita com alguns cuidados. Primeiramente, devemos considerá-las como obras históricas, uma vez que foram produzidas em uma determinada época, em um determinado contexto. Nesse sentido, faz-se imperiosa a contextualização do período em que as biografias aqui tomadas como objeto de análise foram produzidas. Estamos nos referindo aos séculos XVI e XVII, e, em especial, às atividades desempenhadas pelos padres da Companhia de Jesus nos primeiros séculos de colonização do Brasil. É importante destacar o papel desempenhado por essa Ordem religiosa, uma vez que as três obras foram escritas por padres inacianos.

⁴⁴ As obras aqui analisadas foram importantes para o longo processo que levou à beatificação do Pe. José de Anchieta, beatificação esta, que foi decretada em 22 de junho de 1980 pelo papa João Paulo II. Percebe-se que o processo todo levou mais de 383 anos e o Pe. Murillo Moutinho, S. J. o divide em quatro períodos distintos: o primeiro, de 1597 a 1613, no qual o jesuíta teria ganhado a “fama de santidade”. O segundo, de 1613 a 1736, marcado pelos processos diocesanos e apostólicos. O terceiro, entre 1736 e 1961, foi o mais longo e no qual José de Anchieta recebeu o título de “Venerável”. E por fim, o quarto período, entre 1961 e 1980, quando o “apóstolo do Brasil” recebeu o título de “Beato”. (MOUTINHO, 1997, p. 95-96)

Para se conhecer uma interpretação histórica [...] é sempre preciso saber quem a formulou: um nativo ou um estrangeiro, um amigo ou inimigo, um erudito ou um cortesão, um burguês ou um camponês, um rebelde ou um súdito dócil. As narrativas podem se contradizer e, paradoxalmente, ser verdadeiras [...] (REIS, 2000, p. 11)

Assim sendo, para *saber quem formulou estas interpretações históricas* precisaremos buscar a compreensão do contexto no qual estavam inseridos os autores de tais interpretações. Entretanto, o movimento aqui é dialético, pois, ao mesmo tempo em que é importante o estudo do contexto, também a análise do discurso contido nessas interpretações nos permite verificar a visão de mundo daqueles que os produziram:

A análise do discurso vai, à medida que estuda os elementos discursivos, montando por inferência a visão de mundo dos sujeitos inscritos no discurso. Depois, mostra que é que determinou aquela visão nele revelada. (FIORIN, 1995, p. 77)

Além da contextualização, também é necessário tomar um segundo cuidado: em geral, como nos afirma Paulo de Assunção (2004), não existe um amplo número de estudos confiáveis acerca do tema *Companhia de Jesus*. Na maior parte das vezes, o que se evidencia é, por um lado, uma literatura *antijesuítica*, que segue o modelo que se instaurou na Europa a partir do final do século XVIII, e, por outro lado, uma literatura *pró-jesuítica*, liderada pelos próprios inicianos. Vejamos o que o autor afirma:

De um lado, preponderava uma literatura baseada na exaltação dos primeiros padres que chegaram à América Portuguesa ou daqueles que exerceram influência na história do império ultramarino lusitano, discurso marcado pelo tom das biografias, não permitindo compreender claramente a influência da Companhia de Jesus na formação da nação brasileira. Por outro lado, a corrente antijesuítica instalada na Europa, no final do século XVIII, ganhara fôlego com as comemorações do centenário do Marquês de Pombal e do Pe. Antônio Vieira, no final do século XIX. Esta corrente consolidou com presteza seus ataques às manifestações culturais e políticas dos inicianos, tendo em vista as atividades deles em Portugal, dentre elas o lançamento da revista *Brotéria*, em 1902, que causou alvoroço junto a intelectualidade portuguesa. (2004, p. 17-18)

Dessa maneira, sabemos de qual lado estão os estudos que iremos analisar e por isso mesmo, devemos considerar que as obras foram escritas com um claro propósito: enaltecer os feitos de Anchieta e, conseqüentemente, da Companhia de Jesus. Isso não pode ser perdido de vista durante nossa análise.

3. A COMPANHIA DE JESUS E A EMPRESA COLONIAL PORTUGUESA NA AMÉRICA

O propósito deste capítulo é discutir o contexto dos séculos XVI e XVII, enfatizando especialmente a empresa colonial portuguesa na América, ou seja, no Brasil. A intenção aqui é fornecer as bases para a compreensão dos textos, isto é, dos discursos contidos nas biografias que contribuíram para a elaboração de uma figura “heróica” do padre José de Anchieta. Assim, o recorte se justifica pelo fato de que as obras em questão datam dos séculos XVI e XVII e, também, porque foram produzidas por padres da própria Companhia de Jesus; nesse sentido, é imperioso enfatizar a ação dos missionários inicianos no período citado. Além disso, o estudo da História da Educação no Brasil, bem como o estudo da própria História do Brasil-Colônia, não pode ser feito se não se leva em consideração o trabalho efetuado pelos padres jesuítas logo no início da colonização da então colônia portuguesa. Dessa forma, a intenção é compreender e analisar o momento no qual os membros da Companhia vieram para o Brasil e aqui se constituíram na Ordem Religiosa de maior destaque.

3.1. A Companhia de Jesus e a Igreja Católica no século XVI

Primeiramente, há que se considerar que o século XVI foi, sem dúvida, um dos momentos mais conturbados na história da Igreja Católica. Foi nesse século que aconteceu a chamada Reforma Protestante, iniciada em 1517 por Martinho Lutero na Alemanha, que dividiu a cristandade ocidental em católicos e protestantes. O rompimento demonstra o descrédito pelo qual passava o Catolicismo no período.

Daniel-Rops (Henri Petiot) (1999) afirma que a Igreja Católica, antes mesmo da Reforma Protestante, vivia uma situação de descrédito muito grande. Desde os tempos medievais a instituição buscava uma reforma interna, que o autor denominou de Reforma Católica. Para exemplificar, ele cita as fundações de

Ordens Religiosas mendicantes no final da Idade Média, mais especificamente nos séculos XII e XIII:

Basta lançar uma vista de olhos pela História da Igreja para compreender facilmente que a Reforma católica do século XVI não é diferente, na sua essência, das outras “reformas” que desde sempre balizaram o decurso do tempo, marcando a aplicação de uma lei inelutável. O que os monges de Cluny fizeram no século XI, o que São Norberto, São Bernardo e outros realizaram no século XII, o que São Francisco de Assis e São Domingos empreenderam tão corajosamente no século XIII, todos esses trabalhos incessantemente recomeçados provêm do mesmo espírito e têm o mesmo significado daqueles que serão realizados pelos papas e pelos padres conciliares do Concílio de Trento e pelos fundadores de Ordens Religiosas, seus contemporâneos [...] (1999, p. 8)

Apesar dos esforços da Igreja desde os tempos medievais em se reformar internamente, o que se estabeleceu no século XVI foi a separação da cristandade. E a partir da Reforma, o Catolicismo passou a travar um verdadeiro embate contra os protestantes: a Contra-Reforma.

As circunstâncias eram caóticas para o Catolicismo. Daniel-Rops (Henri Petiot) (1999) citando uma bula papal de Paulo III, afirma que o papa conseguiu compreender a necessidade de enfrentar o triplo perigo ao qual estava exposta a Igreja: o avanço dos turcos, o esfacelamento político e a desagregação religiosa:

Na bula que enviaria mais tarde ao Concílio de Trento, resumiria perfeitamente a situação que encontrou ao ascender ao trono pontifício: “Naqueles dias, tudo estava cheio de ódios e dissensões. Em toda a parte, os príncipes a quem Deus confiara o governo digladiavam-se entre si. A unidade do nome cristão estava despedaçada em consequência dos cismas e das heresias. Os turcos progrediam por mar e por terra: Rodes estava perdida, a Hungria devastada, A Itália ameaçada, do mesmo modo que a Áustria e a Eslovênia. A cólera divina abatia-se sobre todos nós, pecadores”. Esse homem lúcido compreendeu que era tempo de enfrentar o triplo perigo dos turcos, do esfacelamento político e da desagregação religiosa [...]. (1999, p. 81)

Em meio a essa situação instável e desagradável para o Catolicismo, foi fundada a Companhia de Jesus, que acabou se constituindo na principal Ordem Religiosa da Modernidade, atuando como braço-direito da Igreja na Contra-

Reforma. A Ordem foi aprovada e aceita pelo papa Paulo III por meio da carta apostólica *Regimini Militantis Ecclesiae*, em 1540. No entanto, o processo de estabelecimento dos jesuítas é anterior a essa data; pode-se dizer que teve início com a conversão do fundador da Companhia, Inácio de Loyola. Dessa forma, é importante nos atermos momentaneamente à vida deste homem.

Inácio de Loyola nasceu na região basca de Azpeitia, provavelmente em 1491, chamado de Iñigo de Loyola.⁴⁵ Até os 26 anos de idade, segundo atestam vários biógrafos, “foi homem entregue às vaidades do mundo”.⁴⁶ Seguindo os passos de seus irmãos mais velhos, Inácio se tornou cavaleiro do rei. Um rápido olhar sobre a Espanha dos séculos XV e XVI nos permite compreender as atitudes que levariam Iñigo a se tornar Inácio, ou seja, que levariam o cavaleiro a se tornar chefe de uma Ordem Religiosa.

Em primeiro lugar, em sua juventude, os espanhóis respiravam ares de cruzada (secular cruzada nacional contra os dominadores islâmicos). Além disso, os reis de Portugal, Espanha e Inglaterra tinham ainda o projeto de reconquistar Jerusalém, eliminando os muçulmanos da Terra Santa. Esse ideal medieval marcou Inácio, e ainda podemos percebê-lo no nascimento da Companhia de Jesus, quando os primeiros companheiros tinham o interesse de viajar para Jerusalém com o intuito de reconquista dessa terra.

Em segundo lugar, o ideal cavalheiresco marcava especialmente a pequena-nobreza espanhola, da qual Inácio fazia parte: a luta contra infiéis poderia ser uma forma de realizar antigos desejos medievais e também da obtenção e manutenção de patrimônios, em especial da terra. Esta paixão e aventura cavalheiresca se refletiam com freqüência na espiritualidade típica do “século de ouro” da Espanha (século XVI, especialmente).⁴⁷ García-Villoslada afirma que Inácio de Loyola representou a união destes ideais cavalheiresco e religioso presentes na sociedade espanhola:

⁴⁵ Somente mais tarde, em Paris, aos 38 anos de idade, ao entrar para a Faculdade de Artes, é que Iñigo adotaria o nome de Inácio. Para facilitar, no texto adotaremos apenas *Inácio de Loyola*.

⁴⁶ Veja-se, por exemplo: Ricardo GARCÍA-VILLOSLADA (1991), Pedro de RIBADENEYRA (1967) e André RAVIER (1982).

⁴⁷ Cf. PRAT (1947), especialmente o Capítulo I: El guerrero e el cortesano, p. 13-37; o Capítulo III: La aventura e la pasión cabalheresca, p. 59-75; e o Capítulo IV: La vida religiosa. Nos três o autor trata de temas importantes da vida social na Espanha no século XVI: o belicoso, o cavalheiresco e o religioso, freqüentemente interligados.

Parece incrível que no seio de uma família basca se reflitam tão perfeitamente os ideais da Espanha do século XVI: o da cruzada nacional, o da guerra contra a Meia-lua e contra os protestantes, o da exploração e conquista da América, o dos Terços de Flandres e da Itália às ordens de egrégios comandantes e finalmente o ideal religioso. (1991, p. 70)

A sua conversão teve início após um ferimento em Pamplona, no dia 20 de maio de 1521; durante uma batalha, uma bala de canhão raspou-lhe a perna, o que lhe deixaria seqüelas por toda a vida. Em sua recuperação, na casa dos Loyola, Inácio realizou a leitura de dois livros: a *Vida de Cristo* e *A Legenda Áurea* (vida de santos). A partir desta experiência, Inácio abandonou o título de nobreza e passou a viver como peregrino e mendigo, vivendo apenas das esmolas que lhe eram oferecidas. Foi também nessa época que Inácio começou a redigir os *Exercícios Espirituais*.⁴⁸

Nessa “nova vida”, o peregrino se dirigiu a Jerusalém onde tinha a intenção de permanecer para conquistar a terra de infiéis. Entretanto, sem obter a permissão para se estabelecer, teve que voltar para a Europa e a partir de então começou a se dedicar aos estudos. Em seguida, já em Paris, como estudante na Faculdade de Artes, iniciou a seleção das primeiras colunas da Companhia de Jesus. Eram elas: Pedro Fabro, Francisco Xavier, Diogo Laínez, Afonso Salmerón, Simão Rodrigues e Nicolau Bobadilla. A cada um Inácio aplicou os *Exercícios* e na seqüência, os primeiros companheiros realizaram três votos, em Montmartre: o voto de pobreza, de castidade e de peregrinar a Terra Santa, para se dedicarem à evangelização e salvação das almas. É evidente que não havia se formado ainda uma nova Ordem Religiosa; no entanto suas sementes já haviam sido lançadas ao solo. Neste pequeno grupo podemos perceber os primeiros ideais dos jesuítas: a propagação da fé católica entre os infiéis, tudo para maior glória de Deus e para o bem da Igreja.⁴⁹

Tais ideais da propagação da fé católica entre os muçulmanos, *ad maiorem Dei gloriam*, para maior glória de Deus, podem ser lidos na carta de fundação da Ordem, que data de 1539, chamada de *Fórmula do Instituto*. Nesta carta, algumas

⁴⁸ Os *Exercícios Espirituais* são a base da espiritualidade inaciana. Todo jesuíta deve realizar tais exercícios para o ingresso na Ordem; no entanto, ao contrário das *Constituições*, os *Exercícios Espirituais* não se restringem a esta Ordem: pertencem a toda Igreja.

⁴⁹ Este é o principal lema dos jesuítas: *ad maiorem Dei gloriam*. Todas as suas atitudes deveriam ser norteadas por tal princípio, que surgiu com Inácio e os primeiros companheiros em Montmartre.

características importantes da Ordem nascente podem ser notadas. Dentre elas, a questão dos ideais da Companhia:

Todo aquele que pretender alistar-se sob a bandeira da cruz na nossa Companhia, que desejamos se assinale com o nome de Jesus, para combater por Deus e servir somente ao Senhor e ao Romano Pontífice, seu Vigário na terra, depois do voto solene de perpétua castidade persuada-se que é membro da Companhia. Esta foi instituída principalmente para o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs, e para a propagação da fé, por meio de pregações públicas, do ministério da palavra de Deus, dos Exercícios Espirituais e obras de caridade, e nomeadamente pela formação cristã das crianças e dos rudes, bem como por meio de Confissões, buscando principalmente a consolação espiritual dos fiéis cristãos. Procure ter sempre diante dos olhos primeiramente a Deus e depois a regra deste seu Instituto, que é um caminho determinado para ir até Ele. E este fim, que lhe foi proposto por Deus, procure alcançá-lo com todas as forças [...] (INÁCIO DE LOYOLA, 1997b, p. 21-22)

Percebe-se que a Ordem foi instituída com o propósito de aperfeiçoar as almas na doutrina cristã, utilizando-se de várias maneiras para realizar tal empreendimento: pregações, *Exercícios Espirituais*, obras de caridade, formação das crianças e as Confissões. Além disso, a Ordem apresentava uma inovação em relação a outras até então existentes: o quarto voto de obediência irrestrita ao Sumo Pontífice. Isto também está justificado no texto, como podemos ler:

[...] Apesar de o Evangelho nos ensinar, e sabermos pela nossa fé ortodoxa e firmemente confessarmos que todos os fiéis cristãos estão sujeitos ao Romano Pontífice, como Cabeça e Vigário de Jesus Cristo, nós, contudo, para maior humildade da nossa Companhia e perfeita mortificação de cada um e abnegação das nossas vontades, julgamos da maior importância que cada um de nós, além desse vínculo comum, se ligue por um voto especial, de tal forma que nos obriguemos a seguir tudo aquilo que o atual e os outros Romanos Pontífices ao tempo existentes mandarem, para proveito das almas e propagação da fé. E assim, fiquemos obrigados, quanto estiver na nossa mão, a ir sem demora para qualquer região aonde nos quiserem mandar, sem qualquer subterfúgio ou escusa, quer nos enviem entre os turcos ou outros infiéis que habitam, mesmo que seja nas regiões que chamam de Índias, quer para entre hereges ou cismáticos, quer ainda para junto de quaisquer fiéis. (INÁCIO DE LOYOLA, 1997b, p. 24-25)

A questão do quarto voto de obediência irrestrita ao papa, demonstra o caráter missionário da Ordem. Aliás, tal caráter já se encontrava presente em Paris, quando os primeiros companheiros se reuniram e decidiram se dirigir à Terra Santa para a conquista dos infiéis. No entanto, no novo contexto que se configurava para a Igreja Católica, de crise, de embate contra os protestantes e das grandes navegações, com a descoberta do Novo Mundo, tal voto se constituiu num aspecto sedutor para o Catolicismo: os jesuítas estavam dispostos a ir para onde quer que fossem enviados, pregar a visão de mundo católica. Aos poucos, o papa começou a enviar os inacianos para as missões.

Uma das características fundamentais desta nova Ordem Religiosa que nascia era a questão da obediência, isto é, da organização hierárquica, tal qual um exército. Podemos notar neste ponto, uma influência do próprio fundador, ex-cavaleiro basco. De qualquer forma, esta era uma marca muito presente na estrutura da Companhia: a subordinação ao Superior Geral, ao Sumo Pontífice e a Deus.⁵⁰ Este foi um ponto muito debatido pelos inacianos, principalmente quando deram início aos seus trabalhos missionários. Uma questão parecia ser de vital importância: como manter a unidade da Ordem, ao mesmo tempo em que muitos padres estavam sendo solicitados pelo papa para trabalharem nas missões? Os companheiros chegaram à conclusão de que somente permaneceriam unidos se falassem a mesma linguagem: a linguagem da obediência.⁵¹

Apesar da obediência irrestrita ao Superior e ao papa, isso não significava que os subordinados não pudessem expressar suas opiniões: no interior da Ordem cada um tem o seu momento de falar. Ludo Abicht afirma que:

A Ordem que defenderia a milícia eclesiástica era estruturada de forma militar. A autoridade de Deus, exercida pelo Papa, era delegada ao Superior Geral e, através dele, para os Superiores Nacionais, Regionais e Locais. Obediência incondicional é um dos primeiros preceitos para o funcionamento da Ordem. Este

⁵⁰ Os superiores na Companhia de Jesus pertencem a três categorias: o que governa toda a Companhia e se chama "Prepósito Geral", os que governam as províncias e se chamam "Provinciais" e os que governam as casas e se chamam "Superiores" ou "Superiores Locais". Veja-se mais em INÁCIO DE LOYOLA, 1997b, p. 387-390.

⁵¹ Estas discussões podem ser consultadas nas *Deliberações de 1539*. O documento foi escrito e produzido a partir das meditações dos primeiros companheiros sobre o futuro da Ordem que estava se formando, no momento em que o papa precisou dispor de um de seus membros para ir ao Oriente, trabalhar como missionário: trata-se de Francisco Xavier, o primeiro jesuíta a se afastar do grupo, e que mais tarde receberia o título de Santo. (TONER, 1974)

absolutismo, entretanto, é moderado por um alto grau de discussão, em seu determinado tempo. (1984, p. 27)⁵²

Para manter esta união *do corpo com a cabeça*, um outro fator contribuiu grandemente: a comunicação entre os membros. Os jesuítas das missões em todo o mundo eram obrigados a se comunicar com seus superiores, por meio de cartas, para darem conta das atividades que estavam desenvolvendo.⁵³ Fernando Torres-Londoño afirma que:

Em cartas ou relatórios o jesuíta se comunicava com seus superiores distantes informando, consultando, opinando, discordando, assinalando sua disposição a obedecer. Era também por cartas que o governo geral, os provinciais, os reitores de colégios transmitiam suas decisões, envios e destinos aos súditos que se encontravam longe. (2002, p. 21)

Nesse sentido, a institucionalização de tal prática permitiu a constituição de um conjunto monumental de documentos, fontes para pesquisa, que permite, hoje, conhecer não apenas a forma de pensar dos jesuítas dos séculos XVI, XVII e XVIII, mas também a própria história daquela época. Nestas cartas, podemos encontrar descrições, ensinamentos, solicitações, conteúdos catequéticos, estilo literário em formação; em outras palavras: uma boa visão da época e do modo de pensar e agir. Além disso, esta rede de comunicações foi, sem dúvida, em grande parte responsável pelo sucesso que a Ordem obteve em seus trabalhos apostólicos, já que possuía uma grande eficácia e mantinha todos os membros com um “discurso afinado” com a ortodoxia católica.

Um outro ponto marcante na história da Companhia de Jesus foi o seu trabalho na área educacional. Quando a Ordem começou a tomar forma, com a seleção dos primeiros companheiros, Inácio de Loyola estava estudando em Paris e, dessa maneira, também eram estudantes aqueles primeiros jesuítas. Por isso mesmo, desde cedo, a questão da formação do jesuíta era central: exigia-se dos

⁵² Como a citação se trata de uma livre-tradução do inglês, transcrevemos aqui o original: “The Order that would defend the *Ecclesia militans* was structured in a military way. God’s authority, exercised by the Pope, was delegated to the General Superior of the Order and, through him, to the national, regional and locals superiors. Unconditional obedience is one of the first preconditions for the good functioning of the Order. This absolutism however is moderated by a remarkably high degree of input and discussion, considering the time.”

⁵³ Esta obrigação estava presente nas *Constituições da Companhia de Jesus*. Veja-se INÁCIO DE LOYOLA (1997, §673 e 674).

novatos o estudo, a boa formação. É evidente que isso representava também um anseio da própria Igreja Católica no século XVI, já que um dos motivos de seu descrédito perante a sociedade era a má formação do clero. Assim entendemos mais uma das razões que fizeram dos jesuítas uma das bases mais importantes da Contra-reforma.

No entanto, a educação não era vista como o principal trabalho da Ordem em seu nascimento; os primeiros companheiros davam mais importância ao trabalho missionário, que significaria a conversão dos infiéis. Contudo, perceberam que a educação poderia auxiliar em muito na conquista destes novos fiéis, especialmente a partir da formação de bons cristãos, de uma nova cristandade. Por isso, aos poucos, a Ordem colocou o seu trabalho educacional como a principal atividade a ser desenvolvida. Os jesuítas fundaram inúmeros colégios não apenas na Europa, mas também nas missões com mesmo intuito: formar bons cristãos; e isto não se limitava aos padres da Companhia, mas se estendia também à comunidade. Em seus colégios, o método de estudos aplicado era chamado de *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, que foi publicado pela primeira vez em 1599. A sua elaboração envolveu todos os membros da Ordem, numa forma que hoje poderia ser chamada de “centralismo democrático”, e posteriormente se tornou um dos principais documentos da pedagogia moderna.⁵⁴ Leonel Franca escreveu sobre a aplicação do método nos colégios da Ordem:

Pedagogicamente, a aplicação do Ratio foi coroada, em toda a parte, de um êxito incontestável. Confessam-no todos os escritores desapaixonados, ainda os menos simpáticos aos jesuítas. E se a árvore se conhece pelos frutos, aí estão eles, numerosos e sazonados, a atestar-lhe a boa seiva e fecundidade. Não só a obra educativa dos colégios da Companhia foi um dos fatores mais eficientes da contra-reforma católica, senão também que a ela se acha ligada grande parte da aristocracia intelectual dos últimos séculos [...] (1952, p. 6)⁵⁵

⁵⁴ Claro está que o documento não foi produzido com o intuito de se tornar um método inovador, revolucionário; no entanto, constituiu-se em ponte entre o medieval e o moderno. Veja-se, sobre o tema, o texto *Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a Ratio Studiorum*, de César de Alencar ARNAUT DE TOLEDO (2000) a respeito do método de ensino dos jesuítas.

⁵⁵ É importante nos lembrarmos de que a Companhia tinha vários colégios-modelo, como o de La Flèche, por exemplo, fundado em 1603, pelo rei Henrique IV da França. Neste colégio especificamente, o aluno mais ilustre foi, sem dúvida, René Descartes, que nele estudou entre os anos de 1606 e 1614, em cujo pensamento podemos notar a indelével marca jesuítica. Além de

Não é difícil compreender porque os jesuítas foram tão importantes na construção do mundo moderno. Por meio de sua obra educacional, aliada à sólida organização e à rígida disciplina, estes padres exerceram uma grande influência na própria formação do pensamento da Modernidade. Nunca uma Ordem Religiosa havia empreendido tamanha tarefa: uma rede de ensino internacional, de proporções mundiais. John O'Malley nos ajuda a visualizar a questão:

Os jesuítas foram a primeira ordem religiosa da Igreja Católica a se lançar na educação formal como um ministério maior. Tornaram-se uma 'ordem de ensino'. É difícil para nós compreendermos a coragem de decisão que isso representava. Sua importância para a cultura do início do catolicismo moderno foi incalculável. No período em que a Companhia foi supressa por um edito papal em 1773, estavam operando em mais do que 800 universidades, seminários e especialmente, colégios de segundo grau em quase todo o globo. O mundo nunca tinha visto antes e nem viu desde então tão imensa rede de instituições educacionais operando em base internacional [...] (2004, p. 36)

Além das missões e também da educação, a Companhia de Jesus exerceu uma outra função de destaque na Modernidade: muitos membros da Ordem se tornaram confessores de reis e príncipes, o que evidentemente, deixava influências no pensamento destes governantes. Sobre o tema, podemos ler em Jean Lacouture:

Os confessores jesuítas, fiéis ao espírito da sociedade inaciana, estavam menos propensos do que os outros clérigos a se limitar à ordem espiritual. Desde 1540, a Companhia vive "no século" e se comporta como uma instituição militante e responsável pela coisa pública. São poucos os gestos do fundador que não levam em conta os interesses coletivos "mundanos" ou terrestres: sua correspondência [...] está repleta de referências ao comportamento dos grandes, aos equilíbrios de poder. Do casamento da "diva Signoria" ao ingresso da infanta Juana na Sociedade, o que está em jogo é sempre a política, os interesses da paz, a estabilidade dos tronos, os riscos de conflitos. (1994, p. 392)

Descartes, outros intelectuais foram formados em colégios da Companhia. Entre eles podemos citar: Montesquieu, Rousseau, Diderot, Cervantes e Antônio Vieira.

Confessores de reis e príncipes, missionários e educadores: exercendo tais funções, os jesuítas viveram intensamente o mundo da Modernidade. Reconhecer suas marcas no pensamento da época parece imperioso. Especialmente no Novo Mundo, onde a conquista de novos fiéis se configurava, ao mesmo tempo, como um trabalho árduo e sedutor.

A Ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola atendia aos principais interesses da Igreja Católica na metade do século XVI. No momento de crise do catolicismo, os padres inacianos se constituíram em um instrumento bastante eficaz no processo de Reforma Católica: devido à rígida formação intelectual, eles poderiam liderar uma reforma do clero, que há muito tempo vivia um descrédito por sua má formação. Além disso, o fato de os jesuítas não ficarem enclausurados em monastérios, também se constituía em um ponto importante para os interesses das autoridades católicas: como não havia a clausura e com o quarto voto de obediência máxima ao Sumo Pontífice, os jesuítas estavam dispostos e até mesmo obrigados a se dirigirem para qualquer parte do mundo a serviço de seus superiores. Assim sendo, vemos que os padres inacianos reuniam um conjunto de fatores que despertaram o interesse da alta cúpula do Catolicismo, e, com isso, tornaram-se muito importantes na conquista espiritual das terras recém-descobertas.

3.2. A empresa colonial portuguesa: um capítulo da história do comércio europeu

A partir de meados do século XV, Portugal e Espanha construíram verdadeiros impérios marítimos; tal fato marcou de maneira decisiva o início dos Tempos Modernos. Os domínios desses dois países não se limitavam à Europa, mas se estendiam pela África, América e Ásia. A grandiosidade desse movimento, que ficou conhecido como grandes navegações, ainda hoje exerce fascínio sobre os homens. Charles R. Boxer (1904-2000), historiador inglês, que dedicou boa parte de sua vida ao estudo do império marítimo português, afirma que foram os ibéricos do século XV os responsáveis por unir as diversidades humanas, isto é, os responsáveis por apresentá-las umas às outras:

[...] a característica principal da história da sociedade humana antes dos descobrimentos de portugueses e espanhóis era a dispersão e o isolamento dos vários ramos da humanidade. As sociedades humanas que florescia e declinavam em toda a América, e em grande parte da África e do Pacífico, eram completamente desconhecidas dos que viviam na Europa e na Ásia. Os europeus ocidentais, com exceção de alguns comerciantes empreendedores, italianos e judeus, conheciam apenas vaga e fragmentariamente as grandes civilizações asiáticas e norte-africanas. Estas, por sua vez, sabiam pouco ou nada da Europa que existia ao norte dos Pirineus e da África ao sul do Sudão [...] e desconheciam tudo acerca da América. Foram os pioneiros portugueses e os conquistadores castelhanos da orla ocidental da cristandade que uniram, para o melhor e para o pior, os ramos enormemente diversificados da grande família humana [...] (BOXER, 2002, p. 15-16)

A análise da colonização portuguesa na América deve subentender, primeiramente, que ela não se trata de um fato isolado de uma nação empreendedora, mas sim de uma parcela de um todo, que, conforme afirma Caio Prado Júnior em seu clássico estudo *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, encontra-se incompleta sem a visão desse todo:

Realmente a colonização portuguesa na América não é um fato isolado, a aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independente delas. É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo [...]. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 20)

O “todo” ao qual se refere Caio Prado (1977) nada mais seria do que a história do comércio europeu, que marcou decisivamente a Modernidade, tanto nos países europeus, como nos territórios conquistados após a expansão ultramarina:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora [...]. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 22)

Nesse sentido, a colonização do Brasil e, conseqüentemente toda a sua história, tem a expansão do comércio europeu, a partir do século XV, como princípio norteador. É este aspecto que nos auxilia na compreensão da forma como os europeus abordaram e conquistaram suas colônias.

É importante para a compreensão do processo como um todo, analisar as razões do sucesso lusitano na conquista de seu império ultramarino o que, por sinal, não se constitui em uma tarefa fácil de ser realizada. Qualquer resposta pode ser demasiado simplificada, para explicar um processo tão complexo e grandioso como foi aquele chamado de “era dos descobrimentos”. Boxer (2002) afirma que os impulsos fundamentais às grandes navegações surgiram de uma mistura de fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, sendo que esses fatores nem sempre estiveram misturados na mesma proporção. Vejamos suas palavras:

[...] Correndo o risco de uma simplificação exagerada pode-se, talvez, dizer que os quatro motivos principais que inspiraram os dirigentes portugueses (reis, príncipes, nobres ou comerciantes) foram, em ordem cronológica, mas sobrepostos e em diversos graus: (1) o fervor empenhado na cruzada contra os muçulmanos; (2) o desejo de se apoderar do ouro da Guiné; (3) a procura de Preste João; (4) a busca de especiarias orientais. (BOXER, 2002, p. 34)

O autor afirma ainda, que um fator importante para o sucesso e o pioneirismo dos portugueses foi o fato de que durante todo o século XV, Portugal foi um reino unido e, praticamente livre de guerras civis. Os espanhóis, por outro lado, sofreram um tempo de perturbações, que contribuiu em muito para impedir que eles competissem eficazmente contra os portugueses. Não apenas os espanhóis: o século XV foi um século de agitações internas e externas em várias nações da Europa Ocidental.

Essa unidade do reino de Portugal se deve à sua unificação que aconteceu anteriormente a todos os países europeus. O território português, como o que conhecemos atualmente, foi delimitado praticamente todo com a conquista de Silves que se encontrava sob o poder dos mouros, na província mais meridional do país, o Algarve, no ano de 1249. Boxer afirma:

Com a conquista de Silves, o último baluarte mouro na província (ou reino como era tecnicamente chamado) mais meridional, o Algarve, em 1249, Portugal definiu o que praticamente são suas fronteiras nacionais atuais. Assim, Portugal não só foi o primeiro dos estados-nações europeus modernos, como expulsou os invasores muçulmanos de seu solo aproximadamente dois séculos antes que a conquista da Granada moura, por Fernando e Isabel (1492) [...] (2002, p. 18)

A referida conquista aconteceu ainda sob a Dinastia Afonsina (1128-1385); o rei de então, era D. Afonso III, que governou de 1248 a 1279. No entanto, foi apenas anos mais tarde, com a Dinastia de Avis (1385-1580) que se iniciou, efetivamente, o processo de construção do império marítimo português. Boxer afirma:

As viagens de descobrimento dos portugueses no oceano Atlântico parecem ter começado por volta de 1419, quatro anos depois da conquista de Ceuta, tomada dos mouros. Por motivos de ordem prática, pode-se considerar que a primeira etapa da expansão ultramarina da Europa tenha se iniciado numa dessas datas. Pode-se considerar também que essa etapa tenha sido concluída com a volta de Vasco da Gama a Lisboa, em julho de 1499, seis anos depois de Cristóvão Colombo ter realizado a épica viagem de descoberta das Antilhas. (2002, p. 31)

Nesse processo, na primeira etapa das viagens dos descobrimentos, deve-se fazer referência a uma figura em especial. Trata-se do Infante D. Henrique (1394-1460), quinto filho do rei D. João I (?-1433). Ele foi um grande incentivador das navegações, sendo por isso, conhecido como *Henrique, o Navegador*. Viveu na cidade de Sagres, ordenando a construção de vários estaleiros e arsenais, onde reuniu um grupo formado pelos melhores navegadores, cartógrafos e astrônomos da época. O grupo ficaria conhecido como *Escola de Sagres*. A importância desse fato para a expansão portuguesa é muito grande, já que foi a partir disso, que os portugueses desenvolveram um conhecimento que lhes permitiu a conquista dos mares.

[...] a experiência adquirida possibilitou aos portugueses conhecer o sistema de ventos do Atlântico norte e, no devido tempo, os do Atlântico sul. A experiência obtida nessas viagens também lhes possibilitou o desenvolvimento (embora não saibamos exatamente quando) de um novo tipo de navio, a caravela de velas latinas, que

navegava contra o vento melhor do que qualquer outro tipo de barco europeu [...] Ao final do século XV, os melhores navegadores portugueses sabiam calcular de forma bastante precisa a sua posição no mar pela combinação da latitude observada com o cálculo, e possuíam excelentes guias práticos de navegação para a costa ocidental africana (roteiros; daí o inglês *rutters*). Seus principais instrumentos eram a bússola (provavelmente originária da China e conhecida por intermédio dos marinheiros árabes e mediterrâneos), o astrolábio e o quadrante em suas formas mais simples. (BOXER, 2002, p. 43)

Com tal conjunto de características – unidade territorial, o investimento em tecnologia, as motivações religiosas e econômicas – Portugal se tornou o país pioneiro nas grandes navegações. E construiu um império grandioso, do qual fazia parte o Brasil.

Porém, pode se questionar: de que maneira os portugueses abordaram seus domínios no Novo Mundo? Sabe-se que os interesses mercantis se constituíram em pano de fundo para as ações colonizadoras, mas qual a implicação desse fato? É preciso observar estas questões com certa atenção.

Ao descobrirem e tomarem posse dos novos territórios, a idéia de povoar era totalmente descartada; ela surgiu apenas mais tarde, como contingência, necessidade imposta por condições novas:

Tudo isto lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América, e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A idéia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas [...] mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas. Aliás, nenhum povo da Europa estava em condições naquele momento de suportar sangrias na sua população, que no século XVI ainda não se refizera de todo das tremendas devastações da peste que assolou o continente nos dois séculos precedentes [...]. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 23-24)

Dessa maneira, os interesses dos portugueses no princípio da colonização eram claros: a exploração dos recursos naturais, desde que ela não exigisse muitos esforços por parte dos conquistadores. E povoar, a princípio, era um grande esforço.

Um documento da época, a Carta do Descobrimento de Pero Vaz de Caminha, o primeiro escrito em território brasileiro, demonstra o interesse econômico na exploração dos recursos naturais por parte da Coroa Portuguesa com relação à sua nova colônia. O autor relata as riquezas da terra informando que ainda não era possível saber se existia ouro ou prata; aparentemente, esta seria a riqueza que mais interessava aos colonizadores:

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém, a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Doiro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. (DE CAMINHA, 1999, p. 22)

As relações entre metrópole e colônias eram fundamentadas por meio do “pacto colonial”. Isso implicava que as colônias apenas podiam comercializar com a metrópole e não com outros Estados Nacionais, o que gerava uma exclusividade de Portugal sobre seus domínios. Nesse sentido, a economia brasileira ficou fadada à produção para o abastecimento do mercado externo. Caio Prado Júnior afirma que:

Da economia brasileira, em suma, e é o que devemos levar daqui, o que se destaca e lhe serve de característica fundamental é: de um lado, na sua *estrutura*, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra. Doutro [sic] lado, no *funcionamento*, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua *evolução*, e como conseqüência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país. É isto a economia brasileira que vamos encontrar no momento em que ora abordamos a sua história. (1977, p. 129)

Tal produção, que visava o mercado externo, foi responsável pela constituição no Brasil do elemento fundamental de nossa agricultura: a grande propriedade monocultora trabalhada por escravos. As três características – grande propriedade (o engenho, a fazenda), a monocultura e a mão-de-obra escravocrata – foram

formas que se combinaram e se completaram, atendendo aos interesses mercantis dos colonos.

Discutiu-se até aqui, os interesses econômicos que motivaram a conquista da América e o estabelecimento de um império ultramarino. No entanto, também é importante considerar um outro aspecto, muito presente na sociedade portuguesa quinhentista e que influenciou diretamente a abordagem da metrópole na colônia: o aspecto religioso.

3.3. A Igreja Católica e a colonização da América portuguesa

Os colonizadores portugueses tiveram como motivações principais questões de ordem econômica, ao abordarem seus domínios na América. Ao mesmo tempo, tentaram transpor a sua própria sociedade para o Novo Mundo. Sérgio Buarque de Holanda, em seu clássico estudo intitulado *Raízes do Brasil*, analisa a questão:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo em países distantes as nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra [...]. (1995, p. 31)

Assim, transpor para o Novo Mundo a sua própria sociedade significava, em última instância, transpor seus valores, sua visão de mundo; em uma palavra, a sua cultura.⁵⁶

A ação colonizadora teve como caráter fundamental a sujeição do colonizado: a aculturação. Alfredo Bosi afirma que “[...] Aculturar um povo se traduziria, afinal, em sujeitá-lo ou, no melhor dos casos, adaptá-lo

⁵⁶ Entende-se por cultura, o conjunto de práticas, técnicas, símbolos e valores que se devem transmitir às novas gerações como forma de garantir a reprodução de determinado estado de coexistência social. Alfredo Bosi (1992, p. 16) afirma que a educação é o momento institucional marcado desse processo.

tecnologicamente a um certo padrão tido como superior [...] (1995, p. 17)”. O olho do colonizador não tolerou a constituição do diferente e sua sobrevivência.

Uma das características fundamentais da cultura portuguesa que se tentou transpor para o Brasil, não sem sucesso, com a colonização, era a visão de mundo religiosa. Nesse processo os jesuítas tiveram uma participação significativa. Eles, assim como todos os colonizadores, tinham a sua ação regida pela visão de mundo que José Maria de Paiva (1982) denominou *orbis christianus*.

Segundo o autor, o *orbis christianus* é uma imagem cristã medieval do mundo. Ela se fundou na crença de que o mundo é de Deus, e de que seu representante na terra é a Igreja Católica. Assim, Deus que é verdadeiro, exigia que todos na terra lhe reconhecessem e lhe prestassem culto. Nesse sentido, o papa e os reis tinham como missão entender e sustentar a fé, fazendo reinar a graça de Deus; era missão divina daqueles que pelo próprio Deus haviam sido escolhidos como chefes, cumprir com a unidade da fé, trazendo todos os membros da sociedade a ela. Com isso, não apenas a Igreja, mas todos os setores do corpo social se deixavam impregnar pelas coisas da fé:

[...] Destarte devia o rei governar, o comerciante tratar, o soldado conquistar, o navegante descobrir terras, o padre pregar ao rei, ao comerciante, ao soldado, ao navegante e abençoá-los, cada um continuando o seu ofício. Fosse qual fosse o ofício, todos eles se deixavam impregnar até a raiz pela fé, pela forma cristã de entender a realidade. Na base de tudo estava a crença firme de que o orbe era essencialmente cristão. (DE PAIVA, 1982, p. 23)

Entender o significado do *orbis christianus* na sociedade portuguesa quinhentista é uma condição imperiosa para a compreensão da própria colonização portuguesa na América. Toda a obra da colonização foi, como afirma José Maria de Paiva, regida por tal imagem do mundo:

Esta visão regeu toda a obra da colonização. É um erro atribuí-la a um ou a outro setor da sociedade portuguesa – aos jesuítas, por exemplo – como também é um erro afirmar que o estamento mercantil dominante a redescobriu e a manipulou segundo seus próprios interesses. Todos os fatos deste período e desta empresa devem ser vistos à luz da visão imperante do “*orbis christianus*”, respeitada a especificidade das tarefas [...]. (1982, p. 24)

A Carta do Descobrimento de Pero Vaz de Caminha mostra claramente a visão de mundo do *orbis christianus* ao qual se refere José Maria de Paiva. No texto, De Caminha discute a preocupação com a conquista religiosa que el-Rei deveria empreender nas terras recém-descobertas, afirmando que devido à inocência dos índios, todos eles seriam logo cristãos:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença.

E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E, imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho que lhes dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa.

Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prezará a Deus que com pouco trabalho seja assim.

[...] o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deverá ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. (1999, p. 21-22)

Como se nota, ainda que existisse como pano de fundo para as ações colonizadoras os interesses mercantis, a conquista espiritual das novas terras também era questão de ordem para a Coroa Portuguesa, dentro da perspectiva do *orbis christianus*. Mais do que isso: também era importante manter a fé católica viva entre os colonos que aqui se estabeleceram. O empreendimento de tal tarefa coube à Companhia de Jesus. Por quê?

A Ordem se configurou como uma forma eficaz de conquistar novos fiéis, devido ao seu trabalho apostólico. Os jesuítas não tinham pátria; iam para onde o Sumo Pontífice lhes ordenasse. Isso era um aspecto sedutor para os interesses portugueses. Além disso, as relações entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica

eram muito próximas, por meio do regime do padroado.⁵⁷ A atual separação entre Estado e Igreja era totalmente impensável na época colonial. E as relações entre Portugal e Companhia de Jesus também eram muito próximas. A Ordem teve a sua primeira província nesse país, para a qual foi designado, como Provincial, o Pe. Simão Rodrigues, um dos primeiros pilares da Companhia, selecionado por Inácio de Loyola ainda em Paris. Por todas estas razões, entende-se a escolha dos jesuítas para empreender o trabalho apostólico na colonização do Brasil.

3.3.1. A Companhia de Jesus e o Brasil

A primeira leva de missionários jesuítas desembarcou no Brasil em 1549, juntamente com o primeiro Governador-Geral Tomé de Souza (1503-1579). Liderando estes cinco primeiros missionários estava o Pe. Manuel da Nóbrega (1517-1570). As tarefas que lhes haviam sido delegadas não pareciam ser nada fáceis: converter os índios em cristãos e manter a fé católica viva entre os colonos que aqui haviam se estabelecido. Apesar da árdua tarefa, os jesuítas pareciam, aos olhos da Coroa Portuguesa e também da Igreja Católica, ser as únicas pessoas habilitadas para a realização de tal trabalho.

Em primeiro lugar, uma consideração importante que deve ser feita, é a respeito do plano jesuítico para o Brasil. Na verdade não podemos falar de um plano dos inacianos e um plano da Coroa portuguesa; os dois se misturam e se completam. O próprio Nóbrega, por mais de uma vez, mostrou-se dotado de uma visão pertinente acerca das questões políticas no Brasil. E não podia ser diferente: por meio do regime do padroado, os clérigos nos territórios portugueses eram todos considerados funcionários da Coroa. Nesse sentido, conforme afirma Vamireh Chacon (2001, p. 30) *não eram caminhos paralelos e sim desafios*

⁵⁷ Padroado: regime que garantia ao rei de Portugal jurisdição sobre alguns aspectos da administração eclesiástica, entre os quais, ereção de dioceses. Sua origem é medieval e caracterizou a ocupação de terras na América, África e Ásia, onde os padres realizaram grande parte das tarefas de organização e manutenção dos aparelhos do Estado Português nas colônias. Veja-se VAINFAS (2000: verbete *padroado*)

mútuos também às outras reações dos índios e incursões dos franceses, de cujas respostas surgirá o primeiro esboço fundamental da cultura brasileira.

Pode-se afirmar que os jesuítas deram grande contribuição à formação cultural brasileira. É bem verdade que esta formação não foi obra de uma única geração, mas sim de várias, como discute Vamireh Chacon (2001). Assim sendo, os jesuítas foram apenas os primeiros a iniciar o longo processo de construção da cultura brasileira. Mas por que se diz que eles foram precursores da formação cultural brasileira? Acima de tudo, porque foram os padres inicianos os primeiros a trazer uma cultura letrada para estas terras, isto é, institucionalizando uma educação formal. Isso não se pode negar.

Como não mantiveram interesses opostos em relação a Coroa, mas sim paralelos e complementares, a atuação dos jesuítas na colonização tinha também como pano de fundo as questões econômicas, em última instância, os interesses mercantis. Ainda assim, o conflito de interesses entre jesuítas e colonos aconteceu por mais de uma vez. Vejamos um exemplo.

A base da economia colonial portuguesa na América foi fundamentada, como vimos, na grande propriedade monocultora trabalhada por escravos. A princípio foi utilizada a mão-de-obra indígena e posteriormente africana. Porém, a Coroa passou a proibir a escravidão dos índios, a não ser que esta fosse feita por meio da “guerra justa”; fez isso influenciada pelos padres da Companhia de Jesus, que defendiam a não-escravidão dos nativos. Esta foi uma questão importante, que envolveu jesuítas e colonizadores em um grande embate. Os padres, nas reduções da Companhia exploravam o trabalho indígena e foram, por várias vezes, acusados de monopólio nesta situação. Analisando o caso da Capitania de São Vicente, Rodrigo Bentes Monteiro afirma:

[...] havia uma questão subjacente a tudo, e que levava a outro conflito de poderes: a escravidão indígena. Certamente mais interessada no desenvolvimento da produção americana do que na liberdade dos índios, a coroa consentiu em termos velados com a existência da escravidão indígena em São Paulo, embora aceitando o cativo apenas num sentido restrito, o dos cativos tomados em guerras justas. As ordens promulgadas pela coroa garantindo a liberdade dos nativos eram inúteis, como a carta régia de D. Sebastião de 20 de março de 1570 influenciada pelas idéias jesuíticas de proteção ao índio, a lei de 11 de novembro de

1595 de Filipe II proibindo a escravização do gentio do Brasil, e o alvará de 26 de junho de 1596 (2002, p. 55)

Mais adiante, Monteiro afirma que muitas vezes o “uso e costume da terra” prevaleceu, isto é, apesar das proibições os índios continuavam a ser escravizados e os jesuítas sempre foram privilegiados recebendo exclusividade no acesso ao trabalho dos ameríndios. E explica, afirmando que a atitude por vezes ambígua das autoridades era um reflexo da importância da mão-de-obra escrava para a colonização portuguesa na América:

[...] Esta atitude ambígua das autoridades governamentais é explicada pela importância da escravidão para a colonização portuguesa na América, na qual tanto as políticas promovidas pelo Estado quanto os interesses particulares dos colonos atuavam para produzir benefícios e riquezas à custa de ameríndios e africanos. (MONTEIRO, 2002, p. 56)

É importante relacionar as atividades da Companhia de Jesus no Brasil com as atividades da Companhia de Jesus no restante do mundo. Uma das principais marcas jesuíticas era a organização e disciplina. Como vimos, os padres tinham a obrigação de manter contato com os superiores da Europa, sempre com o intuito de dar conta daquilo que era produzido nas missões da Ordem, tudo para manter um discurso afinado com a ortodoxia católica. No entanto, o que se evidenciou foi um distanciamento entre a teoria e a prática, especialmente no Brasil, onde os jesuítas construíram um verdadeiro império no interior do Império Lusitano.⁵⁸ Paulo de Assunção afirma que:

[...] Os inicianos aprenderam na interação com o temporal muito mais do que praticar as obras de misericórdia espiritual: dar bom conselho; ensinar os ignorantes; corrigir os que erram; consolar os aflitos; perdoar as injúrias; sofrer com paciência as fraquezas do próximo; rogar a Deus pelos vivos e defuntos. Com trabalho e esforço constituíram um colégio auto-suficiente e com rendas invejáveis. Enquanto administradores e gestores de bens temporais, deram ensejo à construção de uma empresa com recursos consideráveis e cobiçados por muitos. (2004, p. 105)

⁵⁸ O fortalecimento dos jesuítas no interior do Império Português na América pode ser entendido como uma das causas que levaria a expulsão dos padres das terras portuguesas, em 1759, no âmbito das reformas do Marquês de Pombal (1699-1782).

Isso significa que houve uma grande adaptação às condições encontradas pelos padres nas terras recém-descobertas. Se as esmolas eram poucas, quase que insuficientes para a subsistência dos membros, eles foram obrigados a organizar a produção e aumentar o seu patrimônio divino. E isso se encontrava em acordo com a lógica da colonização, marcado pelos princípios mercantis:

A preocupação com o cultivo e a exploração das terras de forma a garantir a estrutura da Companhia colocou-a em consonância com a lógica da colonização comercial da época moderna [...] Assumir a colônia implicava compartilhar dos valores vigentes nos trópicos, práticas e comportamentos que até então não tinham sido incorporados pelos jesuítas. A expansão da fé e a conversão do gentio promoveram, por outro lado, a expansão das propriedades jesuíticas e a conversão dos religiosos em administradores, num mundo marcado pelo trabalho e pelo ganho como forma de servir a Deus. (ASSUNÇÃO, 2004, p. 251)

Não se trata de fazer uma defesa das práticas da Companhia de Jesus na empresa colonial, mas, conforme afirma Paulo de Assunção (2004), desde a instalação do Governo-Geral, em 1549, ou seja, já na vinda da Ordem para o Brasil, a própria Coroa passou a conceder aos jesuítas doações e privilégios. Isso se justificava porque era interesse também do rei dar impulso à obra evangelizadora e colocar o projeto colonizador em ação. Dessa forma, era importante prover os jesuítas em suas necessidades.

Ao assumir um papel de relevo na política do Estado, isto é, no Império Marítimo Português, e sendo detentores de privilégios, constituindo-se assim, numa organização sólida dentro do próprio Estado, os jesuítas se tornaram alvo fácil para a crítica de seus opositores. Paulo de Assunção (2004, p. 140) afirma que estes opositores os acusavam de práticas e interesses muito mais próximos do temporal do que do espiritual. Além disso, deve se considerar que na época colonial a posse da terra significava poder e riqueza. Assim, graças às diversas doações que os monarcas fizeram aos padres jesuítas ao longo do período colonial, eles acabavam sendo vistos pelas demais classes como ricos e poderosos (Assunção, 2004, p. 188).

Um momento crítico na história da Companhia de Jesus no Brasil foi durante a União Ibérica (1580-1640). Com a crise dinástica portuguesa e a ausência de um sucessor direto ao trono de Portugal, ocorreu a união das duas Coroas. Assim, Portugal e todos os seus domínios passaram a ser governados pelo rei da Espanha. E na Espanha, os jesuítas não contavam com o mesmo prestígio que em Portugal, conforme afirma Paulo de Assunção:

A União Ibérica, para a nobreza lusa, representou um alento dentro de uma conjuntura de crise econômica. A união significou a ampliação de possibilidades comerciais e de recursos financeiros, pois a Espanha usufruía de uma prosperidade advinda das conquistas coloniais americanas, invejada pelas nações européias. Contudo, no âmbito religioso, o momento era delicado porque na Espanha os religiosos dominicanos gozavam de atenção especial do monarca. (2004, p. 124)

Isso influenciou os padres da Companhia de Jesus a participarem do movimento de restauração do trono português:

Os jesuítas lusitanos posicionaram-se a favor da conspiração feita pela dinastia de Bragança. O púlpito das igrejas serviu para um velado, por vezes explícito, questionamento das ações empreendidas no período filipino contra a população portuguesa, que se via premeada pela sobrecarga de impostos [...]. (ASSUNÇÃO, 2004, p. 130)

O que se verifica como característica fundamental da Companhia de Jesus nas suas atitudes no mundo colonial, é que nos séculos XVI e XVII os jesuítas se tornaram cada vez mais poderosos e influentes nos negócios da Coroa, isto é, em suas questões políticas e, conseqüentemente, na própria colonização do Brasil. Embora tenham vindo para o Brasil influenciados pelo caráter religioso da salvação das almas dos índios, os jesuítas acabaram se adaptando a condições por vezes totalmente adversas àquelas que se encontravam na Europa, e os negócios temporais se sobrepuseram aos negócios espirituais.

As críticas severas por parte de alguns setores da população, os embates travados com os colonos que se sentiam prejudicados e o aparente apoio por parte dos monarcas geravam, ao mesmo tempo, uma situação cômoda e desconfortável para os jesuítas. Nesse sentido, o interesse dos padres da Ordem

em edificar suas próprias figuras grandiosas (ou heróicas) se insere certamente no contexto dos séculos XVI e XVII, no qual os inicianos buscavam sua auto-afirmação. É possível afirmar então que já no final do século XVI e início do XVII existia um grande esforço dos jesuítas em ter seus próprios santos. Para tanto, foi necessário construir, num esforço coletivo, “figuras heróicas”.⁵⁹

É aqui especificamente que se insere nosso objeto de pesquisa: as biografias de Anchieta a serem analisadas, compõem uma parte do referido esforço coletivo dos jesuítas em edificar suas figuras “heróicas”, num processo de auto-afirmação da Ordem. Antes de passar à análise dos textos, vejamos alguns dados biográficos de Anchieta analisando qual papel ele teve na História da Companhia de Jesus no Brasil e na própria História do Brasil.

3.3.2. José de Anchieta e o Brasil

José de Anchieta nasceu na Ilha de Tenerife, Arquipélago das Canárias, no dia 19 de março de 1534. Seu pai era Juan López de Anchieta, um homem basco, que decidiu se dirigir para Tenerife após o sufocamento da rebelião de que fazia parte como seu líder, contra Carlos V em 1521. Nessas ilhas, conheceu D. Mência de Clavijo y Larena, uma viúva descendente de judeus convertidos ao catolicismo, os chamados “cristão-novos”. Por parte de pai, José de Anchieta era parente dos Loyola, família do fundador da Companhia de Jesus.

Segundo o padre Hélio Abranches Viotti (1980), Anchieta realizou seus estudos iniciais em sua cidade natal, São Cristóvão da Laguna, provavelmente nas escolas dos padres dominicanos. Mais tarde, aos quatorze anos de idade, em 1548, a sua família precisou fazer uma escolha: Anchieta precisava continuar os estudos, e em lugar de ser enviado à Espanha, o que seria o mais lógico já que seu pai era espanhol, ele foi mandado a Coimbra. A razão disso se explica por sua

⁵⁹ Como exemplos, podemos citar: São Francisco Xavier (1506-1552), que foi canonizado em 12 de março de 1622, pelo papa Gregório XV (DIDIER, 1996); também São Pedro Canísio (1521-1597), cuja canonização aconteceu em 2 de maio de 1925, pelo papa Pio XI (CARDOSO, 1998, p. 7-14); e por último, o fundador da Ordem, Santo Inácio de Loyola (1491-1556) que foi canonizado também em 12 de março de 1622 por Gregório XV (INÁCIO DE LOYOLA, 1997, p. 137).

ascendência materna: já que a mãe de José de Anchieta tinha entre seus antepassados judeus que foram convertidos ao catolicismo, a família de Anchieta temia uma perseguição a Anchieta na Espanha. Consideraram que em Portugal isso não aconteceria.

Em Coimbra, Anchieta se destacou entre seus companheiros de classe, mostrando uma facilidade em aprender especialmente a poesia latina. Viotti afirma:

Em Coimbra se distinguiu ele desde logo entre os melhores alunos de sua classe, possuindo grande facilidade para a poesia latina, razão pela qual lhe deram os colegas o apelido, alusivo igualmente à sua pátria, de “canário de Coimbra”. (1980, p. 29)

Foi nessa mesma época que Anchieta conheceu a Companhia de Jesus, que havia sido fundada há pouco tempo, em 1540. Antes mesmo de seu ingresso na Ordem, que se deu em 1º de maio de 1551, Anchieta já havia proferido um voto de castidade, o que demonstra uma inclinação para a vida religiosa.

Admitido como noviço da Companhia de Jesus, Anchieta se dedicava muito aos trabalhos da Ordem. Na capela do seu próprio colégio, ele participava de oito ou até dez missas por dia, sempre em jejum. Estes excessos lhe renderiam uma doença, uma tuberculose ósteo-articular na coluna. Em função disso, no ano seguinte ao seu ingresso na Ordem, Anchieta foi levado a abandonar os estudos.

Essa doença gerou grande preocupação no noviço Anchieta. Ele temia que em virtude dela, fosse despedido da Companhia de Jesus. Entretanto, o que aconteceu foi a sua mudança para o Novo Mundo. Na Europa, chegavam notícias das novas terras, dizendo que seus ares seriam propícios para a cura de uma doença como aquela que Anchieta apresentava. Assim, seguindo o conselho de seus superiores, o José de Anchieta se transferiu para estas terras, juntamente com a frota do Governador Geral D. Duarte da Costa, em 8 de maio de 1553, chegando à Bahia em 13 de julho de 1553.

Após uma curta estada na Bahia, Anchieta se dirigiu a São Vicente, onde começaria definitivamente os seus trabalhos apostólicos. Nesta capitania, Anchieta teve participação em vários momentos importantes. Em janeiro de 1554, ele estava na Capitania, e participou da fundação do Colégio da vila de São Paulo

de Piratininga. Isto lhe renderia a fama de ser um dos fundadores da cidade de São Paulo.⁶⁰

José de Anchieta contribuiu grandemente para a colonização do Brasil e para o contato dos missionários jesuítas com os nativos. Dizem seus biógrafos que, com pouco tempo de estadia nestas terras, ele elaborou uma gramática da língua Tupi, que mais tarde se tornaria leitura obrigatória entre os missionários que aqui aportavam. Esta obra se intitula: *Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Dominar a língua ou as línguas faladas pelos nativos constituía-se numa característica muito importante para os colonizadores, já que por meio desse domínio, eles tinham um acesso à cultura do índio.

O padre também participou ativamente de negociações de paz entre os portugueses e os Tamoio, no conflito em que estes índios se aliaram aos franceses, na Baía de Guanabara.⁶¹ Chegou nessa ocasião, a ficar cativo entre os índios; durante este cativeiro, teria composto o seu poema à Virgem Maria, escrevendo na areia da praia, numa imagem que aparece freqüentemente nas representações da figura de Anchieta.

Anchieta ocupou também cargos importantes no Brasil. Após sua ordenação, que aconteceu em 1565, no ano de 1573 foi eleito reitor do Colégio do Rio de Janeiro. Anos mais tarde, em 1578, ele foi nomeado Provincial da Companhia de Jesus no Brasil, cargo que ocupou durante aproximadamente 11 anos. Mais tarde, dois anos antes de sua morte, em 1595 foi nomeado superior da casa da Companhia de Jesus na Capitania do Espírito Santo. E em 9 de junho de 1597, o padre faleceu na cidade de Reritiba (atual Anchieta) na mesma capitania.

⁶⁰ É importante perceber que em função desta participação de Anchieta na fundação do colégio onde mais tarde viria a ser a cidade de São Paulo, Anchieta foi tomado como “herói” quando teve início a construção de uma identidade paulista. Nesse sentido, podemos observar o ano de 1954, na comemoração dos 400 anos da fundação cidade de São Paulo: vários estudos foram publicados a respeito de Anchieta, adotando-o como uma figura “paulista”, isto é, como um dos primeiros “heróis paulistas”. Com isso, também se percebe que uma figura “heróica” pode ser construída e edificada com diferentes propósitos ou intenções.

⁶¹ Trata-se do episódio que ficou conhecido como “Confederação dos Tamoio”. Neste episódio, entre 1562 e 1563, os índios desta tribo, incitados pelos invasores franceses, que haviam fundado, em terras portuguesas, a França Antártica, estavam se reunindo, formando uma “confederação” para promover uma grande operação guerreira contra os portugueses. Nóbrega e Anchieta foram importantes no estabelecimento das pazes nesta ocasião.

4. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO “HERÓI” JOSÉ DE ANCHIETA

Nosso propósito ao longo deste capítulo é fazer a análise da pedagogia contida no processo de construção de uma imagem grandiosa e “heróica” do Padre José de Anchieta, tendo como base o estudo das três obras selecionadas, de Quirício Caxa, Pero Rodrigues e Simão de Vasconcelos. Entendemos que as biografias cumprem um papel educativo na medida em que buscam ensinar aos leitores, através do exemplo da vida do biografado, qual é o caminho que se deve seguir. No caso específico das biografias de José de Anchieta, o propósito nos parece claro: ensinar aos cristãos qual é o modelo de vida que devem seguir para alcançarem a salvação.

Para empreender tal estudo, primeiramente analisaremos alguns exemplos de como uma imagem romantizada e heroicizada do padre Anchieta aparece na literatura, a partir de algumas obras mais recentes. Posteriormente, verificaremos a contribuição das três biografias selecionadas na elaboração da imagem que hoje se faz do jesuíta.

4.1. Alguns exemplos da imagem “heróica” de José de Anchieta

Quando analisamos algumas biografias mais recentes de José de Anchieta podemos encontrar alguns aspectos em comum: em geral, a imagem descrita do padre jesuíta é romantizada e heroicizada. Tomemos como exemplo as obras de José Freitas Nobre (*Anchieta, apóstolo do novo mundo*) (1968), Eduardo de Almeida Navarro (*Anchieta: Vida e pensamentos*) (1997), Gabriel Romeiro e Guilherme Cunha Pinto (*São José de Anchieta*) (1987), Armando Cardoso, S. J. (*Um carismático que fez história: vida do Pe. José de Anchieta*) (1997) e de Hélio Abranches Viotti, S. J. (*Anchieta: o apóstolo do Brasil*) (1980). Tais estudos nos apresentam esta imagem “heróica” e romantizada de Anchieta a começar pelos próprios adjetivos utilizados em alguns dos títulos: *o apóstolo, o carismático, o santo*. E também nos próprios textos muita semelhança pode ser percebida.

A obra de José Freitas Nobre, intitulada *Anchieta, apóstolo do novo mundo*, foi publicada inicialmente pela Edição Saraiva, no ano de 1968. Pode-se afirmar que o texto foi redigido e publicado num contexto próximo às comemorações do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo (1954). Dessa forma, é possível perceber um interesse em tal publicação: contribuir para a formação de uma idéia de que a cidade (desde Anchieta e Nóbrega) estaria destinada a se tornar um centro cultural e econômico do continente.

Freitas Nobre apresenta José de Anchieta como um dos pioneiros, isto é, o alicerce da literatura brasileira. O autor afirma que “Com ele tivemos as primeiras manifestações literárias de caráter tipicamente local” (1968, p. 69). Nota-se aqui, em especial, a preocupação na auto-afirmação do caráter nacional. Um discurso afinado com o contexto no qual se buscava a construção de uma identidade, senão brasileira, paulista.

Em outro trecho, Anchieta é descrito como o “primeiro historiador no sentido mais exato do termo, porque suas cartas são descrições de fatos históricos fiéis à verdade [...] (1968, p. 70).” Percebe-se como Freitas Nobre concebe a História de um ponto de vista positivista: para o autor a história é a descrição de fatos históricos fiéis à verdade, ao que de fato aconteceu.

Ao discutir o empenho de José de Anchieta na conversão do gentio, Freitas Nobre afirma que Anchieta tinha uma estreita conexão com o Espírito Santo. O trecho, além disso, apresenta um recurso bastante utilizado pelos três primeiros biógrafos do padre, como se verá adiante: o discurso direto. O discurso direto é a reprodução em seu próprio discurso da fala de outro, palavra por palavra. Com ele, o autor procura dar, consciente ou inconscientemente, um sentido maior de veracidade ao seu texto, conforme afirma José Luiz Fiorin (1995, p. 18). Nesse sentido, Freitas Nobre assim escreveu:

Fez-se entender perfeitamente pelos indígenas, como poeta, como dramaturgo, como orador, como mestre-escola.
Não fora sem razão que uma devota dissera, ao ouvi-lo:
- “O Espírito Santo põe na boca do Padre o que há de dizer, como a pomba na boca de seu filhote o que há de comer”. (1968, p. 72)

O Pe. Hélio Abranches Viotti, em sua biografia intitulada *Anchieta: o apóstolo do Brasil*, ao narrar o momento de fundação do colégio dos jesuítas na

Vila de Piratininga, onde mais tarde seria a cidade de São Paulo, diz que José de Anchieta, “timbrado pela santidade”, teve grande importância no nascimento dessa cidade, conforme podemos ler:

Um jovem religioso, de vinte anos incompletos (já não era um noviço), dotado de notável talento, invejável memória, grande energia de vontade, único que possuía formação humanística, por sinal esmerada, sustentaria esse colégio. Chamava-se José de Anchieta. E vinha já timbrado pela santidade. Se a cidade de São Paulo procede do colégio, de que recebeu o nome, e se a existência do colégio dependeu da presença de Anchieta, está demonstrada a importância de seu papel para a existência de São Paulo. (VIOTTI, 1980, p. 58)

Após a leitura do trecho acima, talvez deva se fazer um questionamento: a cidade de São Paulo só existe em função de Anchieta? Ou, dito de outra forma: São Paulo existiria sem Anchieta? A questão nos parece um tanto intrigante. José de Anchieta era, acima de qualquer coisa, um homem como outro qualquer. Atribuir o movimento da História, isto é, seus acontecimentos a uma figura em especial, significa desconsiderar todos os outros “homens comuns” que estiveram presentes na fundação da cidade, bem como no seu desenvolvimento. Significa privilegiar o indivíduo em detrimento de uma classe.

Em outros trechos da biografia escrita por Viotti, o padre Anchieta é descrito como um homem santo. Ao escrever sobre suas qualidades enquanto pregador, ele afirma que:

Dócil às diretivas do Provincial Luís da Grã, relutara Anchieta em pregar antes de recebidas as ordens sacras. Tendo, entretanto, que substituir ao Pe. Nóbrega, impossibilitado por acidente de saúde de continuar suas pregações em Santos, na semana maior de 1562, subiu Anchieta ao púlpito e falou sobre a paixão de Nosso Senhor. Ao qual depois de pregar disse o padre: “Vós haveis de dar conta a Deus, porque não quiseste pregar até agora”. Com tal facilidade para a improvisação, quis ele, todavia, escrever o sermão da 20ª domingo de Pentecostes, entranhando apelo à conversão dos pecadores.

Como se diz de toda a sua oratória em geral, também este sermão vem entretecido de versículos e imagens hauridos na Sagrada Escritura. Não deixa contudo de refletir as circunstâncias locais. Razão tinha D. Pedro Leitão para exclamar que mais folgava de ouvir cantar a esse “canário” em seus sermões, que a todo o bando dos pregadores... É que o santo, que transmitia a palavra

de Deus, se revestia ainda de outras qualidades humanas: inteligência invulgar, memória privilegiada, extraordinários dotes psicológicos. Sabia assim Anchieta adaptar-se ao seu auditório e falar ao coração de seus ouvintes. (1980, p. 141)

Mais uma vez, nota-se o recurso ao discurso direto para dar um aspecto de veracidade ao texto.

Em sua obra intitulada *Um carismático que fez história*, Pe. Armando Cardoso (1997), narrando a fundação da cidade de São Paulo, afirma que o Pe. Anchieta é o sol que despontou no horizonte africano e europeu e que veio irradiar os céus do Novo Mundo. Vejamos suas próprias palavras:

Paremos nessa montanha: é dali que vai irradiar sobre todo o Brasil o brilho da vocação de Anchieta, como um sol gigante que despontou no horizonte africano e europeu para percorrer os céus do Novo Mundo. Sua aurora já prenuncia seu zênite de glória: começa sendo não um simples missionário, mas missionário de missionários, como professor de escolares religiosos que se preparavam para o sacerdócio: a eles dará não só o latim indispensável para as ordens sagradas, mas o instrumental mais necessário para a pastoral desse tempo, o conhecimento da língua indígena, através de sua gramática, que uma intuição genial inspirou, e de outras obras em tupi, como os Diálogos da Fé e instruções diversas, para abrir ao índio os caminhos da “vida nova”. (1997, p. 101)

Neste trecho, assim como Viotti, Armando Cardoso apresenta José de Anchieta como um homem acima da média, por isso, um herói. Ele é visto como superior, já que não é um simples missionário: é missionário de missionários, professor de professores e assim por diante. Mais uma vez, há no texto o detrimento de uma classe em função da glória de um indivíduo.

A obra de Gabriel Romeiro e Guilherme Cunha Pinto, intitulada *São José de Anchieta* (1987), também nos mostra uma imagem “heroicizada” do padre Anchieta. O texto foi escrito praticamente como um romance; os acontecimentos da vida do jesuíta são narrados de uma forma romantizada, inclusive com narração de diálogos – o discurso direto. Na apresentação do texto, os autores afirmam que uma de suas preocupações centrais ao redigir a vida de um personagem histórico, era produzir um texto que envolvesse o leitor.

[...] Pela história do Brasil que estudamos na escola os personagens nos são apresentados ora descoloridos, ora pomposos demais, santos ou demônios, heróis sem mácula ou canalhas completos se cruzando pelo país, sem maiores traços humanos. Seus atos parecem muitas vezes registrados apenas em cartório – o governador-geral fez isso, o rei decretou aquilo, alguém se rebelou e quando o pau come ninguém sabe direito por quê. Sentimos falta do clima, das razões que motivaram os feitos, do que se sabia e como se vivia na época. Não percebemos uma preocupação verdadeira com um texto que envolva o leitor. E assim, como acontece em qualquer história, se ela não é bem contada esquecemos rapidinho. (ROMEIRO; CUNHA PINTO, 1987, p. 7)

Por meio da leitura desse trecho, percebe-se ainda, que os autores afirmam que sua intenção era descrever Anchieta em suas características mais humanas, isto é, sem exaltar-lhe demais os feitos e tampouco condenar-lhe em demasia por suas falhas. Entretanto, apesar de afirmarem isso, o que se nota no texto é também uma exaltação da figura de José de Anchieta.

Uma outra preocupação é “contar bem a história”, para que dessa maneira ela não seja esquecida. Para realizar tal feito, os autores escolheram o gênero do romance. O texto é escrito como se os fatos estivessem se passando no tempo presente. Como exemplo, podemos citar o trecho em que eles narram o período no qual José de Anchieta esteve como refém dos índios tamoio. Assim eles escrevem:

Agora vai acontecer. Não são mais as ameaças de costume, não é só um tamoio brincando com os nervos do refém: “Prepara-te, José, e farta-te de ver o sol porque breve vamos te matar”. Não, agora é pra valer. Hoje, 25 de junho de 1563, vai correr sangue em Ubatuba.

Algumas mulheres da tribo acabam de sair da cabana, assustadas. Vieram avisar que, pela manhã, os índios decidiram sacrificar um dos prisioneiros. Os três se entreolham: José de Anchieta, irmão jesuíta, vinte e nove anos de idade; Antônio Luís, pedreiro em São Vicente, e seu escravo índio. Quem seria o escolhido? (ROMEIRO; CUNHA PINTO, 1987, p. 15)

Em outro trecho, Romeiro e Cunha Pinto descrevem uma suposta profecia de Anchieta, a respeito de um menino de quatro ou cinco anos que era considerado mudo.

[...] houve o caso do mudo que falou. Era Estevão, um menino de quatro ou cinco anos, que ainda não conseguira dizer nem “mamãe”. Tinha-se como um caso consumado de mutismo. Até que houve em Vitória uma corrida de cavalos, cujo prêmio ao vencedor era um pato. Saíram os dois cavalos em disparada, tão parelhos do começo ao fim da prova que não deu para se definir o primeiro colocado. Foram ao padre Anchieta, que sorriu e apontou Estevão: “Ele dirá quem leva o pato”. Pois o garoto de uma hora para outra começou a falar pelos cotovelos: “O pato é meu, podem me dar que vou levá-lo para minha mãe”. Levou. (1987, p.152)

Apesar de afirmarem que uma das grandes falhas da historiografia reside no fato de que as figuras históricas são ora demasiado heróicas e ora demasiado vilãs, Romeiro e Cunha Pinto, conforme pudemos verificar com estes poucos exemplos, acabaram compondo também um estudo biográfico não muito diferente daqueles que estavam criticando: Anchieta é descrito como um herói, um ser humano acima da média; aquele que conduz o curso da História.

Na literatura brasileira também podemos encontrar algumas referências ao padre José de Anchieta como homem santo, dotado de grandes qualidades e virtudes. Olavo Bilac (1865-1918), por exemplo, assim escreveu a respeito do padre:

Anchieta

Cavaleiro da mística aventura
Herói cristão! nas provocações atrozes
Sonhas, casando a tua voz às vozes
Dos ventos e dos rios na espessura.

Entrando as brenhas, teu amor procura
Os índios, ora filhos, ora algozes,
Aves pela inocência, e onças ferozes
Pela bruteza, na floresta escura.

Semeador de esperanças e quimeras,
Bandeirante de “entradas” mais suaves,
Nos espinhos a carne dilaceras:

E, porque as almas e os sertões desbraves,
Cantas: Orfeu humanizando as feras,
São Francisco de Assis pregando às aves.
(OLAVO BILAC, 1978, p. 272)

Como se pode perceber, Olavo Bilac destaca, no texto, qualidades heróicas de Anchieta, comparando-o a Orfeu e também a São Francisco de Assis, ao possuir grande capacidade para domar os animais. Também existe uma referência ao bandeirismo: o jesuíta é visto como o desbravador de almas e dos sertões, como se pode ler na última estrofe.

Também Machado de Assis (1839-1908) apresentou Anchieta em forma de poesia. O poeta retrata o padre como um semeador da fé, que *ensinava sorrindo*. Vejamos o texto:

José de Anchieta

Esse que as vestes ásperas cingia
E a viva flor da ardente juventude
Dentro do peito a todos escondia:

Que em páginas de areia vasta e rude
Os versos escrevia e encomendava
A mente, como esforço de virtude;

Esse nos rios de Babel achava
Jerusalém, os cantos primitivos,
E novamente os ares os cantava.

Não procedia como os cativos
De Sião, consumidos de saudade.
Velados de tristeza e pensativos.

Os cantos de outro clima e de outra idade
Ensinava sorrindo às novas gentes,
Pela língua do amor e da piedade.

E iam caindo os versos excelentes
No abençoado chão, e iam caindo
Do mesmo modo as místicas sementes.
(MACHADO DE ASSIS, 1962, vol. III, p. 166-167)

Machado de Assis também faz uma referência à maneira que Anchieta teria composto o poema em homenagem à virgem Maria: enquanto esteve cativo entre os índios tamoio, tratando dos negócios de paz entre esta tribo e os colonizadores portugueses, Anchieta teria escrito nas areias da praia o poema, e guardando-o

todo pela memória. Mais tarde, teria redigido a obra.⁶² Na segunda estrofe do referido poema, Machado de Assis faz clara menção a tal episódio.

Além destes literatos, também Guilherme de Almeida (1890-1969) escreveu versos a respeito do jesuíta. Dentro de uma mesma perspectiva, o autor apresenta uma imagem romantizada e “heroicizada” do padre, conforme podemos ler:

Prece a Anchieta

SANTO – erguestes a cruz na selva escura
 HERÓI – plantastes nossa velha aldeia
 MESTRE – ensinastes a doutrina pura
 POETA – escrevestes versos sobre a areia

Golpeia a cruz a foice inculta e dura;
 Invade a vila multidão alheia;
 Morre a voz santa entre a distância e a altura;
 Apaga o poema a onda espumante e cheia...

SANTO, HERÓI, MESTRE e POETA: – Pela glória
 Que destes a esta terra e à sua História,
 Pela dor que sofremos sempre sós,

Pelo bem que quisestes a este Povo,
 Novo Batista deste mundo novo,
 Padre JOSÉ DE ANCHIETA, orai por nós!
 (GUILHERME DE ALMEIDA apud NAVARRO, 1997, p. 101-102)

Nesta *Prece a Anchieta* Guilherme de Almeida exalta o “santo”, o “herói”, o “mestre” e o “poeta” José de Anchieta. Tais características se assemelham muito aos outros exemplos que vimos até então. Todos os autores aqui citados nos apresentam uma ou outra dessas características (quando não todas) que compõem uma imagem romantizada do padre jesuíta.

Com estes poucos exemplos, podemos perceber a imagem que se faz do missionário jesuíta: um homem “santo” por suas atitudes, com estreita ligação com o mundo sobrenatural; grande “educador”, responsável pela propagação dos ensinamentos católicos entre os nativos e também entre os colonos; “poeta” e um dos fundadores da literatura brasileira; primeiro “historiador” do Brasil; “curador de almas e de corpos”; “herói” por ter virtudes praticamente sobre-humanas, ou seja,

⁶² Esta obra é intitulada *Poema da Bem-aventurada Virgem Maria* e foi publicada recentemente pela Editora Loyola compondo o conjunto de *Obras Completas* do padre Anchieta.

acima da média dos homens; fundador e responsável pelo nascimento da cidade de São Paulo.

Verificada tal imagem, podemos nos questionar: de que maneira ela foi criada e elaborada? Parece-nos evidente que isso não foi obra de uma única geração de autores. Porém, acreditamos que as três obras que selecionamos cumpriram, em parte, esta função. Quirício Caxa, Pero Rodrigues e Simão de Vasconcelos não realizaram sozinhos o trabalho da construção desta imagem que acabamos de verificar, mas possivelmente foram responsáveis por boa parte dela. Nossa hipótese é a de que os estudos realizados pelos padres jesuítas no primeiro século após a morte de Anchieta influenciaram estas visões que acabamos de analisar. É o que procuraremos demonstrar ao longo da análise dos textos selecionados.

Para cumprir a tarefa da análise das obras em questão, procederemos da seguinte maneira: em primeiro lugar, apresentaremos cada um dos autores e suas respectivas biografias de José de Anchieta, em ordem cronológica. Em seguida, analisaremos nos textos, como os biógrafos elaboraram a imagem de “santo” do jesuíta. Depois, o enfoque será dado à composição de uma imagem de “missionário” de Anchieta. E por fim, analisaremos a elaboração de uma figura de “educador” do padre inaciano.

4.2. Quirício Caxa e a *Breve Relação da Vida e Morte do Padre José de Anchieta*

Quirício Caxa foi o primeiro biógrafo do Padre José de Anchieta. Nasceu em Cuenca, Castela Nova, no ano de 1538, e ingressou na Companhia de Jesus aos 21 anos de idade em 1559. Segundo o Pe. Hélio Abranches Viotti (1988), Caxa era dotado de sólida formação intelectual e boas qualidades de comunicação. No ano de 1563 foi enviado ao Brasil e destinado ao ensino no Colégio de Jesus, onde trabalhou durante 36 anos, lecionando latim, teologia moral, teologia especulativa e também filosofia. Mais tarde, entre 1565 e 1566, foi o responsável por orientar os estudos compendários de Anchieta, que antecederam a sua ordenação sacerdotal nesse último ano.

No ano de 1576, Quirício Caxa foi nomeado reitor do Colégio dos jesuítas no Rio de Janeiro. No entanto, em virtude da ida de Gregório Serrão, como procurador, a Roma, deixou esse cargo para assumir interinamente o governo do Colégio da Bahia, cargo este que ocupou durante aproximadamente um ano e meio (1576-1578). Segundo Viotti (1988), Caxa se distinguiu especialmente por ser bom escritor. O autor afirma que:

Distinguiu-se principalmente como escritor. Dele se conservam duas cartas em português, uma de 1565 sobre a guerra do Rio de Janeiro, outra de dezembro de 1573. Conservam-se igualmente duas extensas anuas em latim, correspondentes aos anos de 1573 e 1574. (VIOTTI, 1988, p. 8)

Além das cartas, Viotti (1988) afirma que Caxa, muito provavelmente, foi o responsável por redigir a tríplice *História da Fundação dos Colégios*, da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro. De acordo com o autor, quando se faz uma análise dos documentos, pode se chegar à conclusão de que foram produzidos por um mesmo escritor:

Nada improvável seja ele o autor da tríplice História da Fundação dos Colégios (Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco). Na carta de 1573, dirigida ao Geral Everardo Mercuriano, descreve a arribada, em outubro desse ano, às praias de Alagoas, de dois jesuítas, irmãos Manuel de Castro e Pantaleão Gonçalves: em condições penosíssimas tiveram de fazer a pé o caminho rumo a Olinda. Ora a *Historia de la Fundación del Colégio de la Baya*, de 1574, reproduz com palavras idênticas essa mesma narrativa. Do teor dessa carta, ninguém poderia no Brasil ter conhecimento, dirigida como fora ao Geral da Companhia de Jesus. A narrativa, aliás, vem repetida com variantes, na *Historia de la Fundación del Colégio de Pernambuco*, ano de 1576. Pela crítica interna dessa tríplice história, é mister concluir pela unidade autoral dos três textos. E o fato de estarem redigidos em castelhano é um argumento a mais para atribuí-los ao espanhol Quirício Caxa... (VIOTTI, 1988, p. 8-9)

Mais adiante, o autor afirma que o escrito que o tornou um imortal foi a biografia de Anchieta:

[...] Mas o escrito que, por assim dizer, o imortalizou é, inegavelmente, a notícia biográfica do Pe. José de Anchieta, redigida em 1598, por ordem do Provincial Pero Rodrigues: a

Breve Relação da Vida e Morte do Padre José de Anchieta, Quinto Provincial que foi do Brasil [...]. (VIOTTI, 1988, p. 9)

Foi logo após a morte do padre José de Anchieta, em 1597, que Quirício Caxa recebeu a ordem do Provincial da Ordem no Brasil, na época Pero Rodrigues, para que redigisse a obra sobre a vida de Anchieta. Depois de realizado o trabalho, Caxa, aos 60 anos de idade, faleceu na Bahia, em fevereiro de 1599.

Do texto original são conhecidos atualmente, três apógrafos somente. Um deles é o manuscrito da Biblioteca Municipal do Porto; outro, é o manuscrito dos Arquivos da Companhia de Jesus em Roma; e o último, é o manuscrito da Biblioteca da Ajuda, em Lisboa.

A primeira edição contemporânea do texto aconteceu em 1934, na *Revista Brotéria* (Lisboa). O responsável por tal edição foi o Pe. Serafim Leite (S. J.).⁶³ A edição mais recente foi publicada pela Editora Loyola, no ano de 1988, sendo parte da coleção de *Obras Completas* de Anchieta. Em nosso estudo, utilizamos a edição publicada pela Secretaria Geral de Educação e Cultura, Cultural Vida, em 1957. Nesta edição, consta uma boa introdução e aparato crítico de Joaquim Ribeiro. Tal aparato discute: a lingüística, a geografia histórica, a História literária, a etnografia (usos e costumes dos tupi), jesuitologia e, por fim, uma cronologia da biografia de José de Anchieta. Em função de tal aparato, esta foi a edição selecionada em nossa análise.

O texto de Quirício Caxa é muito breve. O próprio título do original nos mostra isso: “Breve relação da vida e morte de José de Anchieta”. A respeito do conteúdo, o texto é bastante sucinto, dotado de poucas informações sobre a vida do biografado. Em geral, Caxa nos parece muito mais preocupado em contar “grandes feitos” do que em compor uma biografia minuciosa e cheia de detalhes da vida de Anchieta. Não existe aparentemente, um cuidado em citar suas “fontes”. O autor não nomeia as pessoas que teria consultado para tomar conhecimento das obras e feitos de Anchieta.

⁶³ Serafim Leite (1890-1969) foi um renomado jesuíta e ainda hoje é referência para estudos sobre a Companhia de Jesus no Brasil, devido à sua obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, composta de 10 volumes, publicada pela primeira vez em 1938.

A linguagem do autor aparece impregnada por uma característica sacerdotal: o uso demasiado dos superlativos: *íssimo* ou *íssima* é algo constante em seu texto. Isto já prenunciava o estilo barroco na literatura brasileira. Podemos ler, apenas para exemplificar:

[...] Para se livrar destes ardentíssimos perigos e propinquíssimas ocasiões, usava de muita oração e comunicação com Deus, Encomendava-se fortíssimamente a N. Senhora de que era e foi devotíssimo, em especial de sua puríssima Conceição. Usava da disciplina, que sempre teve em costume por presentíssimo remédio para toda a doença em especial para esta [...] (CAXA, 1957, p. 54)

É evidente que ao fazermos tais constatações não queremos cobrar do autor uma atitude que ele não poderia ter. Em outras palavras, entendemos que o documento é fruto de uma determinada época e sob as luzes de tal contexto é que deve ser lido e analisado.

Em primeiro lugar, Quirício Caxa era sacerdote jesuíta; assim, sua linguagem não poderia ter outra marca a não ser a marca eclesiástica. Além disso, logo após a morte de Anchieta, a Companhia de Jesus contava com um número muito grande de membros e também com um prestígio muito grande junto às altas autoridades da Igreja. No entanto, a Ordem ainda não tinha nenhum santo. O propósito da biografia de Quirício Caxa deve ser entendido sob o seguinte aspecto: existia uma necessidade, por parte dos jesuítas, de “produzir suas grandes figuras” que pudessem ser imitadas e seguidas e, em consequência, serem canonizadas pela Igreja. José de Anchieta foi uma dessas figuras que mereceriam ser imitadas, isto é, que mereciam o posto de vida-modelo.

O texto de Caxa é dividido em 13 capítulos mais um suplemento. Sobre este último, não se sabe ao certo, de acordo com Serafim Leite, se foi o próprio Caxa que o teria redigido. Apesar disso, também não se tem o nome daquele que teria sido o real autor. Também Joaquim Ribeiro afirma que, muito provavelmente, o suplemento não teria sido redigido do próprio punho de Quirício Caxa. No entanto, na introdução a uma outra edição da biografia, Brasil Bandecchi tem uma visão oposta. Segundo este último autor, tudo indica que o próprio biógrafo seria o responsável pelo suplemento. Assim ele justifica:

Em que pese a reconhecida cultura de Serafim Leite, pensamos que o *suplemento* foi escrito por Quirício Caxa, que assim o inicia: “Depois de isto estar escrito um Pe. da nossa Companhia contou algumas coisas que por ele ser testemunha de vista delas, e por elas serem dignas de memória pareceu-me bem aponta-las aqui”. Este começo: “Depois de isto estar escrito...” estabelece relação entre a biografia e o *suplemento*, porque devemos entender assim: “Depois de nós termos escrito...” Relação não de duas pessoas, mas de dois trabalhos de uma mesma pessoa [...]. Encontramos para firmar mais a nossa convicção de que o autor do *suplemento* é Quirício Caxa, uma expressão que assinala um modo peculiar de dizer.

Lê-se no *suplemento*:
 “Na mesma pescaria faltou o Pe. um pedaço da noite da choupana...”
 E na biografia:
 “Daí a pedaço chegou um escravo...”
 As expressões: “Um pedaço da noite...” e “Daí a pedaço...” designando tempo, é um bom indício para reforçar a conclusão a que chegamos. (BANDECCHI, 1965, p. 12-13)

De qualquer maneira, o que nos importa aqui é o conteúdo do texto; ainda que não tenha sido redigido pelo mesmo autor, o *suplemento* ajudou a compor a primeira biografia de José de Anchieta, e colaborou também, em consequência disso, para a propagação dos feitos do padre entre os membros da Ordem e também por toda a Europa.

4.3. Pero Rodrigues e a *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*

Pero Rodrigues nasceu em 1542, na cidade de Évora. Ingressou na Companhia de Jesus aos quatorze anos, em 1556. Depois dos estudos de Humanidades, Rodrigues foi professor dessa matéria durante cinco anos. Mais tarde, lecionou Teologia Moral durante mais cinco anos. Foi reitor do Colégio do Funchal, na Ilha da Madeira, e também do Colégio de Bragança, em Portugal. Posteriormente, foi nomeado visitador dos missionários jesuítas em Angola, quando aportou de passagem na Bahia (entre 1592 e 1593). Quando sua missão entre os angolanos chegou ao fim, Rodrigues foi nomeado Provincial dos Jesuítas

no Brasil, cargo que ocupou de 1594 a 1603. Foi também superior no Espírito Santo e morreu em Pernambuco, aos 86 anos de idade, em 27 de dezembro de 1628.

Pero Rodrigues produziu obras importantes além da biografia do Padre José de Anchieta. Essas obras se constituem em importantes fontes para os estudos históricos. Entre elas, podemos citar *Informação deste Reyno e Minas, Uma história inédita de Angola, Visita à Missão de Angola*.⁶⁴ Outro texto, baseado na leitura de Santo Agostinho, intitulado *Comentários*, foi perdido no ataque holandês a Olinda por volta de 1630, conforme podemos ler, no *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*:

Humanista y escritor, su amplia corresponcia constituye una importante fuente histórico-etnográfica del Brasil. Fruto de una lectura analítica de san Agustín fueron sus “Comentários” em diez tomos, que se perdieron em el ataque holandés a Olinda hacia 1630. (O’NEILL; DOMÍNGUEZ, 2001, vol. IV, p. 3390)

Enquanto Provincial, Pero Rodrigues encarregou o também jesuíta, Quirício Caxa, de redigir uma biografia a respeito de José de Anchieta. Mais tarde ele se tornaria o segundo biógrafo do padre e escreveria o seu texto entre os anos de 1605 a 1609, designado para tanto, pelo Provincial dessa época, o Padre Fernão Cardim.

Conhecem-se atualmente, três manuscritos do texto de Rodrigues. Dois deles se encontram em Portugal, um em Évora e o outro em Lisboa, na Biblioteca Nacional. A outra cópia se encontra no Arquivo da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Das três cópias, a mais completa é a de Lisboa, e por isso mesmo, foi a cópia utilizada na edição que utilizamos, segundo Hélio Abranches Viotti (1978).

A primeira edição em livro desta biografia aconteceu no ano de 1955, publicado pela Livraria Progresso Editora. Essa edição contém uma apresentação dos editores, que destaca a importância do texto de Rodrigues para o estudo da História social e econômica do Brasil, conforme podemos ler:

⁶⁴ Obras citadas no *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*, verbete *Pero Rodrigues* (O’NEILL; DOMÍNGUEZ, 2001, vol. IV, p. 3390)

Alguns temas, que se constituem constantes no desenrolar do livro, como o assédio contínuo e repetido dos piratas franceses, as lutas navais dos indígenas, tripulando canoas de guerra manejadas e armadas por quase uma centena de guerreiros, as condições de vida do indígena, e o papel relevante que este exerceu no primeiro século de nossa existência, revestem muitas vezes aqui, aspectos quase inéditos na obra das crônicas quinhentistas. Esclarecimentos úteis sobre os costumes, informações sobre o ensino, caminhos, construções, administração, tudo isto surgindo de alusões muitas vezes indiretas, espalhadas como que ao acaso, constituem, sem dúvida, achegas úteis, e por vezes muito esclarecedoras, para o estudo da história social e econômica do Brasil. (RODRIGUES, 1955, p. 8)

Neste trabalho, utilizamos a edição da Editora Loyola, que apresenta uma boa introdução do Pe. Hélio Abranches Viotti, publicada em 1978. Uma edição mais recente foi publicada também pela Loyola, em 1988, como parte da coleção de *Obras Completas* de José de Anchieta.⁶⁵ No entanto, não existem diferenças entre os dois textos.

Segundo o Pe. Hélio Abranches Viotti, Pero Rodrigues teria sido excelente escritor, digno de figurar entre os melhores escritores da língua portuguesa do século XVII. O autor afirma que:

Suas cartas e relações e esta biografia, principalmente, o revelam excelente escritor, de estilo claro e ameno, digno de figurar entre os melhores clássicos da língua portuguesa, dos séculos XVI e XVII. A *Vida do Padre José* é um dos textos que, sobre o Brasil do século seiscentista, se podem ler com maior agrado e proveito. Estranhável que até há pouco fosse para a maior parte um texto inacessível. (VIOTTI, 1978, p. 6)

Concordamos com Viotti e também com os editores da Livraria Progresso a respeito da importância do texto para a História do Brasil no início da colonização. Sem dúvida, podemos afirmar que a biografia de Pero Rodrigues é muito mais completa que aquela produzida por Quirício Caxa. Claro está também, que este autor levou muito mais tempo para compô-la do que o primeiro biógrafo de José de Anchieta.

⁶⁵ A edição mais recente, publicada pela Loyola em 1988, traz em conjunto as duas primeiras biografias de José de Anchieta. Ela faz parte da coleção de *Obras Completas do Pe. José de Anchieta*, que é dividida sob três temáticas: *Poesia*, *Prosa* e *Obras sobre o Padre José de Anchieta*. A publicação prevê um total de 17 volumes, sendo que alguns ainda se encontram em fase de preparação.

O texto traz muitas informações importantes acerca do Brasil dos séculos XVI e XVII, inclusive sobre as características da terra onde Anchieta viveu a maior parte de sua vida. Apenas para demonstrar, vejamos um trecho do autor, no qual Pero Rodrigues descreve as características e também a localização geográfica da cidade de Salvador e da Vila de Pernambuco (Recife e Olinda):

A cidade, chamada de Salvador, está situada em uma lombada, que fica senhoreando a baía, cercada com quatro fortes; o porto por baixo dela, capaz de toda a sorte de navios.

Esta é a cabeça do Estado, aonde residem os governadores gerais, os bispos, o cabido, com os ministros da Justiça, Fazenda e Milícia [...]

A vila de Pernambuco chamada também de Marim e Olinda, é mui nomeada por sua riqueza de pau-brasil, e comércio dos muitos açúcares que tem, que em muitas mil caixas cada ano deita carregado por sua barra afora, para o que sustenta em seu distrito e terras vizinhas, mais de cem engenhos de açúcar. Está em oito graus de altura para o sul, na mesma altura que Angola. Foi povoada pelo primeiro senhor e governador dela, Duarte Coelho. (RODRIGUES, 1978, p. 19-20)

Os escritos de Pero Rodrigues apresentam importantes características econômicas e sociais da então colônia portuguesa. Isso mostra um discurso afinado com a lógica da colonização, da qual os jesuítas, como não poderia deixar de ser, foram também defensores: a lógica mercantil. Os textos produzidos sobre o Brasil, serviam para informar a Europa das condições que os missionários e os próprios colonizadores iriam encontrar nas terras de além-mar.

Enquanto Quirício Caxa não tomou o cuidado de citar as pessoas que teria consultado para contar a vida de José de Anchieta, Pero Rodrigues o fez. Suas fontes, além da primeira biografia, foram as informações fornecidas pelos padres e também algumas pessoas de fora da Companhia que haviam convivido com Anchieta. Viotti afirma que:

Quais as fontes portanto desta biografia? Em primeiro lugar a Breve Relação de 1598, composta pelo Padre Quirício Caxa, por ordem do mesmo Pero Rodrigues e com as “informações muito certas” dadas por escrito pelos jesuítas, que com Anchieta haviam convivido. Seguem-se os cinco feitos de testemunhos autênticos, tomados juridicamente em 1602 (a instância de Rodrigues, a isso aconselhado por Fernão Cardim) pelo administrador Apostólico do Rio de Janeiro e vigários da prelazia, os de São Paulo, Santos,

Vitória e Porto Seguro. Sucessor de Rodrigues no provincialato, promoveu, por sua vez, Fernão Cardim, ainda em 1604, processo particular na Bahia, em que depuseram todos aqueles religiosos que melhor haviam conhecido ao Padre Anchieta.

Além dessas testemunhas, que expressamente menciona, cita Pero Rodrigues muitas outras pessoas, a quem atribui informações sobre Anchieta, dadas, por vezes, a ele diretamente. Assim, entre os jesuítas, os Padres Manuel Viegas, Manuel Cardoso, Pantaleão dos Banhos, Domingos Garcia, Vicente Rodrigues, Adão Gonçalves, Domingos Monteiro, Luis da Fonseca e Jácome Monteiro, mais os irmãos Mateus de Aguiar, Francisco de Escalante e Francisco Dias. Entre os de fora, o Padre Manuel do Quintal, o Capitão Miguel de Azeredo, Estevão Ribeiro, Manuel Godinho de Lara, João Batista Málio, Damião da Costa Favela, Luis Gomes, Nuno do Amaral, Baltasar Martins Florença, Margarida Alves e Luisa Fernandes. (1978, p. 8-9)

O texto de Pero Rodrigues é dividido em Quatro Livros. O Livro Primeiro é composto de 15 capítulos e trata da vida de Anchieta. O Livro Segundo é composto por 9 capítulos e é dedicado às virtudes do padre Anchieta. O Livro Terceiro é dividido em 9 capítulos e relata as profecias do jesuíta. O Quarto e último livro fala a respeito dos milagres que o missionário jesuíta teria realizado e é dividido em mais 9 capítulos.

É importante perceber que a obra de Pero Rodrigues foi publicada com um propósito muito claro: propagar os feitos de Anchieta pelo mundo e principalmente, servir ao processo de beatificação do padre, que havia sido iniciado com Quirício Caxa. Assim, o texto é pedagogicamente dividido em várias partes, sendo que três dessas partes tratam especificamente de aspectos que poderiam contribuir incisivamente para o referido processo: são os Livros Segundo, Terceiro e Quarto, intitulados, respectivamente: *Das virtudes do Padre José*, *Das Profecias*, *Dos Milagres*. Ainda analisaremos estes livros com maior precisão. Um outro ponto interessante é a respeito das fontes citadas por Rodrigues: também em virtude do processo de beatificação, foi quase que imprescindível ao autor, citar suas referências, para dar maior “veracidade” ao seu documento.

A questão da veracidade é um aspecto que merece ser discutido com maior atenção. Ela está, em última instância, ligada à questão da persuasão nos textos. Adilson Citelli (1986, p. 6) afirma que o elemento persuasivo está colado ao discurso assim como a pele ao corpo. Nesse sentido, as três obras biográficas escritas sobre Anchieta no século que se seguiu a sua morte, e que aqui

analisamos, encontram-se carregadas de um discurso marcadamente persuasivo, especialmente por se tratarem do discurso religioso, que, segundo Citelli (1986, p. 48), é uma das formas discursivas mais explicitamente persuasivas. Dessa maneira, os textos analisados são persuasivos e buscam meios de efetivar tal persuasão; cabe-nos verificar quais são estes meios.

4.4. Simão de Vasconcelos e a *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*

Simão de Vasconcelos nasceu na cidade do Porto em 1596; ainda adolescente, veio para o Brasil e ingressou na Companhia de Jesus em 1615. Após os estudos, nos quais obteve o título de Mestre em Artes, sua profissão solene aconteceu em 3 de maio de 1636, na Bahia. Foi professor de humanidades, e Teologia Especulativa e Moral, além de mestre de noviços. Além disso, ocupou também outros cargos importantes, tais como: Secretário da Província, Procurador Geral, Vice-reitor do Colégio da Bahia e Reitor do Colégio do Rio de Janeiro. O cargo mais importante de todos, ocupou entre os anos de 1655 e 1658: nesse período, Simão de Vasconcelos foi o Provincial dos jesuítas no Brasil. Foi nessa época que promoveu as missões jesuíticas do sertão baiano e Rio das Contas. Mais tarde, o padre seria novamente o Reitor do Colégio do Rio de Janeiro, cargo que ocuparia até a sua morte, em 29 de setembro de 1671.

De acordo com Serafim Leite (2000, vol. VII, p. 28), o padre Simão de Vasconcelos, em virtude de seu talento, liberalidade, ostentação e caridade, gozava de grande prestígio entre os membros da Ordem, mas também entre pessoas de fora da Companhia. Além disso, Leite afirma que Simão de Vasconcelos foi superior a um outro renomado jesuíta, contemporâneo seu, no gênero histórico. Trata-se do Padre Antônio Vieira (1608-1697).⁶⁶ Sem adentrar na discussão, o que se pode afirmar é que suas obras têm importante valor para a

⁶⁶ O pe. Antônio Vieira foi um renomado jesuíta português do século XVII. Mudou-se para o Brasil ainda menino, com oito anos de idade e aqui iniciou sua vida religiosa. Entre suas obras, as mais importantes são, sem dúvida, seus *Sermões*. Além de uma vida religiosa, Vieira se ocupou também de uma vida diplomática, junto ao governo português, na qual opinava a respeito das finanças, das guerras, e das relações exteriores. (DE PAIVA, 2002, p. 9-19)

História da Companhia de Jesus no Brasil e também do Brasil-Colônia. Além disso, segundo Serafim Leite, em função delas, Simão de Vasconcelos deve ser considerado o criador do “ufanismo brasileiro”. Vejamos suas palavras:

Simão de Vasconcelos gozou de grande prestígio dentro e fora da Companhia, pelo seu talento, ostentação, liberalidade e caridade. Alguns anos mais velho do que o Pe. Vieira, é já no ciclo vieirense que se enquadra, não pelo estilo, que o gênero histórico não comportava, mas no qual é superior a Vieira, que aliás nunca foi cronista propriamente dito. Sejam quais forem as deficiências, próprias do tempo e do meio em que viveu, os livros de Simão de Vasconcelos são estimados; e, lidos com critério, fontes de conhecimentos úteis não só para a História da Companhia de Jesus, mas também do Brasil. E com seu pequeno *Tratado do Paraíso na América* (Brasil), que se imprimiu e não se publicou, mas a que alude e resume nas *Notícias Antecedentes e Curiosas*, com que abre a *Crônica*, publicada em 1663, deve ser considerado o criador do “ufanismo brasileiro”. (LEITE, 2000, vol. VII, p. 28)

De acordo com Serafim Leite, no prefácio à edição da Imprensa Nacional (1943), as três principais obras de Simão de Vasconcelos constituem um todo histórico, que aparentemente é desconexo, mas que na realidade é homogêneo. Tratam-se das seguintes obras: *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* e *A vida do Padre J. de Almeida*.⁶⁷ As obras se completam e compõem a História da atuação dos missionários da Companhia de Jesus no Brasil no período de quase um século.

A biografia de José de Anchieta, intitulada *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, começou a ser escrita por Simão de Vasconcelos no ano de 1663 e, já no ano de 1669, os originais estavam em Lisboa, de onde seriam enviados para Roma, para sua revisão e primeira edição (LEITE, 2000, vol. VII, p. 28). A primeira edição aconteceu em 1672, em Lisboa. Júlio Dantas, no prefácio à edição que analisamos, considera a obra como um clássico da prosa portuguesa do século XVII, e o seu autor, um “clássico esquecido”. Assim podemos ler:

[...] se trata de uma obra-prima da prosa portuguesa seiscentista, proveniente da mesma pena que em puro vernáculo – prata cinzelada por um mestre sóbrio e perfeito – escrevera já a *História*

⁶⁷ Obras citadas no *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*, verbete *Simão de Vasconcelos* (O'NEILL; DOMÍNGUEZ, 2001, vol. IV, p. 3898).

da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, filósofo, teólogo, lógico e gramático cujo *numus* docente se exerceu no Colégio da Baía [...] Simão de Vasconcelos é um “clássico esquecido” [...] Chamar para ele a atenção dos eruditos portugueses e brasileiros constitui, por si só, empresa meritória. (DANTAS, 1953, p. 1)

A obra se divide em sete livros. O Livro Primeiro relata o nascimento de Anchieta, seu ingresso na Companhia de Jesus e vinda para o Brasil, até o ano de 1556. O Livro Segundo trata dos anos de 1556 até 1569, com ênfase especial aos acontecimentos ocorridos enquanto o padre esteve cativo entre os Tamoio. O Livro Terceiro descreve o período em que José de Anchieta governou na Capitania de São Vicente, como reitor do Colégio e das casas de Santos e São Paulo até o ano de 1578. O Livro Quarto contém os anos de 1578 a 1585, quando Anchieta foi eleito Provincial da Ordem no Brasil. O Livro Quinto relata os anos restantes da vida do padre José, até sua morte em 1597, quando já havia deixado de ser Provincial. No Livro Sexto, Simão de Vasconcelos se dedicou aos milagres que Anchieta teria obrado após sua morte, por meio de aparições, ou do culto e veneração dos povos, ou de suas relíquias. O Livro Sétimo é um epílogo da biografia, que é dedicado a realizar uma comparação das obras de Anchieta com o primeiro dos homens segundo a bíblia, Adão, no que diz respeito à sua inocência.

Simão de Vasconcelos deixa muito claro no texto qual é o propósito de sua obra: enaltecer os feitos “heróicos” de José de Anchieta. Vejamos suas palavras:

Os que houverem de ler com curiosidade esta história, é bem que advertam daqui em diante que, no presente e seguintes livros, onde pretendemos mostrar as principais obras heróicas deste grande varão, somos forçados a mudar o estilo comum [...] A razão vem a ser uma particular excelência, porque na vida dos outros varões santos distingue-se o especulativo da praxe; e por isso em cada um reduzem os autores a lugares comuns suas virtudes, tratando primeiro o especulativo da humildade, mortificação, paciência, amor de Deus, etc. E depois tratam da praxe daquelas que puseram em obra. Porém a vida de José não dá lugar a essa distinção; tudo é praxe, sem especulação. Cada virtude nele é um prodígio prático moral, e cada prodígio uma virtude, e talvez muitas [...] (DE VASCONCELOS, 1953, p. 135)

Pode se perceber que José de Anchieta está até mesmo acima dos outros santos, porque sua vida se distingue, já que *tudo é praxe, sem especulação*.

Das três obras que nos propusemos a analisar, esta é, sem dúvida, a mais completa. Simão de Vasconcelos redigiu uma biografia rica em detalhes, centrando os esforços na edificação de uma imagem grandiloqüente do padre José de Anchieta.

4.5. A composição do herói Anchieta: o santo, o missionário e o educador

Os textos biográficos de Quirício Caxa, Pero Rodrigues e Simão de Vasconcelos compõem a imagem heróica de José de Anchieta, enaltecendo-lhe as características de santo, missionário e educador. Pode-se considerar que nesses textos está presente, ainda que de forma implícita, um discurso ao mesmo tempo político e pedagógico. Político, porque propaga uma visão de mundo bastante determinada. Pedagógico, porque busca ensinar aos leitores através do exemplo de uma vida-modelo. É fundamental, então, analisar como se deu a composição da imagem heróica e a real presença do discurso político e pedagógico nos textos.

No século que se seguiu à morte do padre José de Anchieta, a Companhia de Jesus se esforçou para elaborar e enaltecer as suas próprias figuras “heróicas”, de forma que pudesse ter os seus companheiros canonizados pela Igreja Católica. Isso pode ficar claro ao lermos as três biografias aqui selecionadas. Os biógrafos apresentam Anchieta como um homem dotado de um conjunto de virtudes que nos permitem entendê-lo praticamente como um “santo”.

4.5.1. José de Anchieta como um “santo”

O “santo” é aquele que apresenta um conjunto de virtudes tais como a humildade, a devoção, a obediência, a mortificação, a pobreza, a caridade para com o próximo e a íntima ligação com Deus, recebendo inclusive, mensagens dos céus e também praticando milagres. Além disso, o “santo” deve ser entendido

como um modelo para a cristandade, já que ele, por sua conduta, alcança o reino de Deus, isto é, atinge o propósito da vida de todo bom cristão: a salvação eterna. A partir disso, vejamos como os três biógrafos descreveram Anchieta de maneira a lhe construírem tal figura.

No texto do primeiro biógrafo, em vários trechos, o padre Anchieta é descrito como alguém muito humilde, dotado de grande devoção e obediência. Ao descrever o seu ingresso na Companhia de Jesus, Caxa afirma que o jesuíta era um vivo exemplo de virtude:

[...] com pouca dificuldade foi recebido na Companhia pelas muitas esperanças que dava com sua boa índole, muito engenho e felicíssima memória. Entrando, começou logo a ser um vivo exemplo de virtude, em especial de devoção, humildade e obediência. Ajudava cada dia oito, dez e mais missas de geolhos [sic], com muito gosto e devoção, ainda que com muito custo de sua saúde [...]. (CAXA, 1957, p. 43)

Neste trecho, percebe-se, também, uma preocupação do autor em mostrar que Anchieta se mortificava, isto é, sacrificava sua saúde, com muito gosto, para o engrandecimento da fé católica. Uma grande devoção à sua religião!

Pero Rodrigues (1978, p. 28), a exemplo de Caxa, afirma que o padre Anchieta já nos primeiros anos em que esteve em Portugal, após o seu ingresso na Companhia de Jesus, aos dezessete anos, foi sempre um vivo exemplo de virtude, especialmente de obediência, devoção e de humildade. Já Simão de Vasconcelos por sua vez, afirma que a virtude que mais arrebatava a alma de José de Anchieta era a da pureza virginal. Esta virtude também pode ser considerada uma qualidade típica dos “santos”:

Entre todas as outras virtudes, a que mais lhe arrebatava a alma era a da pureza virginal, que até este tempo, guardara inviolável, fugindo de toda a ocasião de perdê-la; até que entrando em uma igreja que dizem ser a da Sé catedral e posto aí de joelhos ante a imagem da Virgem Senhora Nossa, sentiu um impulso interior que lhe acendia o coração; e desta hora lhe consagrou com o voto expresso sua virgindade; foi sempre crescendo depois daquele voto esta alma ditosa em ciência e inteligência do Céu, buscando novo modo de vida, em que pudesse assegurar sua salvação e ajudar a de todos os próximos [...] (DE VASCONCELOS, 1953, p. 9-10)

A respeito ainda da humildade de Anchieta, Caxa relata o momento de sua vinda para o Brasil. Nesse trecho, o autor fala que o jesuíta era um servo de todos, que servia com prazer e que, em função disso, Deus o estaria a lhe recompensar, aliviando seus problemas de saúde. Vejamos suas palavras:

Entrando no navio lançou mão do fogão e cozinha, e assim, da dispensa dos Nossos com que a todos veio servindo, começando Nosso Senhor a lhe dar esperanças de melhor disposição, que lhe havia de conceder, pois ele assi o mostrava, que assi se havia de aproveitar dela, e emprega-la em servir a Deus como sempre fez. (CAXA, 1957, p. 45)

Pero Rodrigues também faz referência à vinda de José de Anchieta para o Brasil e, assim como Quirício Caxa, afirma que o padre se dispôs a servir a todos no navio com humildade e caridade:

Por esta ocasião, embarcado o Irmão José para estas partes, entrando no mar, sentiu logo em sua disposição mais alento e melhoria, como natural de ilha. No navio aceitou a ocupação que dizia mais com o desejo de humildade, e teve a cargo a dispensa, cozinha e fogão, servindo aos Nossos com muita caridade. (RODRIGUES, 1978, p. 28-29)

Simão de Vasconcelos também se refere ao momento de vinda de Anchieta para o Novo Mundo; da mesma forma que Quirício Caxa, e Pero Rodrigues, o autor também procura demonstrar que o jesuíta era um servo de todos. No entanto, Simão de Vasconcelos afirma que Anchieta deu provas de suas qualidades de educador, porque no período em que estiveram navegando, o padre veio ensinando a doutrina cristã aos navegantes, de maneira que quando chegou ao Brasil, o navio parecia um colégio de gente reformada. Vejamos este trecho:

[...] Ele era o que servia aos companheiros, na cozinha, na despensa e mais ofícios necessários, com sumo cuidado e amor. E não só aos religiosos; a todos os navegantes servia como se já começara a servir seus amados brasis. Ensinava a doutrina cristã aos mareantes no convés; falava-lhes da salvação e obrigação que tinham a Deus. E veio a ser de maneira que parecia a nau um colégio de gente reformada. (DE VASCONCELOS, 1953, p. 14)

A virtude da humildade de José de Anchieta é reafirmada por Quirício Caxa, quando o biógrafo relata o episódio em que Anchieta foi nomeado Superior dos jesuítas no Brasil. Segundo o autor, o padre não mudou nada de sua maneira humilde de lidar com as outras pessoas:

Posto no cargo, que aceitou com muito sentimento e angústia do seu coração, não mudou nada de seu andar comum e acostumado, nem para com os índios, aos quais sempre acudia a pé e descalço, todas as vezes que podia furtar o corpo às obrigações de seu ofício, nem no tratamento de sua pessoa que sempre foi abatido e baixo e pouco oneroso a seus irmãos, como se dirá em seu lugar. (CAXA, 1957, p. 65-66)

No capítulo XII, intitulado *De algumas virtudes que mais se enxergaram no Padre José*, mais uma vez Quirício Caxa reafirma sua humildade, dizendo que o padre era um verdadeiro desprezador de si mesmo e que ao lhe trazerem uma roupa nova, isto se tornava um tormento para ele:

Era humilde em grande maneira e verdadeiro desprezador de si mesmo. Sempre andava pobrementemente vestido e calçado, e fazerem-lhe trazer uma roupeta nova era tormento para ele. [...] (CAXA, 1957, p. 74)

Pero Rodrigues também se refere ao momento em que Anchieta se tornou provincial dos jesuítas no Brasil. O biógrafo relata a forma como o padre aceitou o cargo para o qual havia sido nomeado. Vejamos suas palavras:

O padre José aceitou o novo trabalho com muita dor e sentimento seu, e ao dia seguinte, fazendo outra prática, em que nos pediu a todos o ajudassem com suas orações, lhes beijou também os pés. (RODRIGUES, 1978, p. 61)

O ato de beijar os pés de seus companheiros demonstra certamente a humildade de José de Anchieta. Um pouco mais adiante, Rodrigues descreve algumas características de Anchieta, tais como a brandura e a benignidade, no governo da província:

Começou a governar a Província no ano de mil quinhentos e setenta e oito, e o continuou por obra de sete anos com muita

prudência e inteireza, temperando-a com sua natural brandura e benignidade, sendo em todo aquele tempo o que sempre fora, na oração e familiaridade com Deus, e no tratamento de sua pessoa mui exemplar, e nada pesado aos súditos, antes a todos um vivo retrato de virtudes [...]. (RODRIGUES, 1978, p. 61)

Simão de Vasconcelos também fala sobre a virtude da humildade de José de Anchieta ao relatar a sua nomeação para o cargo de Provincial do Brasil. O autor afirma que é costume de Deus levantar os humildes dos lugares de onde se escondem para colocá-los em lugar bem alto, donde possam iluminar a todos com sua luz (DE VASCONCELOS, 1953, p. 216). Esse foi o caso de Anchieta:

[...] Era tão rara a humildade do nosso José, tinha-se posto em lugares tão baixos, por seus próprios desprezos e abatimentos, com que se reputava por nada entre os homens que me atrevo a dizer, com fundamento, que foi esta a causa por que chegaram alguns, ou levados das aparências exteriores, ou mal informados das excelências interiores de José, a fazer reparo na patente que de Roma mandara nosso padre-geral, para ser reitor da Baía, replicando que seria menos reputação, de um colégio tão autorizado, meter por superior dele religioso tão desprezível, quebrado de costas e de menos respeito aos olhos dos homens. Porém nosso reverendo padre-geral, informado bem da pessoa e alumiado por aquele que a todos conhece deveras, despediu para ele patente de provincial, como dizendo que, para lugar mais alto que de reitor, era digna sua humildade, confundindo com isto a prudência humana. (DE VASCONCELOS, 1953, p. 216)

Em vários outros trechos o autor ainda exalta a virtude da humildade de Anchieta; no último capítulo de sua obra, que aquele dedicado a fazer uma comparação entre José de Anchieta e o primeiro dos homens, segundo a Bíblia, Adão, o autor afirma que o jesuíta se considerava o menor dos homens, e que não aceitava glórias, conforme podemos ler:

Aos que lerem esta história, resta que ver por fim desta obra o maior prodígio de todos, maior que domar elementos, profetizar coisas ocultas, conhecer corações e obrar maravilhas insólitas. Verão um homem entre os aplausos do mundo, aclamado por santo, por milagroso, por profeta e quase Vice-Cristo na terra, juntamente humilde por extremo e, em seu conceito, o menor de todos os homens. Era tão rara esta sua humildade, que metia em perplexidade os homens, a qual haviam de dar crédito, se às veras com que se batia, se aos milagres com que Deus o levantava! No mesmo tempo dizia que era um homem vil, um costas quebradas e

um pecador ignorante e juntamente que haviam de ver um portento, um milagre, um caso raro, que somente podia nascer de um homem santo [...] (DE VASCONCELOS, 1953, p. 406)

Percebe-se que Simão de Vasconcelos não poupa adjetivos para exaltar a imagem de Anchieta: “santo”, “milagroso”, “profeta” e “Vice-Cristo”.

A questão da humildade, em especial, parece ser significativamente importante para compor a imagem “heróica” de José de Anchieta. Quando os biógrafos apresentam tal virtude, buscam construir um grande personagem, isto é, o personagem que se mostra grandioso nos momentos de maior degradação. Nesse sentido, Anchieta se torna grande porque é humilde. Nos momentos em que mais se encontrava em situações difíceis, transparecia, segundo os biógrafos, a sua grandeza. Por exemplo: vindo para o Brasil, enfermo, ele se mostrava grande porque servia aos companheiros na embarcação. Por outro lado, quando nomeado Superior Provincial dos jesuítas, o que representaria um momento de grandeza, dado à posição do cargo, evidentemente, seu primeiro impulso foi negar a indicação. Mais uma vez se nota a união dos contrários na figura do padre, união esta que é a marca dos grandes personagens.

Uma virtude que vinha aliada à humildade era a pobreza. Isto para os jesuítas tinha uma grande importância, já que um dos votos que eles deveriam fazer para o ingresso na Ordem era o voto de pobreza. Isso era uma herança do próprio fundador da Ordem: quando Inácio se converteu e decidiu ter uma vida religiosa, a primeira providência que tomou foi negar os bens de sua nobre família e viver apenas de esmolas. O andarilho Iñigo de Loyola ficou conhecido como “home del sac”, em alusão à túnica que o vestia, feito de panos de sacos, ásperas como um cilício.⁶⁸ Sob este aspecto, Anchieta é apresentado também com um modelo para os outros jesuítas, já que tinha, segundo Quirício Caxa, esta virtude, conforme podemos ler:

Daqui lhe nascia a pobreza de espírito que ele muito amava. Nunca teve nada. O mais pobre e velho breviário e chapéu era o seu. Não tinha cousa nem possuía, em que a cobiça ou curiosidade se pudesse levar [...] (CAXA, 1957, p. 74)

⁶⁸ Jean Lacouture faz essa descrição de Inácio de Loyola como o “home del sac”, dizendo que o fundador da Companhia de Jesus assim era conhecido entre os camponeses catalães, enquanto fazia suas peregrinações. (LACOUTURE, 1994, p. 9)

Pero Rodrigues também não poupa esforços para enaltecer a virtude da pobreza do padre Anchieta. No trecho a seguir, Rodrigues fala sobre esta virtude e também sobre a caridade de Anchieta, que apesar de prezar pela pobreza, não gostava que seus súditos andassem mal acomodados:

Muito se prezou sempre da santa pobreza, nem tinha mais de seu uso, que o que trazia sobre si, e era o pior que havia de vestido e calçado; mas aos súditos procurava que andassem religiosamente bem acomodados. Não usava de arca ou canastra, nem de escritório, nem tinha cartapácios que guardar, as obras que compunha dava a outrem, e as coisas de maior importância aos superiores. (1978, p. 73)

Simão de Vasconcelos por sua vez, também elogia a pobreza do padre Anchieta em vários momentos de seu texto. No trecho a seguir, o autor afirma que com sua extremada pobreza, o padre continuou crescendo até o mais alto grau de perfeição, que os grandes santos procuram. Percebe-se que o jesuíta é tido como o modelo:

Com esta extremada pobreza continuou José por toda a sua vida, crescendo sempre até o supremo grau, que os grandes santos procuram. Não só deixava as coisas do mundo, com efeito e afecto, desprezando o supérfluo, mas também o necessário, que é a perfeição maior neste gênero, a que chamam os santos *paupertatem necessariorum* [...] pretendia em tudo imitar a pobreza de Cristo crucificado, que é o exemplo de sua carta. Foi finalmente um modelo cabal da pobreza a todos os que em seu tempo viveram, e o deve ser aos que hoje vivem. (DE VASCONCELOS, 1953, p. 399)

Outra virtude enaltecida pelo primeiro biógrafo de Anchieta foi a caridade; o padre, segundo Quirício Caxa, não fazia distinção entre os colonos e os índios, tratando a todos da mesma maneira. No trecho a seguir, Anchieta é descrito como um homem caridoso que tratava as enfermidades por mais nojentas e asquerosas que fossem. Além disso, não existia também horário para a sua caridade; de dia ou de noite, Anchieta sempre estava disposto a ajudar e servir:

[...] Era muita a sua caridade para com eles, ou curando-os em suas enfermidades ainda que fossem muito nojentas e

asquerosas. Uma vez tomou um índio pagão para o curar uma lepra, e fazendo-o cristão o sarou da lepra da alma e do corpo; não se negava para lhes acudir, nem de dia nem de noite, nem arreceava caminhos por ásperos e compridos que fossem, nem chuvas nem calmas, nem fomes nem outros perigos que cada passo se ofereciam. Seu caminho era a pé e descalço por praias, montes e vales, o qual modo nem sendo provincial mudou, visitando as aldeias dos índios. A cada passo, achava encontros de almas, que parece não esperavam mais que por ele, ou para o batismo, ou para a confissão, e daí a pouco se iam para Deus. (CAXA, 1957, p. 57)

Em outro trecho, podemos perceber que Caxa descreve o padre Anchieta como um exemplo de caridade, já que deixava de dormir muitas vezes para cuidar dos enfermos. Mesmo quando já estava muito doente, perto de sua morte:

[...] Era tam mavioso que muitas vezes lhe acontecia levantar-se de noite e atizar o fogo e botar brasas debaixo das redes dos índios com que caminhava, estando eles dormindo [...] Muitas vezes deixava de dormir de noite por vigiar e acudir às necessidades dos Irmãos que estavam enfermos. Estando muito doente desta derradeira doença se alevantou uma noite e se foi à cozinha a fazer uma purga para outro doente, onde lhe deu um acidente, com que caiu em terra da muita fraqueza, que lhe causou agravar-se-lhe muito a enfermidade. (CAXA, 1957, p. 72)

Pero Rodrigues também se preocupou em afirmar a virtude da caridade de José de Anchieta. O autor dedicou dois capítulos de sua obra para exaltar essa qualidade do padre jesuíta; tratam-se dos capítulos intitulados *De sua caridade com os próximos em coisas temporais* e *Da caridade com os próximos e bens espirituais deles*. Estes capítulos encontram-se no Livro Segundo da biografia, todo dedicado às virtudes de Anchieta. Podemos ler:

Exercitava sua humildade e caridade com os enfermos, aonde quer que estava, com muito gosto seu e edificação de todos; assim no tempo em que era provincial, como em todo o mais de sua vida. E neste Colégio da Bahia, era o mais certo e contínuo ajudante que o enfermeiro tinha em todo o serviço da enfermaria, levantando e deitando os doentes, e se era necessário vigiar sobre algum, mandava dormir ao enfermeiro e vigiava por ele [...] (RODRIGUES, 1978, p. 78)

Assim como Quirício Caxa e Pero Rodrigues, Simão de Vasconcelos enaltece a caridade de Anchieta. Num texto um pouco mais elaborado do que os

dois primeiros biógrafos, o autor afirma que sua caridade, isto é, seu amor ao próximo era também um amor a Deus:

Foi admiração entre os homens e o será a quem quer que ler atentamente estes escritos, como podia neste servo do Senhor, compadecer-se tão contínuo trato com o próximo? Quem ponderar a roda viva em que andava, de povoados em sertões e de sertões em povoados, em serviço dos homens, dirá que todo ele era seu e que com eles gastava anos, dias, noites e horas, sem ficar alguma em que aquele coração pudesse abraçar-se, unir-se, arrebatarse, contemplar, gozar e descansar com Deus; porém, de uma e de outra coisa era capaz: cabia naquele grande bojo; o Céu e a Terra, Deus e as criaturas, os mesmo povoados, sertões, mares, terras, corria com Deus e por Deus. Os mesmos anos, dias, horas, que gastava com o homem na Terra, gastava com Deus no Céu; por mais unido que estivesse aos homens, estava unido ao mesmo Deus, contemplava, gozava, descansava e se gloriava com Deus; e em todo o lugar observavam as gentes uma e outra força admirável. (DE VASCONCELOS, 1953, p. 403-404)

Devido à conexão íntima com Deus, o santo tem também a capacidade de realizar profecias. Segundo Quirício Caxa, José de Anchieta apresentava essa íntima relação, e realizou várias profecias. Existe um episódio em sua vida que é muito aludido por seus biógrafos; trata-se da encenação do Auto da Pregação Universal. Nesse episódio, contam os biógrafos, que uma grande nuvem negra teria se aproximado e que todos pensavam que iria desabar uma enorme tempestade. No momento em que se iniciou uma agitação, com a platéia querendo se retirar, Anchieta teria ordenado que a todos mantivessem seus lugares, pois a chuva não cairia enquanto a apresentação não findasse.⁶⁹ Vejamos como Caxa descreve o momento:

[...] E estando toda a gente junta, sobreveio uma grande tempestade, e sobre o teatro se pôs uma nuvem negra e temerosa, que começou a lançar de si algumas gotas de água grossas. Com isto se começou toda a gente a inquietar e a levantar. Acudiu o irmão José dizendo que se aquietassem que não era nada, Fez-se a obra, que durou três horas, com muita quietação, devoção e lágrimas, e, depois da gente recolhida em suas casas, descarregou a nuvem com tão grande tormenta de

⁶⁹ O Auto da Pregação Universal foi encenado várias vezes. Ele foi escrito por encomenda do então superior da Ordem no Brasil, padre Manuel da Nóbrega, para a celebração do Natal. Em uma de suas encenações teria acontecido o episódio da suspensão da chuva. (JOSÉ DE ANCHIETA, 1977)

vento e água que a todos fez espantar e louvar ao Senhor. (CAXA, 1957, p. 50)

Assim como Caxa, Pero Rodrigues também discute o caso da suspensão da chuva na vida do padre José de Anchieta:

[...] ajuntou-se a ouvi-la toda a Capitania. Senão quando sobrevém uma grande tempestade, e sobre o teatro se põe uma nuvem negra e temerosa, que despedia de si algumas gotas bem grossas, com que a gente começou a se inquietar e despejar os lugares em que estavam.

O que vendo o Irmão José assomou a uma janela, e disse: “aquietem-se todos e ninguém se vá, porque não há de chover até se não acabar a obra”. Tornaram-se a sentar pelo respeito que lhe tinham; fez-se a obra, e a nuvem sempre em cima, muito quieta por espaço de três horas que a obra durou, com muita devoção e lágrimas do auditório.

E acabada ela e a gente recolhida em suas casas, começa também a nuvem a dizer seu dito, com tal tormenta de vento e água que a todos pôs espanto, e deu nova matéria de louvar a Deus, e de terem a seu servo em maior reputação. (RODRIGUES, 1978, p. 45)

Sobre o caso da suspensão da chuva, Simão de Vasconcelos assim escreve:

[...] Eis que, começando a sair a teatro, começa em todo o horizonte a ameaçar à gente uma tempestade medonha. A perpendicular sobre o auditório se formou uma nuvem carregada de água, que começava abrir-se em partes, e queriam recolher-se os que já estavam acomodados, com perturbação e desordem. Porém, José, a cujo cargo e de Deus estava o sucesso, levantando a voz, mandou ao povo que não se perturbasse, dando palavra que não choveria antes que a comédia de todo se acabasse. Coisa maravilhosa! Sucedeu assim: continuou-se com a obra, que durou três horas, com quietação e sossego até o fim; recolheram-se os ouvintes todos a suas casas; e feito isto, desfechou a mais horrenda tempestade de chuvas, ventos e trovões que até então se vira naquelas partes, como se daquele momento alcançara a licença que por três horas lhe faltara [...] (DE VASCONCELOS, 1953, p. 33-34)

Mais até do que os outros biógrafos, Simão de Vasconcelos utilizou sua obra para enaltecer esse dom das profecias de José de Anchieta. Por sinal, esta virtude aparece ligada aos milagres que o padre teria realizado em vida. O autor fala sobre 117 milagres que teriam envolvido o padre Anchieta, tanto em vida quanto

após sua morte. Dentre eles, podemos citar alguns, como o “milagre do barril de azeite”, por exemplo, apenas para exemplificar:

[...] faltava azeite na capitania de São Vicente e, juntamente, em nosso colégio; avisou desta falta o irmão despenseiro; disse que um barril que havia em casa era acabado, porque proviam dele não só o colégio, mas também as casas sujeitas, Igreja e pobres. Respondeu José: irmão, nas necessidades não deixeis de acudir ao vosso barril, que Deus é pai e fará que não falte azeite. Replicou que já o tinha erguido sobre o torno e que estava seco de todo, e podiam bem usar dele em outro mister. Tornou José: fazei, irmão, o que vos tenho dito; obedeceu o despenseiro e em todas as necessidades ia consultar a seu barril, e sucedia-lhe que, qual a fontezinha no rigor do Verão falta com água na calma da tarde, mas em passando a noite torna a correr posto que pobremente, assim o barril, que nos mais tempos estava farto de azeite, em vindo a necessidade dos pobres, começava a correr em pequeno destilo, mas bastante para remédio do presente. E foi de maneira que, de necessidade em necessidade e de estilo em estilo, durou por dois anos o azeite, que foi o tempo em que durou na terra a falta dele. [...] correu a fama do milagre, e foi julgado o autor dele [...] (DE VASCONCELOS, 1953, p. 141)

Também podemos citar o exemplo de uma “pesca maravilhosa”, no qual José de Anchieta é comparado a Jesus Cristo. Vejamos as palavras de Simão de Vasconcelos:

Estava o colégio falto de peixe; dependia das redes, que tinham mandado lançar ao mar, porém estas tornaram se efeito algum, dizendo os lançadores o que lá os apóstolos, a Cristo: *per totam noctem laborantes nihil cepimus*. Viu-se a comunidade com aperto, deu-se aviso ao padre José que o refeitório não tinha que comer, aquele dia. Não vos agasteis, disse, chamai-me cá o lançador de redes; e, ouvindo as escusas que dava, que não era maré, nem conjunção de pesca, o levou a uma janela e lhe mostrou certo lugar da Baía, que de lá aparece, dizendo: ide, lançai ali as redes e não botei ali mais que um lanço, enchei o barco de peixe e vinde logo, que tem necessidade a comunidade. Obedeceu o pescador e, sendo maré cheia e contra regra de pescaria, qual outro S. Pedro, *in verbo tuo laxabo rete*, sucedeu que foi tanto peixe de um só lanço, que se rompia a rede [...] (DE VASCONCELOS, 1953, p. 227)

Pero Rodrigues também fala a respeito dos milagres do padre José de Anchieta. Por sinal, o biógrafo dedicou o quarto e último livro de sua obra para tratar exclusivamente desse assunto. No trecho a seguir, o autor cita Antônio de

Siqueira, escrivão público e judicial e da Câmara na Vila de Santos, que teria vivenciado e atestado um milagre da água convertida em vinho. Tem-se, mais uma vez, o recurso do discurso direto para que os leitores acreditem no texto biográfico:

E pusemos no caminho três ou quatro dias; e cada dia, bebíamos do vinho ao almoço, jantar e ceia, cada um três ou quatro vezes de vinho da dita cabaça, e acabando de a despejar, mandava o Padre José, encher a cabaça de água; e quando tornávamos a comer, e a beber da cabaça, achávamos ser vinho tão bom e melhor do que o deram ao padre, e todos os que ali íamos, claramente vimos que era milagre. (RODRIGUES, 1978, p. 140)

Um outro aspecto interessante que aparece nas biografias de Rodrigues e de Simão de Vasconcelos, é uma aparente alusão a São Francisco de Assis (1182-1226), que tinha uma facilidade na comunicação com os animais. Assim como esse santo, o padre Anchieta é apresentado como uma pessoa que dominava os animais:

Não se contentou a divina bondade, de honrar a seu humilde servo, com o fazer amado e respeitado dos homens [...] mas ainda quis que dos mesmos brutos animais tivesse testemunho de sua santidade, fazendo que a seu modo o reverenciassem, não somente as abes, posto que por natureza são esquivas, mas também as feras, bravas e montezinhas, que a ninguém guardam cortesia, antes andam buscando ao homem para lhe beberem o sangue, como se com juízo e discurso, soubessem fazer diferença, entre este servo de Deus e o comum dos outros homens. (RODRIGUES, 1978, p. 145)

[...] Foi depoimento comum dos índios que viram por vezes nesta praia, uma avezinha graciosamente pintada, que com um brando vôo andava como fazendo festa, enquanto José ía compondo e escrevendo, e lhe saltava brincando, ora nas mãos, ora na cabeça, ou para mostrar a José o cuidado que o Céu tinha deles, ou para mostrar aos índios o com que haviam de respeitá-lo. (DE VASCONCELOS, 1953, p. 91)

Simão de Vasconcelos ainda afirma que José de Anchieta unia a perfeição de muitas figuras bíblicas importantes, como Abraão, Moisés e Elias, por exemplo. Vejamos suas palavras:

[...] Lavrava aqui um homem raro, um santo único, um exemplar de varões ilustres, composto das perfeições de muitos. Um José na castidade, um Abraão na obediência, um Moisés nos segredos do céu, um Elias no zelo e um David na humildade. Um portento de maravilhas e um assombro do mundo [...] (DE VASCONCELOS, 1953, p. 89-90)

Tanto Quirício Caxa quanto Pero Rodrigues ou Simão de Vasconcelos realizaram comparações entre Anchieta e figuras bíblicas. Este foi um recurso significativo para promover a figura “heróica” do jesuíta, uma vez que, como vimos, a visão de mundo dos séculos XVI e XVII ainda se encontrava bastante marcada pelo *orbis christianus*. Nesse sentido, figuras bíblicas povoavam, sem dúvida, o imaginário dos homens do início dos Tempos Modernos, especialmente em Portugal. Eram figuras palpáveis, reais e vivas para aqueles homens. Assim, a comparação serve para mostrar que Anchieta era também uma figura tão real, palpável e viva como aquelas presentes em suas imaginações.

Verificamos até aqui, que as biografias redigidas por Quirício Caxa, Pero Rodrigues e Simão de Vasconcelos enalteceram inúmeras virtudes de José de Anchieta que o podem colocar num posto de “santo” da Igreja Católica. Os biógrafos relatam episódios nos quais sua paciência, mortificação, humildade, caridade, obediência, comunicação com Deus e milagres são exaltados. Nesse sentido, Anchieta cumpre os requisitos para ser considerado um “santo” da igreja. Cumpre lembrar, também, que o santo da Igreja Católica é considerado aqui, como o herói que mistura elementos mitológicos e sagrados, uma figura histórica. A seguir, verificaremos como os biógrafos utilizaram suas obras para compor a imagem de um modelo de “missionário” do padre Anchieta.

4.5.2. José de Anchieta como um “missionário”

José de Anchieta é lembrado, freqüentemente, como um missionário, um dos primeiros que se dirigiram para o Novo Mundo com o intuito de converter os

índios e manter viva a chama do catolicismo entre os colonos portugueses. As obras de Quirício Caxa, Pero Rodrigues e Simão de Vasconcelos tentam apresentar e destacar essa função do padre. Por quê?

O trabalho missionário nos séculos XVI e XVII não era uma atividade muito simples de ser exercida. Qualquer missionário que viesse a empreender a obra da colonização no Novo Mundo, que significava ao mesmo tempo, converter índios e manter a fé católica viva entre os portugueses, poderia acabar se decepcionando e ser abatido pelo pessimismo. De fato, muitos o foram. O próprio José de Anchieta, em algumas cartas afirmou que o melhor que se podia fazer pelos índios era batizá-los *in extremis*, na hora da morte, já que assim não teriam tempo de retornar às suas práticas anteriores (poligamia e canibalismo, por exemplo).⁷⁰ Assim, os escritos biográficos cumpriram, de forma incisiva, a função de propagar entre os membros da Companhia, uma idéia de que o trabalho missionário renderia, certamente, muitos frutos no Novo Mundo; bastava seguir o modelo deixado por Anchieta...

Quirício Caxa discute a questão do trabalho educacional de José de Anchieta, afirmando que seus esforços na educação se justificavam porque o padre percebia que estava preparando missionários que trabalhariam na conversão do gentio. Vejamos o que o autor nos diz:

[...] Por tudo isto passava o Irmão com muita igualdade de ânimo e alegria de coração por ver que com estes seus trabalhos se iam preparando obreiros que trabalhassem nesta grande vinha do Senhor, da conversão dos naturais da terra. (CAXA, 1957, p. 48)

Em outro trecho, quando Quirício Caxa relata o episódio da vida de Anchieta em que o padre havia ficado como refém entre os índios Tamoio, o biógrafo exalta o trabalho missionário do jesuíta. Caxa afirma que Anchieta dava o exemplo e conseguia com tal atitude, a conversão e modificação dos costumes dos índios:

Depois de estarem como dois meses entre os Tamoios foi necessário o Pe. Nóbrega tornar-se para São Vicente e deixar o

⁷⁰ Veja-se sobre as Cartas de Anchieta, o trabalho intitulado *A filosofia educacional dos jesuítas nas Cartas do padre José de Anchieta*. (Arnaut de Toledo; Ruckstadter, 2002)

Irmão por arreféns das pazes. O qual em três meses que com eles esteve só, aproveitou muito àquela gente, com doutrinas e práticas das cousas de sua salvação e com o vivo exemplo da vida, e muitos se puderam batizar se estiveram em parte mais segura de não tornar atrás. Pasmavam os carnaís Tamoios de ver um mancebo rodeado todo de um fogo babilônico e estar nele sem se lhe chauscar um cabelo. Para se livrar destes ardentíssimos perigos e propinqüíssimas ocasiões, usava de muita oração e comunicação com Deus, Encomendava-se fortíssimamente a N. Senhora de que era e foi devotíssimo, em especial de sua puríssima Conceição. Usava da disciplina, que sempre teve em costume por presentíssimo remédio para toda a doença em especial para esta; e quando o Pe. Nóbrega o deixou, bem sabia quem deixava, de quem não menos confiava nesse particular que de si mesmo. Muitas vezes vieram os Tamoios de outras partes para o matar, mas sempre Deus o livrou por meio de seu hóspede, a quem ficou entregue, que era um Índio mui principal e respeitado dos outros. (CAXA, 1957, p. 54)

O relato que Simão de Vasconcelos faz do momento em que Anchieta esteve em cativo dos índios Tamoio é ainda mais engrandecedor. O biógrafo afirma que o mal rodeava o padre e que, se ele fosse como os outros mortais, isto é, se ele não fosse acima da média dos homens, certamente teria caído nas armadilhas que a situação lhe colocava. Vejamos um trecho:

[...] ai do só (diz o Espírito Santo) porque se cair não tem quem o levante, Aqui um cristão só, um religioso só, entre tantas ocasiões de pecado e morte, onde, se cair não tem quem o levante, nem quem o console, nem quem o anime, ou comunique sacramento algum! O certo é que, o não ser José, ao apartar do companheiro, se lhe apartaria o coração e tremaria de pés e mãos, outro qualquer homem. Entregaram-se muitos às tebaidas, aos ermos, aos desertos. Nestes porém, se eram sós, não eram tão mal acompanhados. Porém, José fica só em deserto, e fica acompanhado de gente péssima de sua infidelidade de sua inconstância e de sua crueldade. E só no meio de um povo bárbaro e de uma Babilônia [...] (DE VASCONCELOS, 1953, p. 89)

Pode-se perceber que os biógrafos enaltecem qualidades importantes do “missionário” José de Anchieta, tais como: a disciplina, a comunicação com Deus e a devoção a Nossa Senhora. Além disso, Caxa também fala sobre as chamas babilônicas que não lhe chauscavam um fio de cabelo sequer e Simão de Vasconcelos mostra que Anchieta não tremia, isto é, não sentia medo apesar das circunstâncias em que se encontrava. Isso demonstra uma idéia de que Anchieta

estava acima da média dos homens, uma qualidade “heróica”. Além disso, o fato de utilizar as “chamas babilônicas” para representar a situação vivida por Anchieta entre os índios, também é uma alusão à Bíblia, com vistas a seduzir o leitor, que, no século XVII ainda se encontrava impregnado de uma visão religiosa do mundo.

A situação vivida por Anchieta entre os índios Tamoio era comum entre os missionários que aportavam no Novo Mundo; estes homens encontravam uma nova terra na qual a manutenção da própria fé e dos costumes religiosos não parecia ser uma tarefa fácil. Isso porque nas terras d'além mar muitas das coisas relativas à fé acabavam sendo adaptadas e re-significadas. Nesse sentido, a rigidez de José de Anchieta na manutenção de sua própria fé e de seus costumes cristãos se tratava de um exemplo digno de ser imitado por outros missionários.

Uma solução para o problema da flexibilidade com relação às coisas da fé eram a mortificação e a paciência, que evidentemente, deveriam estar presentes nas atitudes daquele que se dedicasse aos trabalhos da Companhia de Jesus nas missões da Ordem. Em função disso, Caxa engrandece Anchieta por ser um homem de mortificação e de paciência, conforme podemos ler:

Foi muito mortificado em suas paixões, e de tal maneira as trazia sopeadas, enfreadas e sujeitas à razão, que nunca o desinquietavam nem lhe causavam decompor-se em alguma cousa, por muita ocasião que se oferecesse. Foi um retrato vivo de paciência, a qual sempre se viu e notou nele assi nos trabalhos e encontros desgostosos que se ofereciam, como nas doenças que teve, que foram muitas e graves [...] (CAXA, 1957, p. 74)

Podemos notar que a paciência de Anchieta e sua mortificação eram resultado da sua razão, que segundo o biógrafo não era pouca.

No capítulo IV de sua biografia, intitulado *Do fruto que N. S. tirou do seu cativoiro*, Quirício Caxa trata de mostrar, através do exemplo de vida de José de Anchieta, como o trabalho dos missionários podia ser proveitoso e recompensador para a fé católica.

[...] o desenterrou, e tendo passado mais de meia hora o achou vivo e o batizou, e com muitos rogos alcançou de algumas índias lhe desses de mamar, porque todos tinham nojo dele. Viveu com isso algumas semanas e foi-se para quem tanto bem o tinha escolhido.

A segunda foi de uma menina a qual batizou por estar “in extremis”.

A terceira foi de um índio o qual seus contrários queriam matar em terreiro com suas festas acostumadas [...] Teve novas destas cruéis e bárbaras festas, e começou a entrar em consideração se estava obrigado a acudir àquela alma, que parece estava em extrema necessidade espiritual, Por outra parte, punha-se-lhe o evidente perigo da vida a que se punha, diante dos olhos por haver de ir só e sem companhia de quem o defendesse, por seu hóspede estar ausente, como a incerteza de conseguir o intento que pretendia; todavia, vencendo o amor do próximo ao próprio e natural, posposto todo o temor [...] se resolveu esperando somente na Providência divina, de acudir àquela alma, rompendo por tudo. Favoreceu Deus tão santa determinação. Chegou à aldeia sem perigo, deram-lhe lugar os Tamoios com toda a sua fereza para falar com ele. Deu-lhe notícia das cousas necessárias para sua salvação, conforme a estreiteza do tempo; obrou Deus interiormente e desejou ser cristão. Batizou-o logo e feito filho de Deus foi morto pelos filhos de Satanás [...] (CAXA, 1957, p. 55-56)

Assim como Caxa, Rodrigues relata o episódio em que Anchieta desenterrou e batizou uma criança:

[...] Ouviu acaso falar umas índias, que uma velha enterrara viva uma criança, neto seu, por não ser de legítimo matrimônio, que também a seu modo, entre estes há aborrecimento ao adultério, que com seu fraco lume da razão o aborrecem; mas como cegos castigam com rigorosa pena a quem não teve culpa no malefício. Ouvindo este caso, como digo, perguntou pelo lugar foi-o desenterrar; e com haver mais de meia hora que assim estava, o achou ainda vivo e o batizou e fez com algumas índias lhe dessem de mamar, com que viveu algumas semanas e se foi ao céu, para aquele Senhor que o guardou com vida na cova, e o tinha predestinado para tanto bem. (RODRIGUES, 1978. p. 41-42)

Quando afirmam que o trabalho missionário rendia muitos frutos, os biógrafos não relatam o que acontecia quando os padres se afastavam dos índios por algum tempo; teriam eles se mantido nos ensinamentos cristãos? É pouco provável que sim. José Maria de Paiva (1982) afirma que a mensagem que os jesuítas tentaram passar aos índios não obteve sucesso:

[...] estamos dizendo que aquilo que os missionários quiseram comunicar não chegou aos índios. Estes não tinham condições culturais para recebê-lo. Assim mesmo, receberam alguma coisa [...] Os costumes cristãos, isto é, portugueses, estes sim, os índios assimilaram, ao fio da espada [...]. (1982, p. 20)

Assim, na maior parte das vezes o trabalho missionário teve o auxílio do fio da espada; em outras palavras, a imposição da cultura aconteceu pela força. Isso as biografias não relatam.

Os exemplos acima citados compõem uma imagem ideal para dar forma as atitudes de todos aqueles que desejavam se dedicar aos trabalhos missionários da Companhia de Jesus. Entre as qualidades mais importantes, encontramos: a obediência, a mortificação, a paciência, a comunicação com Deus e a devoção. Através do exemplo da vida de Anchieta os biógrafos tentam passar esta lição. A seguir, veremos como se compôs uma imagem de Anchieta como “educador”.

4.5.3. José de Anchieta como um “educador”

Anchieta é geralmente apontado como um “educador”, por sinal, um dos primeiros do Brasil. Essa característica é tida no padre praticamente como um ofício ligado ao seu próprio sacerdócio, isto é, como uma missão que ele teria recebido de Deus. Nas obras dos três biógrafos, suas qualidades de professor são exaltadas em alguns aspectos. Cumpre assinalar também, que o trabalho educacional nos séculos XVI e XVII era o próprio trabalho missionário. Não existia distinção e separação como atualmente.

Caxa afirma que Anchieta, frente às necessidades geradas pelos poucos recursos dos jesuítas no Brasil, passava noites em claro, copiando as lições que ensinaria no dia seguinte para suprir a falta de livros. Percebe-se que o biógrafo procura demonstrar um sacrifício de José de Anchieta em benefício do trabalho educacional. Vejamos suas palavras:

[...] Porque além do que o ler traz consigo, e sofrer a rudeza ou negligência dos discípulos, teve ele outros particulares, pela muita pobreza que se padecia e faltas de outras achegas necessárias. Não havia arte nem livros por onde os estudantes aprendessem, pelo que lhe era a ele necessário suprir com sua pena, escrevendo-lhes por sua mão o necessário para suprir a falta dos livros. E como todo o dia tinha bem ocupado, era forçado cortar

pelo sono. E assim, não dormia senão 3 ou 4 horas e às vezes menos, e algumas noites, e não poucas, lhe aconteceu passa-las em claro escrevendo até pela manhã. (CAXA, 1957, p. 47-48)

Pero Rodrigues também discute a forma como Anchieta supria a carência de materiais para as aulas:

Tinha o Irmão José na sua escola alguns dos nossos e muitos moços filhos dos portugueses; continuou esta ocupação por alguns anos, na vila de São Paulo, chamada pelo nome da terra Piratininga, com muito proveito dos estudantes e merecimento seu. Porque além da moléstia do ler, tomava ele outra bem pesada, de suprir com sua pena, a falta de artes latinas, por onde os discípulos aprendessem.

E como quer que as ocupações lhe não davam lugar para o fazer de dia, era-lhe necessário ajudar-se das noites, cortando de ordinário pelas horas do sono, e passando muitas delas inteiras sem dormir, escrevendo até a manhã. Por tudo isso passava o bom Irmão com muita paciência e rosto alegre, por ver que com estes seus trabalhos se começavam de criar obreiros idôneos para a conversão de tantas almas. (RODRIGUES, 1978, p. 29-30)

Assim como Caxa e Rodrigues, Simão de Vasconcelos se refere às cópias que Anchieta realizava de próprio punho para os estudantes:

[...] Ainda naquele tempo não havia naquelas partes cópia de livros, por onde pudessem aprender os discípulos os preceitos da gramática. Esta falta remediava a caridade de José, à custa de seu amor e trabalho, escrevendo por própria mão tantos cadernos dos ditos preceitos, quantos eram os discípulos que ensinava, e passando as noites, sem dormir, porque os dias ocupava inteiros nas obrigações do ofício e conversão dos índios. Acontecia, não poucas vezes, romper a manhã e achar a José, com a pena na mão. (DE VASCONCELOS, 1953, p. 29-30)

Como se vê, os três biógrafos procuram demonstrar a mortificação de Anchieta em prol do trabalho educacional, afirmando que o jesuíta passava noites em claro para conseguir realizar as tarefas de professor.

O primeiro biógrafo, Quirício Caxa, fala da facilidade que Anchieta tinha em aprender e ensinar; segundo Caxa, o jesuíta teve pouco estudo na Europa, já que ainda muito jovem veio para o Brasil como missionário da Companhia de Jesus. No entanto, supria tal deficiência com suficiente doutrina, demonstrando uma facilidade natural para resolver qualquer questão teológica:

O Pe. José não teve mais estudo, do que teve antes de entrar na Companhia. Mas, contudo, teve suficiente doutrina, não somente para entender, mas também para resolver qualquer questão das ordinárias da Teologia, assim especulativa como moral, e para poder pregar sem perigo de dizer alguma dissonância [...] (CAXA, 1957, p. 67)

Quirício Caxa ainda reafirma essa habilidade natural de Anchieta em outro trecho, quando narra a maneira como o padre aprendeu a língua dos índios. No entanto, não bastava a natureza, pois segundo o biógrafo, sua exigência e aplicação foram também muito importantes para esse aprendizado:

No meio destas ocupações e outras muitas com que o Pe. Nóbrega se aproveitava de sua indústria, diligência e conselho, aprendeu a língua da terra, pondo de sua parte, além de muita facilidade que Deus para isso lhe tinha dado, muita exigência e aplicação, com o grande desejo que tinha de ajudar a alma dos naturais, que por falta de obreiros padeciam muitas necessidades espirituais. E tanto de raiz aprendeu que não somente chegou a entendê-la e fala-la com toda a perfeição, e compor nela e trasladar as cousas necessárias para a doutrina e catecismos: mas veio a reduzi-la a certas regras e preceitos e compor a arte dela, com que os Nossos que aprendem a língua muito se ajudam. (CAXA, 1957, p. 49)

Simão de Vasconcelos também destaca o fato de que Anchieta aprendia e ensinava ao mesmo tempo, já que foi a partir de suas aulas e seus contatos com os alunos, que conseguiu compor a gramática Tupi:

No mesmo tempo era mestre e era discípulo, e os mesmos lhe serviam de discípulos e mestres, porque na mesma classe, falando latim, alcançou da fala dos que o ouviam a maior parte da língua do Brasil, que brevemente aperfeiçoou, com tal excelência que pôde reduzir aquele idioma bárbaro a modo e regras gramaticais, compondo arte dela, tão perfeita que, aprovada dos mais famosos línguas, foi dada à impressão e tem servido de guia e mestra daquela faculdade as que depois vieram [...] (DE VASCONCELOS, 1953, p. 30)

Quando Quirício Caxa afirma que Anchieta teve muita exigência e aplicação para conseguir compor a gramática Tupi, isto pode ser entendido como um ensinamento para os companheiros jesuítas. Ao analisarmos a formação destes

padres no século XVI, vemos que Companhia de Jesus se diferenciou das demais Ordens da Igreja Católica por exigir de seus membros grande empenho, principalmente no que dizia respeito aos estudos. Basta lembrar que o padre inaciano, para ser ordenado e realizar a profissão solene dos quatro votos, precisava passar por vários anos de estudo, adquirindo com isso, uma formação bastante sólida. Nesse sentido, José de Anchieta é um modelo para os demais.

Simão de Vasconcelos ainda fala a respeito das qualidades de Anchieta enquanto “educador”, afirmando que o padre tinha um “dom de magistério”. Nesse sentido, a educação é vista como uma missão divina no padre:

Uma das provas do grande espírito de Elias, colhem os santos do dom de magistério com que formou discípulos, que foram assombros de maravilhas, e entre eles um Eliseu, insigne em zelo, fé e profecias, naquelas idades antigas. Do dom de magistério, que Deus concedeu a José nestes nossos tempos, podemos também coligir a grandeza de seu espírito. Doze discípulos formou, em sua primitiva escola, e perfeitos todos em fé e zelo da salvação das almas [...]. (DE VASCONCELOS, 1953, p. 314)

Há, no trecho acima citado, uma técnica de sedução bastante explícita: quando se pensa que o mestre por excelência no Cristianismo é o próprio Cristo, todos que se assemelharem a ele serão considerados como modelos. Assim, Simão de Vasconcelos busca semelhanças entre Jesus e Anchieta. Dessa forma, a exemplo de Jesus Cristo, José de Anchieta, segundo o autor, também formou doze discípulos, todos perfeitos em fé e zelo da salvação das almas.

É possível perceber que as biografias escritas por Quirício Caxa, Pero Rodrigues e Simão de Vasconcelos enaltecem valores importantes de José de Anchieta, buscando compor uma imagem deste padre enquanto “santo”, “educador” e “missionário”. Mais do que isso, as obras cumprem também um papel educativo, já que a vida de Anchieta é apresentada como uma vida-modelo. Podemos verificar isso nas palavras do primeiro biógrafo:

O que com o que está contado se pretende é, que, pois sabemos o caminho por onde foi e os meios de que usou para alcançar tanta virtude e perfeição, ponhamos os pés nas pegadas, que ele nos deixou sinaladas, e procuremos ser fiéis a Deus e verdadeiros filhos da Companhia, porque, sem dúvida, por aí iremos parar no

lugar onde ele agora está, gozando daquele que tantas mercês lhe fez e com tantas bênçãos o proveu. Amém. (CAXA, 1957, p. 77)

“Colocar os pés nas pegadas de Anchieta” significa dizer que ele é um modelo, um exemplo a ser seguido. Assim, os feitos de Anchieta, descritos por seus biógrafos, servem como um ensinamento para aqueles que desejarem se candidatarem ao posto de “santo”, “missionário” e “educador”. Em outras palavras, um “herói”.

5. CONCLUSÃO

Nas últimas décadas tem acontecido o que alguns autores costumam chamar de retorno aos estudos biográficos, ou, retorno às biografias. Aparentemente, existe um crescente interesse por personagens do passado e suas vidas nos seus pormenores. Tal interesse se insere naquilo que se convencionou denominar de nova concepção dos métodos da História.

De fato, o que não se pode negar, é que o interesse recente por estudos de natureza biográfica não cumpre as mesmas funções que cumpriu em outros momentos históricos. Durante longo período, as biografias foram escritas com o propósito de elaborar figuras “heróicas”, que eram consideradas os únicos agentes da História. Tal prática foi coroada com a filosofia positivista, a partir do século XIX. Atualmente, vivemos uma era da história anti-heróica nas biografias, porque elas cumprem a função de decompor o herói que foi coroado na perspectiva positivista, buscando nos pormenores de suas vidas as suas falhas, suas piores qualidades.

O positivismo coroou uma prática que na verdade não foi criada por essa filosofia. Com os seguidores de Augusto Comte, a biografia adquiriu um caráter marcadamente político e ideológico, com um alcance que talvez não tivesse em outros tempos. No entanto, desde Plutarco, na Antigüidade, um dos primeiros a redigir biografias, já existia um interesse em construir modelos e propagar uma ideologia. Os evangelhos, ao narrarem a vida de Jesus Cristo, da mesma forma, também tinham um caráter político e pedagógico. Até mesmo o marxismo, sob uma perspectiva um pouco diferente, também se utilizou de trajetórias individuais para propagar sua visão de mundo.

O que se nota então, é que os estudos biográficos, independentemente da época em que são produzidos, podem ser entendidos como discursos responsáveis por propagar uma determinada visão de mundo, isto é, uma ideologia. O discurso contido nas biografias sempre tem como ponto de partida o espaço ocupado por seu autor no contexto que o gerou. Ao mesmo tempo, as biografias cumprem também uma função pedagógica, já que buscam ensinar aos

leitores, através de um discurso marcadamente persuasivo, qual é o caminho que se deve seguir, isto é, a partir do exemplo de uma vida-modelo.

Tal aspecto da biografia enquanto um recurso político e ideológico ao mesmo tempo, aparece claramente nas biografias do padre José de Anchieta. O jesuíta é referido por seus biógrafos como um herói, um homem acima da média, um modelo de virtudes a ser seguido. A questão do “herói” aparece em vários contextos diferentes, como por exemplo: na literatura, na música, no mito, na Antropologia, na Psicologia, nas biografias e na História. Aliás, este é o aspecto que mais interessa no caso de José de Anchieta: o “herói histórico”. O missionário inaciano foi uma pessoa que existiu na realidade, mas que, por um conjunto de interesses teve uma imagem historicamente construída de maneira heroicizada.

Qualquer que seja a tipologia do herói, ele sempre participa de uma luta maior: a luta de classes. Todo grande personagem é grande, justamente pelo fato de que a sua figura representa uma união de contrários. Isso faz com que a análise de sua figura permita captar, senão totalmente, pelo menos uma parcela da realidade. Por quê? Pelo simples fato de que a realidade em si é contraditória. Mas, a análise das biografias de José de Anchieta permite essa captura do real, mesmo que fragmentada? Sem dúvida. Há que se referir ao contexto no qual as obras foram produzidas.

O recorte se justificou pelo período em que as obras foram escritas: Quirício Caxa, Pero Rodrigues e Simão de Vasconcelos foram responsáveis por escrever a vida do padre Anchieta no século que se seguiu à sua morte. Assim, a ênfase foi dada aos séculos XVI e XVII. Além disso, os três biógrafos foram padres da Companhia de Jesus que viveram no Brasil grande parte de suas vidas. Dessa maneira, enfatizou-se também as atuações dos jesuítas no contexto colonial. Esta discussão permitiu perceber a visão de mundo que as obras propagam.

A história da descoberta da América e de sua colonização não é senão um capítulo da história do comércio europeu. O que se pretende afirmar é: tudo aquilo que foi promovido e empreendido na colonização do Brasil, inclusive pelos jesuítas, acabava fazendo parte de um projeto maior, que tinha, em última instância, interesses mercantis como motivação.

Entretanto, um outro aspecto importante na colonização brasileira diz respeito à forma como os portugueses dos séculos XVI e XVII concebiam o

mundo: ainda imperava uma visão medieval, do *orbis christianus*. Dessa forma, a sociedade portuguesa quinhentista era marcada por uma visão religiosa da vida e do mundo: tal visão afirmava que o mundo pertencia a Deus e que os governantes e o papa – escolhidos pelo próprio Deus – tinham a função de levar todos para a verdade, isto é, a Igreja Católica. Além disso, a atual separação entre Igreja e Estado era impensável no século XVI: por meio do regime do padroado, os eclesiásticos eram também funcionários da própria Coroa. Isso implica uma outra questão relevante: não se pode falar entre um plano da Igreja e um plano português para o Brasil. Existiam interesses mútuos e paralelos que acabaram por se complementar.

Tanto interesses mercantis quanto religiosos foram motivadores do processo colonizador. Portugal povoou o Brasil buscando seu enriquecimento e também a conquista espiritual dos índios, considerados naquele tempo, como bárbaros e selvagens. E para o trabalho evangelizador os jesuítas foram selecionados. Contudo, a predominância dos interesses econômicos sobre os religiosos foi evidente.

Até mesmo os jesuítas, a Ordem Religiosa de maior destaque na Modernidade, fundada em 1539 por Inácio de Loyola e aprovada em 1540 pelo papa, responsável por liderar a Contra-Reforma, adaptaram-se às condições encontradas no Novo Mundo. Constituíram, nas práticas do tempo, um verdadeiro império dentro do Império Marítimo Português, mostrando-se bastante qualificados para serem, além de missionários, administradores.

Apesar do grande prestígio e poder que os jesuítas tinham dentro do Império Português, em fins do século XVI, a Companhia ainda não dispunha de nenhum santo. Dessa maneira, com um caráter de auto-afirmação da própria Ordem, membros da Companhia começaram a redigir obras com um discurso engrandecedor a respeito de suas figuras mais destacadas. Entre elas, José de Anchieta.

Anchieta ganhou títulos, tais como o de “apóstolo do Novo Mundo”, “fundador de São Paulo”, “santo”, “missionário” e “educador”. Em uma palavra: um “herói”. Sua imagem foi, nesse contexto de auto-afirmação da Ordem, romantizada por seus biógrafos. Aqui reside um aspecto muito importante: Anchieta foi um homem como outro qualquer; exaltar-lhe virtudes de maneira romântica significou

privilegiar a existência de um indivíduo em detrimento da categoria social à qual ele pertencia. Assim, o discurso das biografias propaga a idéia de que um indivíduo por si só carrega em suas mãos o curso da História.

Qual era o interesse do discurso grandioso sobre a figura de Anchieta? Primeiramente, propagar os feitos do padre por todo o mundo, entre os membros da Companhia de Jesus. Com isso, temos um caráter pedagógico: trata-se de ensinar aos novos missionários qual o exemplo a ser seguido. Assim, formava-se o homem ideal que Ordem queria; um homem que unisse virtudes e colocasse, acima de qualquer interesse particular, o interesse da própria Ordem e da Igreja Católica.

Mas, para além da questão religiosa, o discurso contido nas biografias não ficou preso aos membros da Ordem. Por meio deles também eram propagados os interesses da Coroa Portuguesa e conseqüentemente, os interesses da burguesia nascente nos séculos XVI e XVII. Sendo assim, nos textos analisados, em última instância, Anchieta aparece como profícuo colaborador do projeto colonizador para o Brasil. Seu trabalho evangélico e educacional auxiliou significativamente a aculturação dos índios e sua inserção no mundo português, o mundo do trabalho. Ao redigir a *Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*, tão aludida pelos biógrafos, Anchieta forneceu um instrumento decisivo na dominação do índio: o acesso à cultura do diferente por meio do conhecimento de sua língua.

Nas peças de teatro que escreveu, Anchieta, da mesma forma, também colaborou com a conquista do índio e sua inserção no mundo do trabalho.⁷¹ Os biógrafos citam, exaustivamente, o *Auto da Pregação Universal*. Com o teatro, representado na língua nativa, os padres também inculcavam nos índios a sua própria maneira de pensar e de ver o mundo. Nesse sentido, a exaltação da figura de Anchieta é também a exaltação da figura do próprio dominador português, que impôs o seu mundo ao diferente. Tal inserção do colonizado no mundo do colonizador nem sempre aconteceu com o uso da violência física.

Intrinsecamente ligada à educação, portanto, está a construção histórica da figura “heróica” do padre José de Anchieta. Mas uma reflexão se faz necessária: como tal figura aparece atualmente na educação formal, ou seja, na educação

⁷¹ Veja-se sobre o teatro anchietano o trabalho intitulado *José de Anchieta: Teatro e Educação no Brasil-Colônia*, de autoria de Vanessa Campos Mariano RUCKSTADTER (2005).

escolar? Há uma relação direta entre tal construção e o conteúdo apresentado nos manuais didáticos?

Segundo o Núcleo Regional de Educação da cidade de Maringá, um dos livros didáticos mais adotados nas escolas públicas do município, para a disciplina de História nas séries do segundo ciclo do ensino fundamental, intitula-se *Nova História Crítica*, de autoria de Mário Furley Schmidt (1999). No material que é dirigido à 6ª série, que tem como conteúdo a História Moderna e, conseqüentemente, os dois séculos iniciais da colonização do Brasil, não se encontra sequer uma menção ao nome de José de Anchieta. O autor apresenta a Companhia de Jesus, mas não menciona aquele que foi, segundo a historiografia tradicional, um de seus principais expoentes na História do Brasil. Isto acaba por se constituir num aspecto muito instigante e que merece certa atenção: durante mais de quatro séculos se elaborou e se propagou imagens romantizadas e heroicizadas a respeito de figuras históricas, que atualmente, não são nem ao menos mencionadas por livros destinados à educação básica. Qual o significado disto?

Outros questionamentos ainda podem ser realizados: qual o impacto que tal heroicização da figura de José de Anchieta, construída em grande parte por membros da própria Companhia de Jesus, mas apropriada em outros momentos até mesmo pela literatura não-jesuítica, tem sobre a história da educação? Quais as implicações sociais do discurso heroicizante? Como se aborda a questão do herói atualmente? Tais indagações são necessárias para uma compreensão ampla do significado da heroicização na História. No entanto, aqui ficarão apenas como propostas para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ABICHT, L. Loyola, Lenin and the road to liberation. *Monthly Review*. New York, vol. 36, n. 5, october, 1984, p. 24-41.

AMADO, J. *O cavaleiro da esperança*. 25^a ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a *Ratio Studiorum*. *Acta Scientiarum*. Maringá, vol. 22, n. 1, 2000, p. 181-187.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M.. A filosofia educacional dos jesuítas nas *Cartas* do padre José de Anchieta. *Acta Scientiarum*. Maringá, vol. 25, n. 2, 2003, p. 257-265.

ASSUNÇÃO, P. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da Administração dos Bens Divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BANDECCHI, B. Introdução. In: CAXA, Q. *Breve relação da vida e morte do Pe. José de Anchieta*. Introdução de Brasil Bandecchi. São Paulo: Obelisco, 1965, p. 7-13.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas. Vol. I. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOXER, C. R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. 26^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BURKE, P. *Heróis por acidente*. In: MAIS!, Folha de São Paulo, 6 de março de 2005, p. 3.

CARDOSO, A. (S. J.) Introdução. In: PEDRO CANÍSIO (São) *Confissões*. São Paulo: Loyola, 1998.

CARDOSO, A. (S. J.) *Um carismático que fez história: Vida do Pe. José de Anchieta*. São Paulo: Paulus, 1997.

CAXA, Q. *Breve relação da vida e morte do Pe. José de Anchieta*. Introdução de Brasil Bandecchi. São Paulo: Obelisco, 1965.

CAXA, Q. *Breve relação da vida e morte do Pe. José de Anchieta*. Introdução e aparato crítico de Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1957.

CAXA, Q.; RODRIGUES, P. *Primeiras Biografias de José de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1988.

CHACON, V. *A construção da brasilidade: Gilberto Freyre e a sua geração*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001.

CHAUÍ, M. de S. *O que é ideologia*. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios)

COMTE, A. *Curso de Filosofia Positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

DANIEL-ROPS (HENRI PETIOT). *A Igreja da Renascença e da Reforma*. II. A reforma católica. São Paulo: Quadrante, 1999.

DANTAS, J. Prefácio. In: DE VASCONCELOS, S. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Porto: Lello & Irmão, 1953, p. 1-4.

DE AZEVEDO, F. L. N. Biografia e Gênero. In: GUAZZELLI, César A. Barcellos *et alii. Questões de teoria e metodologia da História*, Porto Alegre: Editora universidade/ UFRGS, 2000.

DE CAMINHA, P. V. A Carta de Pero Vaz de Caminha. In: ALVES FILHO, I. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 15-23.

DE PAIVA, J. M. *Colonização e catequese (1549-1600)*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

DE PAIVA, J. M. *Padre Vieira*. São Paulo: Ícone, 2002. (Pensamento Americano)

DE VASCONCELOS, S. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Porto: Lello & Irmão, 1953.

DE VASCONCELOS, S. (S. J.). *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

DIDIER, H. *Francisco Xavier pioneiro da inculturação*. São Paulo: Paulinas, 1996.

FEIJÓ, M. C. *O que é herói*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Col. Primeiros Passos)

FIORIN, J. L. *Linguagem e Ideologia*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios)

FREITAS NOBRE, J. *Anchieta: apóstolo do Novo Mundo*. São Paulo: Saraiva, 1968.

GARCÍA-VILLOSLADA, R. *Santo Inácio de Loyola: uma nova biografia*. São Paulo: Loyola, 1991.

HOBBSAWM, E. J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

INÁCIO DE LOYOLA (Santo). *Autobiografia de Inácio de Loyola*. São Paulo: Loyola, 1997a

INÁCIO DE LOYOLA (Santo). *Constituições da Companhia de Jesus: e normas complementares*. São Paulo: Loyola, 1997b

JOSÉ DE ANCHIETA (S. J.). *Teatro de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1977.

KOTHE, F. R. *O Herói*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000. (Série Princípios)

LACOUTURE, J. *Os Jesuítas*. 1. Os Conquistadores. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LEITE, S. (S. J.). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Edição Fac-Símile Comemorativa dos 500 anos da Descoberta do Brasil. 10 vol. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

LEITE, S. (S. J.). Prefácio. In: DE VASCONCELOS, S. (S. J.). *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

MACHADO DE ASSIS. *Obra Completa*. Vol. III. Poesia, Crônica, Crítica Miscelânea e Epistolário. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962.

MARÉCHAUX, P. Prefácio. In: PLUTARCO. *Como tirar proveito de seus inimigos: Seguido Da Maneira de Distinguir o Bajulador do Amigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, K.; ENGELS; F. *História*. Organizado por Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

MONTEIRO, R. B. *O Rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

MOUTINHO, M. (S. J.) *Bibliografia para o IV Centenário da morte do Beato José de Anchieta: 1597-1997*. Vol. I. São Paulo: Loyola, 1997.

NAVARRO, E. A. *Anchieta: vida e pensamentos*. São Paulo: Martin Claret, 1997.

NUNES, C. A. *Prefácio*. In: SHAKESPEARE, W. *Antônio e Cleópatra; Júlio César*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p. 5-7, 127-129.

OLAVO BILAC. *Poesias*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1978.

O'MALLEY, J. W. *Os primeiros jesuítas*. Trad. Domingos Armando Donida. São Leopoldo: Editora Unisinos; Bauru: EDUSC, 2004.

O'NEILL, C. E. (S. I.); DOMÍNGUEZ, J. M. (S. I.) (dir.) *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús: Biográfico-temático*. 4 vol. Roma: Institutum Historicum, S. I.; Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2001.

PEDRO DE RIBADENEYRA (S. J.). *Vida de Ignacio de Loyola*. 3ª ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1967.

PLUTARCO. *Vidas dos Homens Ilustres: Alexandre e César*. Vol. IV. São Paulo: Atena Editora, 1958.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação econômica do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRAT, A. V. *La vida española em la edad de oro*. Barcelona: Editorial Alberto Martín, 1947.

RAVIER, A. (S. J.). *Santo Inácio funda a Companhia de Jesus*. São Paulo: Loyola, 1982.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RIBEIRO, J. introdução e aparato crítico. In: CAXA, Q. *Breve relação da vida e morte do Pe. José de Anchieta*. Introdução e aparato crítico de Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1957, p. 11-38; 85-143.

RICCI, M. Como se faz um vulto na História do Brasil. In: GUAZZELLI, César A. Barcellos *et alii*. *Questões de teoria e metodologia da História*, Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2000.

RODRIGUES, P. (S. J.) *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1978.

ROIZ, P. (S. J.) *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. Salvador: Progresso, 1955.

ROMEIRO, G.; CUNHA PINTO, G.. *São José de Anchieta*. São Paulo: Círculo do livro, 1987.

RUCKSTADTER, V. C. M. *José de Anchieta: Teatro e Educação no Brasil-Colônia*. 67 f. Monografia (Especialização em Pesquisa Educacional, Turma II) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2005.

SCHMIDT, M. F. *Nova História Crítica*. 4 vol. São Paulo: Nova Geração, 1999.

SCHMIDT, B. B. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZZELLI, César A. Barcellos *et alii*. *Questões de teoria e metodologia da História*, Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2000.

TRADUÇÃO ECUMÊNICA DA BÍBLIA – TEB. São Paulo: Loyola, 1995.

TONER, J. J. *A Deliberação que deu origem aos jesuítas*. São Paulo: Loyola, 1974.

TORRES-LONDOÑO, F. Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, v. 22, n. 43, p. 11-32, 2002.

VAINFAS, R. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VIOTTI, H. A. (S. J.) *Anchieta: o apóstolo do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1980.

_____. Prefácio. In: CAXA, Q.; RODRIGUES, P. *Primeiras Biografias de José de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1988, p. 7-13; 39-44.

_____. Prefácio. In: RODRIGUES, Pero. *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1978, p. 5-10.

WALTY, I. L. C. *O que é ficção*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Col. Primeiros Passos)